

Abril de 2014

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Imigração](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Redação

Helga Silveira

Conselho de Edição

Allan Cain, Jose Tiago,
Massomba Dominique, Carlos Dombele

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	1
1.1 O emprego segundo o relatório de balanço de 2013 do MAPTSS	1
2. MICROFINANÇAS	3
2.1 Lucros do banco sol avançam 20% em 2013, com crédito a ajudar	3
3. MERCADO INFORMAL	4
3.1 Zunga solidária a caminho da Cuanza-Sul	4
3.2 José Tavares promete acabar com a zunga em Luanda até dia 8	4
3.3 Venda ambulante com dias contados	4
3.4 Novo mercado municipal do Dande abre portas em Maio	5
3.5 Venda ambulante com multa de 36 Mmil kz e julgamento sumario	6
3.6 Zungueiras enfrentam dificuldades para conseguir luga dentro dos mercados	6
3.7 Zungueiras	7
3.8 As perpécias de quem zunga	8
3.9 Bem parece o fim da picada	10
3.10 O “Março mulher “ para as Zungueiras, não será igualo ao “Abril mulher” e nos próximos meses	11
3.11 Vendedores preferem a rua aos mercados	11
3.12 Decisão do Governo provincial irrita zungueiras da capital	12
3.13 Tavares “rasteira” a Bento Bento	13
3.14 Mas um regabofe da lavra de JES	13
3.15 Mercado. O drama dos ambulantes do Asa Branca	14
3.16 Nada contra a kinguila	16
3.17 Sobe e desce	17
3.18 Taxistas cruzam os braços no Huambo	17
3.19 Trabalhadores dsem contratos e outros direitos no sector informal	18
3.20 Cupapatas enchem as ruas de Ndalatando	19
3.21 Praça da cidade são todas informais e vizinhas do lixo	20
4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	22
4.1 Orçamento de Cabinda foi reforçado	22
5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA	23
5.1 União das associações defende o património	23
5.2 Financiamento por contribuições	23
5.3 Angola possui 40.332 sobas	23
5.4 Autarquias em debate na Católica	24
5.5 Tipos de sobas	24
6. URBANISMO E HABITAÇÃO	26
6.1 Sector imobiliario tem crescimento mundial	26

6.2	Fomento Habitacional na Luanda Sul	27
6.3	Casas para ex-militares	27
6.4	Mau estado dos acessos “entope” o trânsito de Luanda	28
6.5	Projecto habitacional no Cunene Casas para ex-militares	29
6.6	“Makas” nas cinco centralidades do país	29
6.7	Administração trava abandono de obras sociais	31
6.8	Preços das casas carecem de revisão	32
6.9	Sonip “atrapalha” pagamentos nas novas centralidades	33
6.10	Jovens recebem casas evolutivas	33
6.11	Azul e branco ciumentos	34
6.12	Candogueiros	35
6.13	Há táxi para todos os bolsos	35
6.14	Prédios estão a ser erguidos no Luena	36

7. TERRA 38

7.1	Empresários desaloja população em Cacucaco	38
7.2	Terrenos em litígio com mais dois intervenientes no bairro Lukembo	38
7.3	Protesto. Desalojados do Bengo manifestam-se por um tecto	40
7.4	Municípios de Malanje recebem terrenos	42
7.5	Administração do Kilamba mais de 100 famílias ao relento no bairro cinco fio	42
7.6	Pararam as demolições	43
7.7	Administrações de viana e Calumbo negam acusações de expropriação	43

8. SERVIÇOS BÁSICOS 46

8.1	Poluição fluvial ameaça sustento de 2.000 camponeses	46
8.2	Reciclagem de resíduos sólidos Angola pode adoptar modelo brasileiro	46
8.3	Xandel volta a consumir água potável	47
8.4	Comuna da Barra do Dande melhora o abastecimento de água	47
8.5	Energia e águas precisam de capital estrangeiro	
	Ministro uma aposta séria na construção de infra-estruturas	48
8.6	Rua tem enorme buraco há mais de um mês	49
8.7	Aumentar o acesso à água	49
8.8	Falta de água potável e delinquência no Katinton	50
8.9	Fornecimento de água deve melhorar no Luena	51
8.10	Ligações domiciliárias da EPAL continuam adormecidas na zona dos kwanzas	51
8.11	Luena fornece mais água	52
8.12	Mais lavandarias e bombas de extracção de água	52

9. GÉNERO E VIOLENCIA 54

9.1	Crimes transnacionais debatidos em Luanda	54
9.2	Vandalismo ganha terreno na baixa de Luanda	54
9.3	Milhares de armas ilegais foram recolhidas	55
9.4	Samba assolada por marginais	55

10. AMBIENTE 57

10.1	Famílias vítimas da chuva recebem apoio	57
10.2	Fortes chuvas no Cazengo deixam pessoas ao relento	57
10.3	Esgotos deixam ruas da baixa alagadas	58
10.4	Mau estado dos acessos “entope” o trânsito de Luanda	58
10.5	Ambiente. Exploração de inertes ameaça Centralidade de Cacucaco	60

10.6	Paludismo, maiana e diarreias completam o caos na periferia	61
10.7	Fiscais fazem diminuir abate de árvores	62
10.8	Ruas da Chicala e Camuxiba estão intransitáveis	63
10.9	Caop-A em Viana é zona crítica	64
10.10	Chuvas de Abril chegam furiosas	65
10.11	Luanda acordou inundação	66
10.12	Ruas inundadas, esgostos velhos	66
10.13	Autoridades da província apoiam vítimas da chuva	67
10.14	Desalojados pelas chuvas recebem apoio do Governo	68

II. IMIGRAÇÃO

69

11.1	Relação vantajosa entre Angola e china	69
11.2	26 mil angolanos repatriados com verbas da ONU	69
11.3	Reforçado combate à imigração ilegal	70
11.4	Congolense da RDC: entradas facilitadas em Angola por apenas 500 kwanzas na fronteira de chissanda	70
11.5	Instabilidades nos vizinhos facilita entrada	71
11.6	ACNUR disponibiliza 166,3 milhões de Kz para repatriar angolanos de RDC e Zâmbia	72
11.7	Migração. Mais de 600 mil angolanos ilegais serão expulsos da Africa do Sul	74
11.8	Executivo reforça controlo das fronteiras	74
11.9	Angola solicita apoio para repatriar ilegais	75
11.10	Oposição quer medidas sérias sobre imigração ilegal	76
11.11	Imigração ilegal na onda	77

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 O emprego segundo o relatório de balanço de 2013 do MAPTSS

Jornal Expansão
11 De Abril de 2014

Antes de mais, devo dizer, que não existem dados fiáveis sobre o emprego em Angola apesar da existência de um Observatório sobre o Emprego coordenado pelo Ministério da Administração Pública Trabalho e Segurança Social (MAPTSS) e integrado por diferentes ministérios. Só através de inquéritos directos ao emprego/desemprego é que se podem ter aproximações reais e efectivas a esta importantíssima variável económica e social. O Instituto Nacional de Estatística (INE) realizou um inquérito ao emprego em Angola em 2013 tendo publicado

os respectivos resultados sob a designação "Inquérito ao Emprego em Angola, 2009, 2010 e 2011". As informações que aí constam são da máxima importância.

A criação de emprego num país qualquer depende de vários factores: crescimento, da economia, modelo de organização e funcionamento do mercado de trabalho (quanto menos transparente e rígido, menor quantidade de emprego se gera, pelo menos na óptica neoclássica), natureza dos processos técnicos de produção (quanto menos intensivos em capital e tecnologia, menores as probabilidades de criação de quantidades relevantes de emprego), prática do salário mínimo (que pode falsear as regras

de mercado e introduzir elementos de distorção), investimento público e privado, tipo de emprego oferecido pelas famílias (qualificado ou indiferenciado, que também depende do estágio de desenvolvimento da economia - estádios mais atrasados apelam, em princípio, a uma maior proporção de força de trabalho indiferenciada -, políticas públicas adrede dirigidas à criação de emprego, prática de subsídio de desemprego (que ao aumentar o custo empresarial da mão-de-obra retrai a procura de empregados por parte do sector privado empresarial), mobilidade sectorial e territorial da mão-de-obra dentro do espaço nacional (quanto mais obstáculos existirem a esta transferência de força de trabalho, menores serão as oportunidades de trabalho), saturação dum determinado sector de actividade, etc., etc., etc.

O estudo sobre o emprego é um dos mais aliciantes para os macroeconomistas e uma das peças centrais da compreensão e do estabelecimento de modelos e políticas de distribuição do rendimento nacional.

Por outro lado, não se está a lidar com, uma variável de fácil definição: o que é estar-se empregado? A Organização Internacional do Trabalho (OIT) atribui a situação de empregado a quem, na altura do respectivo inquérito, declarar que na semana anterior exerceu actividade remuneratória durante dois dias. É muito discutível esta aproximação, mas é a internacionalmente usada.

O CEIC, no seu Relatório Económico Anual - o de 2013 está em preparação, com muitas novidades, a ser lançado na sua tradicional conferência internacional em 11 de Junho próximo -; aborda, duma forma responsável, a problemática do emprego, à qual junta a da produtividade.

As taxas de crescimento do PIB estão em níveis comparativamente baixos em relação ao que foram no passado, nomeadamente entre 2004 e 2008, com uma taxa média anual de 17,2%. Emprego e crescimento em princípio têm uma relação amistosa: quanto mais elevado for o segundo, maiores as oportunidades de criação de postos de trabalho. A taxa de crescimento do PIB em 2013 foi de apenas 4,1% (corrigindo-se em baixa a que foi inicialmente apresentada no Relatório de Fundamentação do OGE de 2014). No entanto, se a queda do emprego foi de 30% então mais qualquer coisa se deve ter passado: encerramento ou diminuição da actividade de empresas por não pagamento das dívidas do Estado (parece que ainda não resolveu integralmente as de 2010 e 2011, de acordo com um relatório do FMI sobre Angola de Fevereiro do corrente ano), estiagem que afectou a actividade agrícola, fase de reorganização de alguns sectores de actividade com vista a ganharem mais competitividade num mercado inundado de empresas estrangeiras, etc. Não deixa no entanto de ser preocupante esta quebra que seguramente afecta o grande objectivo do MPLA de crescer mais e distribuir melhor, uma vez que o emprego é um vector importante para a obtenção desse desiderato.

O Relatório do MAPTESS de 2013 apresenta uma síntese da criação de emprego no País em 2012 e 2013 que completa informações de relatórios anteriores, sendo agora possível verificar se a promessa de criação de 1.200.000 novos postos de trabalho entre 2008 e 2012 foi ou não cumprida.

Entre 2008 e 2012, o total de novas oportunidades de trabalho geradas foi de 713.662, menos 486.338 empregos em relação à meta prometida. No entanto, as dúvidas sobre a verdadeira cifra de não

cumprimento continuam por ter um cabal esclarecimento. Usando as cifras do emprego do INE (Contas Nacionais 2002-2010) e as do MAPTESS de 2011 e 2012 (compiladas dos respectivos Relatórios Anuais de Balanço), o défice de cumprimento da meta de 1.200.000 novos postos de trabalho é de 505.423 postos de trabalho. O Relatório do MAPTESS de 2013 corrige a criação de novos postos de trabalho em 2012 para 221.600 novos empregos, com um volume espectacular no sector dos transportes (97.019), sem serem adiantadas as correspondentes justificações. Aliás, a criação de novos postos de trabalho neste sector cai para 20.757, logo em 2013. De qualquer forma, mesmo com 221.600 novos postos de trabalho, com as reservas de aceitação anteriores, a promessa eleitoral foi descumprida em 369.586 novos postos de trabalho.

Quanto à criação de emprego no sector público institucional, parece existirem incongruências nos dados do MAPTESS no seu Relatório de Balanço de 2013: no quadro da página 5 indicam-se 388 novos postos de trabalho criados na Administração Pública em 2013. Contudo, na página 13 a diferença entre o número de funcionários públicos em 2013 (335.917) e 2012 (331.261) é de 4.656 novos funcionários públicos.

De acordo com o MAPTESS, registou-se uma significativa quebra na criação de emprego entre 2012 e 2013 - 28,3% -, o que é significativo, provavelmente explica da pela redução de 76.262 postos de trabalho no sector dos transportes. Estas bruscas alterações sugerem que a recolha de informação, provavelmente feita pela via administrativa, não garante a necessária fiabilidade dos dados, tornando desaconselhável basear políticas de emprego em séries estatísticas tão voláteis.

A taxa real de crescimento do PIB foi de 3,4% e de 5,2% respectivamente em 2012 e 2013. Para as cifras do MAPTESS a taxa de crescimento do emprego foi de 3,1% em 2012 e de 2,1% em 2013. Num caso como no outro, estes dados apontam para ganhos de produtividade de 0,3 pontos percentuais em 2012 e 3,1 pontos percentuais em 2013, o que não são verdadeiramente significativos face aos desafios de competitividade que o País tem pela frente e que continua a não encarar da forma devida, tal como é revelado pelo Doing Business 2014 do Banco Mundial.

Para efeitos de credibilidade das estatísticas nacionais, o MAPTESS e o INE deveriam convergir para um único valor para o emprego nacional, globalmente e também sectorialmente, onde as discrepâncias entre os dados destas duas instituições são ainda maiores.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Lucros do banco sol avançam 20% em 2013, com crédito a ajudar

Jornal Expansão
25 De Abril de 2014

NELSON RODRIGUES

O Banco Sol teve um lucro líquido de 3,4 mil milhões Kz (cerca de 35 milhões USD) em 2013, o que representa um crescimento de 20% contra os cerca de 2,9 mil milhões Kz no t a b i l i z a d o s em 2012, de acordo com dados da instituição financeira apresentados em conferência de imprensa na semana passada.

O aumento da carteira de crédito em 47%, para 76 mil milhões Kz, face aos 51,5 mil milhões Kz do ano anterior, e o resultado das intermediações financeiras, que cresceram 31% em igual período, justificam o aumento dos lucros, segundo os números do banco.

"O activo que mais influenciou para o aumento do lucro é, de facto, o crédito, caracterizado pelo nosso produto de 'bandeira', o microcrédito e as comissões resultantes das intermediações financeiras", explica Edson Costa, contabilista do banco em declarações ao *Expansão*.

No ano passado, registou-se um crescimento de 15% do activo total líquido do Banco Sol, situando-se em cerca de 206 mil milhões Kz, face ao alcançado em 2012 - 178,6 mil milhões Kz.

Os depósitos de clientes registaram um aumento de 18%, ao passarem de 154,4 mil milhões Kz, em 2012, para 182,4 mil milhões Kz, em 2013. Além disso, o banco registou um crescimento de 40% da sua margem financeira, situando-se em 9 mil milhões Kz, para além da progressão de 8 pontos percentuais da taxa de conversão de depósitos em crédito que passou de 33% em 2012 para 44% em 2013.

Os gestores da instituição consideram que, a partir dos resultados, se "constata o nível de robustez do Banco Sol, permitindo que, no quadro da sua estratégia, disponibilize vários produtos e serviços para apoiar o crescimento da economia angolana".

A instituição prevê, nos próximos anos, dar mais atenção às iniciativas do Governo, designadamente no fomento das actividades direccionadas para o empreendedorismo. O Angola Investe e o Crédito

Agrícola de campanha encabeçam as estratégias do banco.

"Estes níveis de liquidez e, sobretudo, os agregados dos principais indicadores, como o rácio de solvabilidade e a eficiência, demonstram também que o Banco Sol está alinhado com o quadro normativo emanado pelo Banco Nacional de Angola (BNA)", consideram os gestores, na nota distribuída na apresentação de resultados.

Capital social passa para 50 milhões USD

O Banco Sol subiu igualmente o valor do seu capital social de 14 milhões USD para 50 milhões USD, justificado com as últimas decisões do BNA sobre o capital das instituições financeiras, além de assegurar a performance, a solidez e a capacidade de resiliência do banco.

"Com este aumento, pretende-se elevar os níveis de liquidez e solidez, que nos permite olhar para o futuro com maior optimismo", diz a gestão.

Em 2013, a instituição abriu 21 balcões, totalizando 119 abertos no País, cumprindo assim o estabelecido pelos acionistas no mesmo período.

A estratégia do Sol passa também pela abertura e expansão da rede comercial. Para dar resposta às necessidades do mercado, o banco antevê abertura de novas agências, designadamente para os clientes particulares e para o segmento de empresas e grandes investidores.

"O Banco Sol continuará a fazer questão de permanecer na senda da inovação e suplantação de expectativas do mercado", dizem os administradores, que olham também para a componente da formação do pessoal do banco no domínio da gestão.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Zungua solidária a caminho da Cuanza-Sul

Jornal Agora

04 De Abril de 2014

Texto: Ana Margoso

Com bens de primeira necessidade, e não só, na bagagem, os 'Zungueiros Solidários', grupo composto por profissionais da comunicação social, vai, neste final de semana, levar solidariedade à província do Cuanza-Sul.

Os beneficiários da acção são os internatos Maria Mazzarello, da missão católica de Calulo, e o internato masculino da missão católica da Quibala, que vão receber um donativo composto por produtos afimentares, roupas, colchões, electrodomésticos, mochilas e cadernos.

Desde 2009 no terreno, os 'Zungueiros' nasceram do impulso de um núcleo de profissionais ligados ao canal de televisão Zimbo, dentro do projecto 'Angola Minha'.

TRANSPORTADORES DE SOUDARIEDADE, MENSAGEIROS DE CULTURA.

A iniciativa, tal como se pode ler no historial do grupo, assinado pelo seu coordenador, Arrnindo Laureano, pretende "levar carinho, amor e solidariedade às populações mais carenciadas de Angola".

Para além da missão de solidariedade, os 'Zungueiros' aproveitam as deslocações para produzir "informação relevante sobre a história, cultura, demografia, etnografia, ecologia e desenvolvimento de Angola".

A mensagem pedagógica, que incide ainda sobre "os povos, as gentes, os cantos e recantos, os encantos, os símbolos e as realidades simbólicas", nacionais, faz com que os 'Zungueiros' se assumam igualmente como "um importante instrumento de promoção turística" e cultural do país.

O grupo tem-se desdobrado em actividades filantrópicas, recreativas, culturais e sociais, bem como de preservação do meio ambiente.

3.2 José Tavares promete acabar com a zungua em Luanda até dia 8

Folha 8

05 De Abril de 2014

O Presidente da Comissão Administrativa de Luanda, José Tavares prometeu, esta semana, terminar com a venda ambulante até na próxima terça-feira, 07.04, apontando a sensibilização das vendedeiras como o caminho a seguir.

Na sequência, Tavares disse lamentar o facto de as vendedoras terem, no seu entender, interpretado mal o discurso do governador de Luanda no encontro que este teve com as mesmas no dia 14 de Março.

Na ocasião, Bento Bento instou aos vendedoras para em caso de agressões físicas ou morais, praticadas por fiscais, acorrerem ao gabinete de inspecção do governo provincial, às administrações municipais ou às direcções das centralidades para apresentarem queixas, de modo a que o autor seja responsabilizado administrativa, civil e criminalmente. Recomendou ainda aos vendedores para acabarem com a venda nas passagens áreas, estradas e passeios, assim como a recolherem o lixo produzido no final da jornada.

Onde não há mercados, acrescentou as pessoas devem fazer o comércio em ruas definidas pela administração ou direcção das centralidades e cumprirem com as orientações dadas, inclusive por efectivos da polícia e fiscais, nesse sentido. Desde então tudo mantém-se na mesma, sobretudo porque as zungueiras dizem desconhecer os mercados por onde irão realizar as vendas. Zé Tavares, portanto, promete mudar o cenário até na próxima terça-feira.

Toda esta baralhada apenas serve para dar razão as mentes que acreditaram que a reunião que Bento Bento teve com as "zungueiras" não resultou de algum programa devidamente preparado, mas sim, rapidamente, improvisado para contrariar a manifestação do Movimento Revolucionário que aconteceria um dia depois com o propósito de reivindicar as agressões de que as zungueiras têm sido vítimas. Desta feita, só resta esperar.

3.3 Venda ambulante com dias contados

Jornal de Angola

08 De Abril De 2014

A Comissão Administrativa da Cidade de Luanda adverte que, a partir de hoje, fica proibida a venda de

produtos fora dos mercados e de outros locais indicados pelas autoridades.

O anúncio foi feito pelo presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, Jos Tavares, em conferência de imprensa, durante a qual lembrou que terminou ontem o prazo dado aos vendedores ambulantes para contactarem as administrações dos mercados com o objectivo de se habilitarem a um espaço.

"As autoridades já não vão permitir que as pessoas comercializem produtos fora dos mercados", advertiu José Tavares.

Existem mercados em todos os municípios e distritos e, em caso de falta de vagas, as administrações devem indicar outros locais para a realização de feiras itinerantes.

"Quem for encontrado a vender na rua vai ter de abandonar o espaço e se não o fizer vai ver os seus produtos recolhidos pela Polícia Económica ou pela Fiscalização", alertou José Tavares.

O presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda disse que algumas pessoas interpretaram de forma errada a mensagem do governador da província de Luanda, Bento Bento, no encontro que teve, recentemente, com os vendedores ambulantes no pavilhão da Cidadela Desportiva.

"A orientação dada foi no sentido das pessoas não venderem na rua e ocuparem os lugares disponíveis nos mercados construídos pelo Estado", salientou o presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda.

José Tavares afirmou que, nas zonas onde não existem mercados suficientes, as Administrações Municipais e distritais devem criar feiras para que os municípios façam a venda dos seus produtos de forma organizada e segura.

3.4 Novo mercado municipal do Dande abre portas em Maio

Jornal Expansão

11 De Abril de 2014

Texto: Nelson Rodrigues

O novo mercado do Dande será inaugurado até Maio, revela, ao Expansão, o administrador do município. Segundo Mateus Diogo Manuel, o projecto está na agenda do governo da província no sentido de abrir novos centros comerciais no âmbito do programa de combate à informalidade do Ministério da Economia,

conduzido pelo Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (INAPEM).

"O objectivo passa também por criar condições mais dignas para as pessoas que exercem esse tipo de actividades na nossa cidade", afirma o responsável, para quem o novo mercado vai reduzir também a circulação dos vendedores ambulantes nas ruas do Dande.

Para além da construção dos novos centros de comércio, o executivo local prevê a criação de um novo ordenamento do trânsito rodoviário no município-sede da província, explica. "Os visitantes que chegam à nossa cidade deparam-se logo com vendedores ambulantes, comercializando diversos produtos. Ao olharmos para isso, tivemos de construir um novo mercado e colocá-lo à disposição dos munícipes, para além de levarmos a cabo a ordenação do trânsito local", afirma.

Outras políticas de acção para este ano, segundo o administrador, dizem respeito à infra-estruturação de unidades sanitárias. Para este projecto, está em curso a construção de cerca de 45 unidades sanitárias, designadamente centros de saúde nas sedes comunais. O projecto integra mais três unidades hospitalares, das quais uma está localizada no Dande, na zona da açucareira, havendo ainda o Hospital Abel dos Santos, na comuna de Caxito.

Para o sector da educação, o administrador anuncia a construção de novas instituições de ensino superior e outras para o primeiro e segundo ciclos. Segundo Mateus Manuel, o ciclo escolar já abrange todas as extensões das sedes comunais, o que contribuiu para redução da deslocação de estudantes para outras regiões para concluírem ciclo médio.

"Na educação, temos já um nível de desenvolvimento bastante grande. Temos o segundo ciclo em todas as sedes comunais, e isso implica que ninguém tem de deixar as sedes comunais para as sedes dos municípios, para fazer o ensino médio", defende.

Apesar das metas já alcançadas, Mateus Diogo afirma ser ainda "necessária a reabilitação de algumas escolas da região, devido ao avançado tempo de vida das infra-estruturas". E elogia o facto de não haver falta de professores em todos os ciclos de formação primária e média, respectivamente.

Mais escolas no Bengo

Ainda sobre o programa de construção de novas instituições de ensino superior, Mateus Diogo anuncia que, dentro do plano de acção do governo local, está integrado o projecto de construção de um pólo universitário na cidade de Caxito, o que, diz, vai

responder às necessidades da população académica da região.

"Reconhecemos que não há capacidade suficiente para todos poderem ingressar no superior, porque a procura é ainda maior do que a oferta. Mas o que nos anima é saber que o governo da província temjá essa preocupação", diz Ma-teus Diogo, antevendo a abertura da região académica do Bengo.

Se se concluírem as obras, explica, "vamos reduzir circunstancialmente a procura e garantir maior possibilidade de os jovens ingressarem no ensino superior em diversas áreas do saber".

"Nesta altura; estamos quase limitados' porque temos a escola superior pedagógica e são apenas leccionadas as cadeiras de Pedagogia, Psicologia, Matemática, Língua Portuguesa e História", acrescenta, prevendo um aumento de especialização com a abertura de novos segmentos de estudos.

Ainda assim, segundo o dirigente, antes da finalização das obras das novas instituições, "os candidatos têmjá alguma opção", nomeadamente o Instituto Superior Técnico de Angola, para além do ramo de Direito. "São muitas áreas que ainda não estão incluídas, mas, com a entrada em funcionamento do Pólo Universitário de Cabocha, o assunto estará ultrapassado, porque serão agregadas novas disciplinas do saber", diz.

Sobre o plano de construção de habitações, o administrador avança que está prevista a construção de novas centralidades na região das Mabubas, para além de 2.000 apartamentos, a cargo da Sonip. "Vamos erguer uma centralidade, que vai ser construída na comuna das Mabubas, e os primeiros passos já foram dados, sobretudo na infra-estruturação da zona", adianta, defendendo que os próximos cinco anos "são de boas previsões" para o município.

Parajá, o executivo "aguarda o início das obras de construção da centralidade". A construção de habitações faz parte do plano de expansão da cidade, que, segundo o administrador, "deve passar pela zona das Mabubas", onde estão já a ser construídas as direcções provinciais.

3.5 Venda ambulante com multa de 36 Mmil kz e julgamento sumario

Jornal Manchete

11 De Abril de 2014

A norma prevê não só penalizar o vendedor ambulante que comercializar bens em locais proibidos, como

também todo o cidadão que adquirir produtos na via pública

A Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL), procedeu nesta quarta-feira, à aprovação da norma reguladora da postura da venda ambulante na cidade de Luanda, tendo igualmente apresentado um edital em que constam os locais cuja venda ,ambulante é admitida e permitida.

Assim sendo, a referida norma prevê não só penalizar o vendedor ambulante que comercializar bens em locais proibidos, como também todo cidadão que adquirir produtos na via pública, e por extensão, os cidadãos que armazenem mercadorias e produtos dos vendedores que se encontram em transgressão administrativa, segundo o director do gabinete jurídico da CACL, David Jorge.

"Em consequência de um incumprimento da referida postura, uma multa pode custar dois salários mínimos, qualquer coisa como 36 mil kwanzas, por transgressão administrativa", disse. Na ocasião, foi também apresentado o edital dos locais em que se considera permitida a venda ambulante na cidade capital, sendo esses, a Gajajeira, no bairro Marçal, o mercado de peixe, na Camuxiba, a Praça da Pombinha, no Sambizanga e ainda aos mercados municipais do São Paulo, no Sambizanga, mercado dos Correios, no Kilamba Kiaxi e mercado dos Congolenses, no Rangel. O incumprimento deste instrumento jurídico-legal será passível a um julgamento sumário, segundo o presidente José Tavares.

3.6 Zungueiras enfrentam dificuldades para conseguir luga dentro dos mercados

Jornal Manchete

11 De Abril de 2014

Texto: Moreira Mário

Segunda-feira, 7 do corrente, foi o último dia estabelecido pelo presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, José Tavares, para que as zungueiras e outros vendedores deixassem de comercializar os seus produtos nas ruas.

O responsável alertou aos vendedores que a partir de terça-feira, desta semana que termina, quem for apanhado a vender na via pública será sancionado e aconselhou os mesmos a se dirigir aos mercados locais a indicar, a fim de serem informados dos pontos onde poderão desenvolver o comércio.

José Tavares informou ainda que nos locais onde não há mercados, as autoridades deverão encontrar

espaços para realizar feiras, de modo que os munícipes possam fazer a venda dos seus produtos de forma organizada.

Infelizmente, alguns vendedores ainda persistem em comercializar nas ruas como do São Paulo, Congolenses, rotunda da Cuca, entre outras. Algumas senhoras que foram interpeladas pelo Manchete disseram existir poucas vagas no interior dos mercados, razão porque continuavam a vender nas ruas.

No mercado dos Congolenses, por exemplo, muitos vendedores viram fracassados os seus pedidos efectuados junto a administração do referido estabelecimento. Disseram que todos os lugares já estavam completamente esgotados.

Esta situação, ao que parece, está a deixar os vendedores com os nervos a flor da pele, visto que não sabem o que fazer. Razão pela qual, alguns disseram que vão se manter nas ruas, enquanto não haver lugares suficientes no interior dos mercados. Cenário idêntico verifica-se também com alguns vendedores informais do bairro São Paulo, que solicitaram espaços a administração do mercado com o mesmo nome. Recentemente, o mercado do São Paulo beneficiou de obras de ampliação para albergar mais vendedores, mesmo assim, os lugares não são suficientes para responder a demanda.

A vendedora informal Helena Joaquim, há mais de cinco anos naquelas paragens, manifestou-se desiludida com esta situação. "Não consegui um lugar no mercado do São Paulo porque já estão todos esgotados", disse.

Em gesto de desabafo a mesma adianta que não pretende vender noutro mercado, segundo ela, por razões de distância entre a sua casa e o local onde desde então, comercializou os seus produtos.

Por sua vez, a vendedora de roupas de fardo identificada apenas por Domingas, criticou a falta de planificação por parte do Executivo na implementação de certas medidas. "Não é justo que ampliem pouco menos de cinquenta lugares num determinado mercado, depois vêm dizer que chega para acolher todos nós", salientou, declarando que "desse modo, a venda nas ruas nunca vão acabar".

Já nos mercados existentes no município do Cazenga, o seu administrador, Victor Nataniel Narciso, disse numa das ocasiões existir 4 mil lugares vagos. Por esta altura, segundo apuramos, a administração municipal está a fazer todas as diligências para que os vendedores de rua naquele município ingressem nos mercados,

mas nem todos estão dispostos a cumprir pois, alegam a falta de clientes.

Estima-se no entanto, que o número de vendedores que operam no mercado informal se situa em cerca de 130 mil. Recorde-se que no encontro entre o governador de Luanda, Bento Bento, e os vendedores de rua, em Março último, no pavilhão da Cidadela Desportiva, o governante terá anunciado a suspensão das actividades dos agentes da fiscalização, o que foi mal interpretado pela maioria dos vendedores e resultou num aumento considerável da presença dos mesmos nas ruas da cidade.

3.7 Zungueiras

Jornal o Contenente

11 De Abril de 2014

Diversas sensibilidades da sociedade angolana manifestam-se preocupadas com as contradições em que se expressam alguns dirigentes do país, em particular os que dirigem a cidade de Luanda.

O fenómeno "zungueiras" é um facto em Angola, fruto das dificuldades de vida que a população atravessa, mas o que não se sabe da parte do Estado é que soluções sérias estão a ser tomadas para reorganizar o processo de venda ambulante.

Os cidadãos da capital gostariam de receber explicações exactas sobre quem dita a última palavra em Luanda, já que assistimos José Tavares a refazer a autoridade imposta pelo governador Bento Bento que disse estar a cumprir ordens superiores.

O general veio a público dizer que se vai ocupar em resolver o caso das zungas a seu jeito, dando ultimato às vendedoras ambulantes, sob pena de serem corridas novamente se não se agruparem nos locais indicados para a prática das suas vendas.

A preocupação agudiza-se para quem obtém o ganhapão em venda ambulante, já que o assunto está ainda longe de ser resolvido. O semblante de desespero das zungueiras é visível uma vez que os lugares distribuídos pela Administração Municipal de Luanda não satisfazem a elevada carência da população.

Todos angolanos reconhecem que as vendas nas ruas têm causado enormes transtornos nas vias públicas, desde o acumulado de lixo, engarrafamentos e os riscos de saúde para os cidadãos que aderem aos produtos aí comercializados.

Se por um lado somos apologistas de melhor reorganização de Luanda, por outro, não aceitamos a

forma como se retiram estes populares das ruas, com excessiva violência perpetrada por fiscais e polícias.

Depois de ouvirmos o governador de Luanda a reconhecer que os mercados encontram-se superlotados, e ter prometido criar outras praças, volta e meia diz o presidente da CACL que já há lugares. Por aí, não compreendemos quem está a governar Luanda, já que o novo desafio foi lançado e sem o rosto do titular da capital.

Mas o certo mesmo é que em tomo das zungas, várias foram as iniciativas criadas e fracassadas pela governação de Luanda, causando até despedimentos de alguns governantes, facto que nos deixa a questionar as políticas gizadas para os cidadãos da capital.

Estará o governo angolano incapaz de melhor governar a polémica cidade de Luanda, ou os seus governadores são incapazes e passam por aqui como "aventureiros"?

Pensamos que a resposta deve vir dos resultados das acções empreendidas por Bento Bento e José Tavares que se responsabilizam pela imagem da capital do país.

3.8 As perpécias de quem zunga

Semanário Angolense
12 De Abril de 2014
Texto: Teima Dias

As zungueiras são de facto, mulheres guerreiras, humildes e mães à prova de fogo. Percorrem Luanda com filhos às costas ao mesmo tempo que transportam os seus produtos. São mulheres corajosas, que enfrentam a dura realidade do dia-a-dia sob o sol escaldante e a chuva.

São vítimas de fiscais sem coração nem honestidade, que as humilham, maltratam e roubam. Hoje, o corre-corre redobrou em todos pontos da cidade, devido a uma orientação dada pelo governo de que a partir de terça-feira, 08, retirassem todas zungueiras da rua, garantindo assim espaços para elas.

Uma zungueira explicou ao *Semanário Angolense* que ainda não conhece a praça que lhe foi destinada, mas que ouviu de colegas que o lugar está a ser cedido dentro do mercado de São Paulo, local, onde elas acreditam que já não há espaço, devido à enorme confusão que se verifica para a sua obtenção.

Rita de Sousa, zungueira há oito anos, disse não conhecer a praça, mas ouviu de colegas que os fiscais daquele mercado estão a vender os lugares a 10 mil Kwanzas cada, além do dinheiro diário que os vendedores são obrigados a pagar.

«Nós conversámos e decidimos não disponibilizar esse valor, que é o custo dos nossos negócios, existem colegas cujo valor do negócio é de apenas cinco mil Kwanzas e se não zungarem não terão como regressar para casa, muito menos pôr a comida à mesa para os nossos filhos», atestou.

Solidariedade de outros cidadãos

Acrescentou que, se não vão a uma praça é pelo pouco dinheiro e pequenos negócios, que não despertam a atenção do comprador, onde há diversidade de mercadorias e com grande quantidade a clientela também é maior. Combate-se a economia paralela, mas não se criam alternativas para quem vende nem para quem compra. Se não zungarem qualquer coisa, é impossível sobreviver na capital.

Mário dos Santos, funcionário público, defende que é de facto preciso que se criem locais próprios onde as zungueiras se possam dedicar tranquilamente à actividade comercial. É preciso que o povo respeite o trabalho dessas mulheres e que a fiscalização adopte atitudes mais humanas em relação às zungueiras. «Da parte que me toca, essas vendedoras ambulantes têm todo o meu respeito», contou.

Por seu lado, Zeca Martinho, estudante universitário, disse ter ficado chocado de ouvir esta lei sobre a mulher zungueira. Para ele, são mulheres de muita força e de pouca instrução, o que é de lamentar, porque elas são tão sofridas e poderiam aprender a escrever o nome se houvesse uma política de enquadramento social, de respeito por esse género.

«Os valores que nos foram passados pelos nossos avôs já não se usam e, como dizem os jovens, estão fora de moda. Mas acredito que foram esses valores que fizeram muitas sociedades ver a mulher, não como um pano rasgado, sem utilidade, mas a vê-la como mãe, companheira, amiga, esposa, educadora e trabalhadora», afirmou o Zeca, magoado.

Uma cidadã, Rosa Dala, disse lamentar como muitas delas têm maridos que nem sequer se valorizam a eles próprios, porque maltratam «a companheira. Independentemente da condição social, não pode gostar deles próprios, o pior de tudo é que a sociedade angolana está cheia de homens como esses em todos os níveis sociais, não se restringe somente às zungueiras, mas a muitas mais classes, elas têm uma coisa em comum com as ditas da alta sociedade.

Fiscais dividem mercadoria apreendida

As zungueiras não são menos nem mais do que ninguém no aspecto humano, cabe ao governo encontrar respostas para as necessidades delas, fazer realmente mercados onde possam vender, «porque

este não é um postal agradável para o país mostrar ao mundo, tem de haver respeito pelo ser humano, há dinheiro para coisas fúteis e para isso, não há? Angola precisa criar uma sociedade justa para todos», defendeu.

A situação das vendedeiras ambulantes, as chamadas zungueiras, em Luanda e a forma como as autoridades as têm tratado têm merecido fortes reacções, de condenação da actuação da polícia e dos fiscais das administrações municipais e distritais.

Além de serem agredidas, as zungueiras são detidas, cumprindo, não raras vezes, até cinco dias de detenção, sem que sejam presentes a tribunal, como impõe a legislação. Para piorar a situação, as autoridades apreendem as suas mercadorias, que são levadas para centros de caridade, segundo a polícia, facto que tem suscitado muitas dúvidas.

Entretanto, o SA apurou que, geralmente, os homens da Fiscalização dividem entre si as mercadorias que apreendem.

Em Luanda, as vendedeiras ambulantes são chamadas zungueiras do termo quimbundu 'ku zunga' (deambular, passear). A mulher angolana comum faz das tripas coração, tentando sobreviver, num país cheio de contrastes, estando um número considerável nessa actividade comercial para lela.

Elas querem mercados

Com as elevadas taxas de desemprego e o escasso acesso a uma formação escolar ou profissional, ser zungueira é a tarefa que mais mulheres angolanas pobres absorve, geralmente mães solteiras, além de adolescentes.

Elas explicam que não aguentam mais o sofrimento das ruas: a poeira, o barulho, a poluição, a violência. Ao referirem-se à actividade que exercem, utilizam os termos «vender», «fazer negócio» e «desenrascar.»

Relatam as carências e dificuldades que encontram e, sobretudo, o longo percurso que fazem, desde as primeiras horas do dia até ao cair da noite. Falam, sobretudo, da poeira, a criminalidade, os abusos das autoridades, o atormentador cansaço, com o qual se debatem ao chegar a casa, a falta de um local onde possam efectuar as vendas.

O governo tenta acabar com a venda ambulante e, às informações de que já há mercados disponíveis para acolher as zungueiras, elas alegam que ainda não viram as ditas praças. A relação entre iscais e zungueiras está longe de ser cordial. Muitas queixam-se do modo de actuação desses indivídus, já que a maioria fica-lhes

com o dinheiro e a mercadoria, o que significa humilhação e um rombo no orçamento familiar.

Apesar da redução do número de fiscais a receberem e levarem os negócios das zungueiras, muitas ainda choram nas ruas do bairro de São Paulo pelo facto de a Polícia ter confiscado seus únicos negócios que ajudam a sustentar e dar de comer aos respectivos filhos.

Muitas desistem

As perseguições às zungueiras são frequentes e começou a ser vulgar assistir-se à debandada de mulheres de alguidar à cabeça e rapazes carregados de óculos de Sol ou desodorizantes de automóvel, entre diversos outros artigos. Para sustentarem as famílias, as zungueiras da nossa capital vendem vestuário, alimentos, brinquedos, calçado, produtos de beleza.

Muitas têm ultimamente desistido dos seus negócios, devido ao facto de aquele que foi considerado o maior mercado de África, o Roque Santeiro, ter sido transferido para um local considerado muito distante, o Panguila. «Não conseguimos ter lucro, porque temos de gastar muito em transporte» ou «os preços aumentaram, porque agora temos de apanhar mais táxis», queixam-se.

Por isso, se orientou a suspensão mediata de todos os fiscais que maltratam ou extorquem os bens delas, assim como das multas aplicadas às vendedoras dos mercados formais e informais. As zungueiras, por outro lado, são um fenómeno completamente novo para quem chegue agora a Luanda depois de alguns anos de ausência.

As corridas às zungueiras são

frequentes e começou a ser vulgar assistir à debandada de mulheres de alguidar à cabeça e rapazes carregados com óculos de Sol ou de dorizantes de automóvel ao primeiro avistamento de uma camisa esverdeada da fiscalização.

As zungueiras, para garantir a sua zunga, encontraram uma solução secreta: tornam-se amantes de um polícia. Fica muito mal um polícia dar uma corrida à namorada do colega. Depois tem de dar uma boa explicação e, se o outro for superior, não se escapa à obrigatória devolução do negócio.

Envolvem-se com polícias?

Começou a correr o boato de que agora, também são os polícias que querem andar com as zungueiras. Na verdade, descobriram um harém infinito e sem grandes motivos para recusar convites.

Na maior parte dos casos, a zunga termina em falência por não produzir o rendimento necessário para sustentar a família, para desgraça da mulher zungueira. Na maior parte dos casos, os seus negócios são confiscados ou destruídos pelos agentes da polícia. Nas buscas e rusgas diárias desses agentes.

Algumas vendedoras ambulantes trabalham carregando o filho às costas debaixo do sol, com fome e sede, para no final do dia somar apenas 2 mil kwanzas. Outras, com mais recursos de vendas, podem facturarem diariamente 5 a 10 mil Kwanzas.

3.9 Bem parece o fim da picada

Semanário Angolence

12 De Abril de 2014

Texto: Celso Malavoloneke

Agota de água que entornou o copo foi a maka de quem controla (combate) a venda ambulante nas ruas de Luanda, quem comanda os (mal) afamados fiscais e, claro está, quem recolhe afinal os dividendos políticos (e materiais e financeiros, já agora) do controlo deste processo.

O trinómio Venda ambulante/ Zungueiras /Repressão (ou roubo?) dos fiscais da Província de Luanda há muito vinha incomodando os cidadãos, ao ponto das vozes discordantes irem subindo cada vez mais de tom, incluindo no seio de grupos afectos ao próprio MPLA. É que, e apesar de não concordarem com a venda desbragada de tudo e mais alguma coisa em plena rua, também discordam da actuação violenta dos fiscais.

Que sequer fingiam ao menos quando perseguiram as zungueiras para, no fundo, roubar os seus parcos bens com os quais lutam pela sobrevivência diária.

Atentos a isso, os jovens das «manifs» aperceberam-se do clima de insatisfação geral e marcaram uma manifestação para o dia 15 de Março para, entre outras coisas, protestar contra o tratamento dado às zungueiras. Zungueiras estas que, mesmo não tendo sido chamadas a participar na preparação do protesto, manifestaram em uníssono a um dos semanários da capital que adeririam com certeza ao movimento. Estava-se assim diante de uma potencial manifestação que prometia umas boas dores de cabeça ao «Ême», numa altura em que oficiais das forças de segurança respondiam perante as autoridades judiciais por suspeita de se terem excedido na repressão de manifestações anteriores.

Ao que tudo indica, em concertação política e estratégica com José Eduardo dos Santos - pois foi

visível o seu estilo - Bento Bento enceta uma jogada política magistral: convoca as zungueiras para um mega-encontro na Cidadela, onde não teve meias medidas: «OCda. Presidente mandou dizer que as zungueiras não devem ser perseguidas». Acrescentando, pediu que denunciasses os fiscais que as molestavam para o competente castigo. Mas, no estilo de caudilho popular que nunca recorre a notas, o bom do Bento se esqueceu de uma das mensagens mais importantes que o Chefe lhe tinha confiado.

É que, sendo verdade que o PR se sentia incomodado com os relatos que volta e meia lhe chegavam aos ouvidos sobre o roubo descarado que os fiscais faziam às zungueiras - afinal a sua própria mãe foi quitandeira - José Eduardo dos Santos, como quase a totalidade dos cidadãos de classe média-alta de Luanda, não concorda com a autêntica invasão de vendedores ambulantes a que a cidade está sujeita. Daí que a Bento Bento foi incumbida também a tarefa de negociar com as «rnamãs zungueiras» a sua retirada das ruas para os mercados. Bento Bento esqueceu-se disso e, como resultado, as zungueiras, confortadas com a protecção «do nosso Presidente», lançaram-se às ruas ainda com mais ardor, mesmo «com os cinco mil que o Pai Bento não nos deu», como disse na altura uma delas a um confrade da capital, que esteve no encontro.

É aí entra a vez do «nosso Getneral». Ao saber do deslize do «Chefe-Rival», viu a sua oportunidade de fazer um brilharete. Com o beneplácito ou não de José Eduardo dos Santos, veio a público declarar que «lamentava a forma (má) como os vendedores ambulantes tinham interpretado as declarações do 1.0 Secretário Provincial do MPLA». «Como assimil», interrogaram-se os mais atentos: então BB falou como Governador de Luanda ou como 1º Secretário do maioritário? «Hum, daqui sairá bilo na certa», começaram a conjecturar os analistas dentro das suas cachimónias.

Satisfeito com a primeira fase da sua «estratégia militar», o General-Presidente da (República?) de Luanda «vuzou» para a fase seguinte: ultimato! Se os vendedores ambulantes, zungueiros incluídos, não abandonassem as ruas a partir do dia 8 de Março, começaria a arrear-lhes o pau. Desde esse dia, quem tivesse banca em mercado vende lá; quem não tivesse que arranjasse; só que, enquanto isso não acontecesse, que ficasse em casa. «Agora vou pagar a minha escola com quê, ó kota? Esse madié tipo quer que fiquemos bandidos», desabafou, no dia 8, um jovem zungueiro escondido atrás do tapume da Zap, ali ao largo da SISTEC. É que os fiscais, com sorrisos de orelha a orelha, tinham voltado à carga, quais mastins soltos pelo dono ...

E assim estalou o bilo entre Bento Bento e o seu subordinado que diz que só obedece ao PR. Um diz: «na zungueira ninguém toca». E o outro riposta: «se zungueira fôr apanhada, leva surra, vai à cadeia e ainda fica sem o negócio».

Boa parte dos cidadãos não acredita no que vem acontecendo. E alguns perguntam-se, buamados: «Aonde é que essa malta deixou o juízo?» ...

3.10 O “Março mulher “ para as Zungueiras, não será igualo ao “Abril mulher” e nos próximos meses

*Semanário Folha 08
12 De Abril de 2014
Texto: Carlos Lopes*

Recordando aquilo que foi dito em Outubro de 2012, pelo Governador da Província de Luanda, Bento Sebastião Francisco Bento, que a proibição da venda ambulante em Luanda seria uma das medidas consideradas urgentes e lembrando, o que milhares de zungueiras ouviram "encantadas" no dia 14 de Março de 2014, no encontro que decorreu sob o lema "organizemos e defendamos com segurança, o nosso pequeno negócio", promovido pelo mesmo, no Pavilhão Principal da Cidadela Desportiva, que o Chefe de Estado angolano, José Eduardo dos Santos, orientou a elaboração de um "rigoroso" inquérito visando constatar e punir efetivos da fiscalização e da Polícia Nacional em Luanda", que enveredassem por práticas impróprias contra vendedores dos mercados formais e informais.

Vem agora, o Presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACO, o General José Tavares Ferreira, dizer que "até o próximo 08/04, não quero ver nenhuma zungueira na rua".

Perante estas tomadas de posições públicas, continuamos a ver as nossas mães zungueiras nas ruas em Luanda, só que, quando elas circulam nas artérias da capital, a venderem para alimentar as suas famílias, porque não têm emprego nem outra forma de sobrevivência, não sabem se o fiscal que lhes aparece, vai cumprir a ordem do Governador, que foi emanado do Presidente da República, ou a do Presidente da Comissão Administrativa de Luanda. Mas, os que as nossas zungueiras têm a certeza, é que a suas vidas não vão ser fáceis perante as contradições superiormente emanadas e que os fiscais, vão continuar a agir de acordo com seu livre arbítrio e impunes nos seus atos, contra elas e os bens que possuem.

Esta é a má imagem que o Executivo Angolano dá ao Povo, de que não sabe e não quer, satisfazer as suas necessidades básicas, melhorar as suas condições de vida e por consequência o Direito a Indignação pacificamente considerado, é permanente para a maioria dos angolanos que vivem na pobreza.

3.11 Vendedores preferem a rua aos mercados

*Semanário Angolense
12 De Abril de 2014
Texto: João Silva*

As zungueiras estão proibidas de vender nas ruas da cidade capital pela Comissão Administrativa da Cidade de Luanda desde o dia 08 de Abril do corrente mês, deu a conhecer o presidente desse organismo, José Tavares.

A ordem deixou as zungueiras preocupadas, porque têm as ruas como seu ganha pão, dizendo algumas que não têm como vender nos mercados, porque nesses locais o negócio não se vende como nas ruas e que ali têm de pagar diariamente uma taxa ao preço de 50 Kwanzas, apesar de que muitas vezes não vendem nada e mesmo assim têm que pagar.

Acrescentam que trabalham com pouco dinheiro, uma quantia de entre 4 e 5 mil Kwanzas, que não lhes possibilita venderem nos mercados, por causa das condições que são impostas pelas administrações dos mercados. E em algumas praças da cidade, para que as zungueiras consigam um lugar têm que pagar de 20 a 15 mil Kwanzas pela bancada.

As vendedeiras ambulantes afirmam que pretendem vender nos mercados, mas o governo tem de orientar as administrações dos mercados no sentido de não venderem os lugares às zungueiras, entregando-se-lhes gratuitamente. Outras dizem que os mercados encontram-se muito distantes das suas residências e que, por não terem dinheiro para o táxi todos os dias, a alternativa é venderem nas ruas.

Dona Sofia, moradora do bairro da Madeira, por detrás do Iumbo e vendedora ambulante, disse ao Semanário Angolense (SA) que zunga porque os mercados se encontram todos lotados e que uma vez foi ao Congolense para veder, mas foi expulsa por vendedoras antigas do mercado.

Com o dinheiro que ganha a vender na rua consegue pagar as propinas dos filhos e alimentação. No Golfe-2 a praça também não tem espaço e para vender, tem de ser à noite, o que não é aconselhável, por causa dos bandidos

O SA fez uma ronda por algumas artérias da cidade de Luanda e constatou que em algumas delas, as zungueiras estão a respeitar a ordem das autoridades, abstendo-se de vender na rua, tentando a sorte em alguns mercados.

3.12 Decisão do Governo provincial irrita zungueiras da capital

Jornal Continente

18 De Abril de 2014

Texto: Mbokeno Elizabeth

A actividade de zunga nas ruas da cidade capital está definitivamente proibida. A decisão foi tomada na semana passada, pela Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, na pessoa de seu titular, deixando insatisfeito aqueles que encontram na venda ambulante a única fonte de sobrevivência.

Em declarações à imprensa, José Tavares, presidente da referida comissão explicou que a venda ambulante está a criar sérios transtornos, apresentando ao mesmo tempo uma imagem negativa aos turistas que preferem a capital angolana como ponto de referência. Por esta razão, disse José Tavares, é necessário a proibição para se pôr cobro à chamada desorganização à cidade. "É preciso proibir ou acabar com as vendas ambulantes porquanto, a cidade não é para as zungueiras mas sim para visitantes e turistas", exortou o governante.

O responsável pela cidade de Luanda informou que a partir do dia 9 de Abril, começaram a ser publicados no diário angolano, os locais e mercados disponíveis para o exercício da venda informal.

À imprensa, José Tavares deixou claro que em nenhum momento o governador de Luanda, Bento Sebastião Francisco Bento, autorizou, no encontro que manteve com as zungueiras, no Pavilhão da Cidadela, que as mesmas deveriam fazer as suas vendas em locais não autorizados. "Não é verdade, e se as mesmas não obedecerem às ordens dadas, então deixaremos que os fiscais tornem conta do caso e as próprias irão arcar com as consequências", asseverou. A governação de Luanda, garante que foram construídos vários mercados e muitos deles estão às moscas, a espera dos vendedores que "insistem apenas em vender nas ruas e locais impróprios".

Recentemente, a administradora do Mercado do São Paulo, fez saber que no mercado de que é responsável, ainda há espaços para acolher novos inquilinos. "Ainda tem lugares, não importa o município a que pertence, está de braços abertos para recebê-los", disse.

Numa ronda feita pelo Semanário Continente, por alguns mercados de Luanda, constatou-se que a situação é lastimável, de senhoras com crianças às costas, correndo de um lado ao outro com a mercadona sobre à cabeça, fugindo os fiscais das administrações, pelo facto destas não terem lugares fixos para a comercialização dos seus produtos.

À nossa reportagem, dona Antónia, vendedora do Mercado do São Paulo, há 12 anos, vende de tudo um pouco.

A cidadã que tem na zunga a única fonte para manter a sobrevivência, lamenta a atitude do Governo Provincial, que segundo a mesma "tem de se criar condições ou dar emprego às pessoas. Proibir a venda nas ruas, o que é que as pessoas vão fazer com esta vida tão difícil?", questionou".

Ela diz que prefere zungar com o negócio pelo facto de não encontrar espaço no Mercado do São Paulo e as que conseguiram um lugar, também se debatem com a questão dos clientes que pouco frequentam o espaço delimitado para as vendas, por encontrarem já nas ruas e arredores do mercado o produto pretendido.

"Agora já não sabemos a quem vamos obedecer", começou por dizer outra vendedora encontrada numa das avenidas da cidade, avançando que "na reunião em que foram convocadas algumas vendedoras ambulantes na Cidadela Desportiva pelo governador de Luanda, Bento Bento tranquilizou as zungueiras, autorizando-as a vender à vontade e que ninguém poderia incomodar as mesmas, nem pela polícia, muito menos pelos fiscais das administrações. Agora com esta decisão, a quem vamos obedecer?", interroga-se a zungueira que todos os dias, acorda nas primeiras horas do dia, para rasgar as ruas da cidade, em busca do pão de cada dia.

Segundo Arminda José, jovem de 24 anos de idade, que vive no município de Cacucaco, vendedora de roupas de adultos e calçados do sexo feminino, diz que ser zungueira não é fácil, além de ir cambolar (procurar) o negócio nos armazéns que já é uma luta muito grande e ter que andar muitos quilómetros, longas distâncias, ainda temos que aturar os polícias que levam o nosso negócio, tudo isto porque não temos lugar dentro do mercado.

Arminda José é antiga vendedora do mercado do Roque Santeiro, agora instalada no São Paulo. Mãe de quatro filhos, ela revelou à nossa reportagem que "dentro do mercado não é para qualquer pessoa e para se conseguir um espaço, a pessoa tem que desembolsar 25 mil Kwanzas, já que muitas senhoras que saíram do Roque Santeiro, ocupam dois a três lugares".

3.13 Tavares “rasteira” a Bento Bento

Jornal Manchete

18 de Abril de 2014

Texto: *Banza Do Nascimento*

O combate a venda ambulante nas ruas de Luanda conta desde a semana passado com um instrumento jurídico que visa regular a venda nas áreas em que a Comissão Administrativa de Luanda (CACL) comanda.

De acordo com o director do Gabinete CACL, David Jorge as multas ou coimas para àqueles que infligirem a norma poderá custar dois salários mínimos nacionais, qualquer coisa como 36 mil kwanzas. De salientar que o preceito legal em causa, não só penaliza o comerciante ambulante, mas também todo o cidadão que adquirir produtos na via pública e aqueles que derem guarita aqueles que armazenarem mercadorias e produtos dos vendedores que se encontrem em trans- gressão administrativa. O dirigente que apresentou na ocasião o edital, dos locais em que se considera permitido a venda ambulante na capital.

No entanto, a iniciativa do presidente da Comissão Administrativa de Luanda, José Tavares tem sido encarada nos corredores da política doméstica como uma verdadeira “rasteira” ao Governador da província de Luanda, Bento Bento, seu superior hierárquico que não tem conseguido gerir o dossier Zungueiras. Apontando, com derrapada o facto de Bento Bento ter induzido ao aumento das actividades de zunga em Luanda e ter prometido valores monetários as comerciantes que participaram do encontro de Março na cidadela Desportiva, sem o cumpnr.

A iniciativa legal que contará com julgamentos sumários, que é inédita no ordenamento jurídico nacional, segundo alguns juristas só peca por não ter como base um sustentáculo social. Onde a CACL peca por ter negligenciado o trabalho exemplar do jornal Angolense e Paulo de Carvalho que realizaram recentemente uma sondagem pública de como os cidadãos gostariam que se resolvesse este problema social. De acordo com o estudo efetuado pelo sociólogo Paulo de Carvalho 33,3% Não concordam com a retirada dos ambulantes das ruas, contra 66,7% que as querem fora das ruas. No que tange a voz de prisão para os ambulantes, quase ninguém as quer presos, 94,51.% contra os 5,46% que pensam que deviam ser aprendidas. No que se prende no que fazer com os ambulantes o estudo revela que 51,4% Qensa que se deve criar espaços apropriados e proibir a venda nas ruas, 2,2% pensa que se deve deixar os zungueiros vender livremente, enquanto que 46,4% opina que o

Executivo deve criar espaços apropriados, mas não permitir a venda nas ruas.

3.14 Mas um regabofe da lavra de JES

Folha 08

22 De Abril de 2014

O governador provincial de Luanda Bento Bento, foi uma vez mais utilizado como “boca de aluguer” e forçado a dizer o que não pensa, mas agrada ao Presidente da República, 34 anos no poder sem nunca ter sido eleito nominalmente, ao dizer só agora, ele ter tomado conhecimento dos excessos, das violações, das pancadarias, dos roubos e dos assassinatos cometidos pelos fiscais de Luanda contra as zungueiras.

Na véspera (14.03) de um manifestação marcada para o 15.03, Bento Bento, movimentou toda a sua armada para mobilizar cada zungueira e ambulante, para se fazerem presentes na Cidadela, para a assinatura de um “pacto de não agressão”, proposto por José Eduardo dos Santos, que desconhecia a brutalidade de uma das suas tropas.

“O Presidente orientou a suspensão imediata de todos os fiscais que maltratam zungueiras”, disse eufórico como se estivesse a anunciar a consagração de um anjo, no decorrer do teatral encontro que lhe fora encomendado por JES. Anunciado com todos os clarins do “M” e a imprensa estatal em peso a anunciar desde alguns dias antes esse “rendez-vous”, o evento era mesmo isso, um rendez-vous, pois em francês a expressão significa, ao mesmo tempo, “encontro” e, como vem mesmo a propósito, “rendam-se ou rendei-vos, cedam, dêem de volta”!

Depois desta boa notícia BB disse: “O presidente orientou a prisão imediata dos fiscais que maltratam as zungueiras”, e dito isto, deixou valsar o seu olhar pela assistência em busca de sorrisos de satisfação, que não conseguiu ver, dado o baixíssimo nível de crédito que atingiu pela negativa toda e qualquer promessa vinda da boca de um homem que nem sequer sabe respeitar a palavra dada.

Tudo boas notícias, porque a organização improvisada, à pressa, desta palhaçada, visava evitar que saísse à rua no dia seguinte, sábado, dia 15.03, uma manifestação de protesto reclamando respeito pelos direitos das mulheres zungueiras e dos vendedores ambulantes, que a sua Polícia e os seus fiscais, maltratam, roubam e assassinam desde o tempo do partido único e que, na actual marcha forçada que fazemos rumo a uma “Democradura” mostra claramente tendência para se agravar. Assim sendo, o blablá não chegou e foi preciso avançar a gasosa tradicional para amenizar e ou atenuar a extrema

desconfiança dos presentes que sempre foram tratados como lixo.

E o governador BB disse: "o presidente disponibilizou dinheiro para compensar a perda deste vosso dia de trabalho e 5 mil kwanzas serão entregues a cada um dos que aqui estiveram presentes".

Ora onde José Eduardo dos Santos tira dinheiro desta forma sem estar cabimentado, para aliciar um grupo diariamente flagelado?

Se para as zungueiras é assim, não podemos estranhar estarem os seus filhos bilionários, pois num simples estalar de dedos e as contas engordam com dinheiro dos cofres do Estado ...

E pronto, só faltou a birra e o kuduro, nesta magistral demonstração de "modus operandi" da escravização de pessoas sem que elas se dêem conta disso.

É que o governador Bento Bento, assim como o Presidente José Eduardo dos Santos, sabem desde há décadas que as zungueiras são frequentemente interceptadas, maltratadas, por vezes espancadas com extrema maldade, violadas, para serem roubadas, mais nada e assassinadas. Nessas acções policiais a lei apenas serve de escudo ao crime cometido.

Portanto, nem vale a pena perguntar se este gesto do PR foi bonito. Não foi, o gesto é suspeito, cínico e comédia, é finta, mas também é de louvar, por ter sido organizado em nome da manutenção da paz social e como curativo provisório do medo que JES tem de um possível levantamento popular.

No entanto, pensamos que o que se passará doravante será o que vamos ver e uma repetição do que já vimos. Não tão violento, mais nas calmas, embora sem enfraquecimento do espírito repressivo que sempre reinou na Angola governada pelo MPLA. Estamos convencidos disso porque se recapitularmos com muita atenção tudo o que BB disse, verificamos que foi ele próprio quem, no passado dia 14 deste mês quando falou com as zungueiras, deu indicações claríssimas da sorte que lhes será reservada num futuro a médio prazo. Preveniu-as, elas e os vendedores ambulantes que se cuidem. É o que vamos ver mais adiante depois de fazer um breve voo por cima deste ninho de cucos que é Luanda, depois da tomada de posse de Bento Bento.

OCONSUIADO DE "BENfO VENTO"

Bento Sebastião Francisco Bento, foi nomeado por José Eduardo dos Santos no dia 30 de Setembro de 2011, tomando posse 24 de Novembro do mesmo ano.

Na apresentação dos membros do seu executivo, BB afirmou que a proibição da venda ambulante em Luanda era uma das medidas consideradas urgentes e que deveria ser tomada nos próximos dias. Era um objectivo que ele assumia e visava melhorar a gestão dos centros urbanos e estancar a actividade comercial nas artérias de Luanda. Para atingir esses fins certificou que os vendedores seriam cadastrados, devidamente identificados e que mais mercados seriam construídos para possibilitar às então, a seu ver, ex-zungueiras e ex-vendedores ambulantes, uma boa oportunidade de terem uma "banca" num desses novos mercados.

Aconteceu então que alguns dos comerciantes informais reconheceram que a prática da actividade de vender na rua não contribuía para wna boa imagem da capital e, portanto, mostraram-se disponíveis para, num futuro próximo acatarem a decisão do governador.

Mas atenção, sendo a sua maioria desempregados e terem como único sustento das famílias a prática da vendas nas ruas de Luanda, advertiram que só aceitaria deixar a venda ambulante caso lhes fosse apresentado um melhor lugar que lhes garanta o sustento. Claro está que a construção de mais mercados bem como a organização e formalização da actividade mercantil na província poderiam ser apontadas como possíveis soluções para se minimizar o comércio informal, actividade que é um indicador indesmentível da alta taxa de desemprego em Angola. Assim entendida a questão, o governo provincial de Luanda tentou dar resposta ao problema, só que a criação de empregos como parte da solução nem sequer pode ser aqui chamada, pois em vez de se notar awmento de postos de trabalho, o que se viu foi aumento de desempregados!

Quanto aos mercados construídos para resolver o problema, como de costume eles foram erguidos em cima do joelho, alguns nem vias de acesso fácil e rápido tinham e de muito pouco ou nada serviu inaugurar com pompa e circunstância, a li de Novembro de 2013, quatro novos mercados em Luanda, com capacidade para 3650 vendedores, num investimento de 12,5 milhões de dólares, financiado pela linha de crédito da China.

3.15 Mercado. O drama dos ambulantes do Asa Branca

Semanário Agora

25 De Abril de 2014

Texto: Gaspar Faustino

Quem ganha a vida no mercado não tem sossego, nem mesmo lugar para expor os seus produtos. Os

vendedores exigem soluções imediatas da administração que mais parece estar com as 'mãos atadas'

Os vendedores do Asa Branca, no Cazenga, ouvidos pelo Agora, mostram-se preocupados com a falta de espaço neste mercado e garantem que, muitas vezes, não têm onde colocar à venda os seus produtos, por falta de bancadas.

Face a esta situação, muitos abandonam o mercado para comercializar os seus produtos à beira da estrada, junto do lixo, colocando a sua vida e dos consumidores em risco.

A vendedora Luísa Bessa disse que muitos dos seus colegas procuram alternativas à beira da estrada e fazem-no por falta de espaço no interior do mercado.

"A realidade é muito triste. Temos de dividir uma bancada por quatro pessoas, algo que não acontece noutros mercados", explicou Bessa, que trabalha há mais de 15 anos no Asa Branca.

O mercado foi criado para acolher perto de 1300 vendedores, havendo, actualmente, mais de 4000 cadastrados a comercializarem fora deste espaço, uma vez que alegam que o administrador do mercado criou algumas boutiques de roupa no interior da praça, deixando pouco espaço de manobra para os vendedores.

Entre estes estão pessoas provenientes do antigo Rock Santeiro, do Catintom e do mercado do Bonga Bonga. Por seu lado Maria Femando, vendedora há mais de 20 anos, no mesmo mercado, diz que a situação no Asa Branca não é das melhores. Ela sente-se agastada com a administração do Cazenga por nada fazer para melhorar o problema.

"Somos viúvas, temos filhos para sustentar; não sabemos onde vamos vender. A única coisa que os fiscais sabem fazer é pedir dinheiro aos vendedores. Com este tipo de comportamento não sei como é que este país vai caminhar", insurge-se Maria Femando, acrescentando que "é necessário que a administração do Cazenga faça alguma coisa".

VENDA NO LIXO. Um dos problemas mais graves que a reportagem do Agora consta-o tou tem que ver com a venda de alimentos como peixe, carne fresca ou legumes ao lado do lixo, num ambiente de moscas e água pútrida, representando este cenário um claro perigo para os consumidores.

O trânsito caótico e a poluição sonora são também elementos que levam ao estado degradado da

conhecida 6º avenida do Cazenga, adjacente ao mercado do Asa Branca.

Segundo os relatos de alguns moradores, a venda não autorizada influenciou a desordem e o aumento do lixo, prejudicando severamente a qualidade de vida da população.

Edvaldo Bravo, morador do Cazenga, explicou que o mercado a céu aberto foi criado desde o momento em que os fiscais da administração começaram a correr com as senhoras.

"Nós temos acompanhado tudo desde o princípio. Este mercado foi mal construído e o seu administrador preferiu colocar boutiques de roupa no interior. É triste. Aqui no Asa Branca há senhoras que vendem há mais de 20 anos", frisou, sublinhando que as vendedoras "não têm culpa do surgimento do mercado na rua".

O FIM DA VENDAAMBULANTE. Em declarações à RNA, José Tavares, presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL), alertou que, a partir do pretérito dia 8 não mais seria permitido que alguém vendesse fora dos mercados.

O responsável fez saber ainda, que existem mercados em todos os municípios e distritos e, em caso de falta de vagas, as administrações estão orientadas a indicar os locais para a realização das feiras itinerantes.

"Aquele que for encontrado a vender na rua, será em primeiro lugar orientado a abandonar o espaço e se não fizer vai ver os seus produtos recolhidos pela Polícia Económica e pela nossa Fiscalização", avisou.

O mesmo explicou que os vendedores interpretaram de forma errada a mensagem do governador Bento Bento, numa reunião realizada no pavilhão da Cidadela Desportiva.

"A orientação existente é para não vender na rua mas sim nos mercados construídos e colocados à disposição pelo Estado para a venda de produtos. Por outro lado, onde não houver mercados, as administrações municipais e distritais devem criar espaços para fazer feiras e possibilitar que os nossos municípios possam fazer a venda dos seus produtos de forma organizada e limpa", explicou o presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda.

O Agora tentou contactar o administrador do mercado, mas esse esforço não teve êxito. Fomos informados pela administradora adjunta, Reça Ngueve, que tanto ela como o seu superior hierárquico só podem falar á comunicação social

mediante autorização do administrador municipal do Cazenga, Tany Narciso.

3.16 Nada contra a kinguila

Economia e Finanças

25 De Abril de 2014

Há alguns bom anos atrás, numa daquelas publicações do ManKiko (o imbumbável) que todos líamos no Jornal de Angola, lembrámo-nos que havia um estrangeiro a fugir, literalmente, porque viu que em Angola as senhoras faziam o câmbio de moeda na rua, abanando grandes maços de notas.

A verdade é que o estrangeiro fugiu mesmo naquela altura, o tempo passou mas as notas continuam a ser abanadas na rua e as nossas primas, irmãs, tias e mães continuam a fazer a troca de moeda na rua para enfado da sustentabilidade do nosso kwanza.

Sem nada pessoal para com as pessoas que optam por tal actividade, convém realçar o que já foi dito inúmeras vezes, daí o fenómeno ser combatido, sobre o mal económico que deriva da venda de grandes quantidades de moeda na informalidade.

Esta prática, além de ser uma actividade não legalizada, com ganhos muito consideráveis, não é sujeita à tributação fiscal, não é controlada, portanto é quase impossível saber-se a quantidade de massa monetária que é transaccionada.

É tecnicamente nociva a todo esforço feito pelo Executivo para defender a moeda nacional, pois defender a nossa moeda, é só e apenas importante, para que se controle a inflação e a inflação dita directamente o volume do poder de compra de cada cidadão.

Vamos dar um exemplo básico: a medida que os cidadãos estrangeiros (preferencialmente) e nacionais utilizam as/os kinguilas para comprar altos volumes de dólares, oferecendo para tados nossos kwanzas a uma taxa bem mais elevada do que a taxa oficial, estão a tornar escasso o dólar (apreciá-lo) e estão a tornar abundante o kwanza (depreciá-lo).

Neste contexto, a medida que o kwanza se vai depreciando e os bens e serviços oferecidos mantêm-se constantes, haverá mais kwanzas para adquirir o mesmo bem o que certamente deverá resultar num aumento do preço de determinado bem, mas a questão é que o rendimento das pessoas também se mantém inalterado (pois, não é actualizado à medida que o preço dos bens aumenta), resultando na perda do poder de comprados cidadão.

O resultado imediato será a desvalorização do kwanza face ao dólar ou outras moedas estrangeiras e se a nossa moeda se desvaloriza é um terror para nós porque somos importadores de quase tudo que consumimos e precisaremos de mais kwanzas para comprar os mesmos dólares ou euros, para importarmos o que quer que seja.

A actividade de kinguila, além de ilegal, não pagar impostos é nociva ao próprio poder de compra do cidadão, além do facto de indirectamente influenciar na própria política monetária do Estado, visto que é levado a reter a taxas crescentes o volume de reservas em moeda estrangeira, para proteger o kwanza, deixando assim de aplicar em bens públicos que tanto necessitamos.

O facto de não se poder controlar a quantidade de valores monetários implicados torna muito difícil a tarefa do Estado, pois há períodos da actividade económica que é essencial fazer o "jogo de enbraiagem" da liquidez no mercado, bem como abre uma via expressa para a lavagem de dinheiro e falsificação de cédulas monetárias.

Mas o problema é muito mais sério do que se imagina, na medida em que o dinheiro (o kwanza e os dólares) não vai parar às mãos dos/das kinguilas sozinho, bem como estas pessoas não detêm contas bancárias chorudas, a verdade é que dentro do sistema financeiro existe muita boa gente a ganhar dinheiro com esta actividade a custa do bem comum.

Os donos e responsáveis de algumas tesourarias que com um leque vasto de clientes predominantemente estrangeiros que pretendem a todo custo fazer sair os dólares de Angola (chegando estes a pagar AOA 10.800, 00 dez mil e oitocentos kwanzas por cada nota de USD 100,00 - cem dólares), disponibilizam os kwanzas para as/os kinguilas, para que seja feito o negócio e dependendo do volume de dólares, o negócio torna-se mais ou menos lucrativo.

Portanto, o facto de haver uma massa monetária bastante considerável no mercado informal cria oportunidade para aqueles que são pouco honestos nas transacções bem como na gestão da coisa pública e alheia.

Também temos plena noção que não estamos aqui a descobrir a pólvora, mas é importante que se tome atenção a este fenómeno que parece estar a crescer nos últimos tempos com a chegada de expatriados, que por razões ideológicas, pessoais e conjunturais não mantêm os seus rendimentos no sistema financeiro nacional e em moeda nacional.

3.17 Sobe e desce

Jornal Agora

25 de Abril de 2014

Texto: José Tavares

Como foi recentemente anunciado, este general, indicado para dirigir a Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL), quer acabar com a venda ambulante na urbe, chegando a avançar datas para que os 'zungueiros' deixem as ruas. Mas, a verdade é que o comércio ambulante continua em vigor. Em contrapartida, se o presidente da CACL, José Tavares, está preocupado com este fenómeno, não menos importante é a 'maka' das estradas que tendem a desaparecer. Já viu como ficou a do Camama depois das últimas chuvas?

3.18 Taxistas cruzam os braços no Huambo

Jornal Manchete

25 de Abril de 2014

Texto: José Alberto

Cerca de trinta taxistas, das rotas Huambo - Caála - Huambo, Bailundo, e vice-versa, paralisaram as suas actividades nas primeiras horas da manhã da passada quinta-feira, 17 de Abril, como forma de protesto às constantes moléstias de que são alvo nos últimos tempos por parte dos agentes da Polícia de Trânsito e dos agentes da fiscalização, em virtude da falta de definição de locais fixos para as paragens de embarque e desembarque de passageiros.

Os homens do volante ouvidos pela reportagem Manchete, acusam a polícia e os fiscais do governo da Província do Huambo, de estarem a agir de má-fé e de os impedir de exercer as suas actividades sem qualquer tipo de fundamentação plausível.

O Jovem Fernando, que diariamente faz a rota Huambo-Caála-Caála-Huambo, constitui um exemplo acabado desta afirmação. Nando, como é tratado pelos colegas, disse à nossa reportagem estar farto da atitude dos fiscais da administração do Município do Huambo e da polícia que os impede de trabalhar sem contudo indicar lugares alternativos concretos onde os vulgos "Candongueiros" possam estacionar sem serem incomodados pelos agentes da ordem.

" Nós já não sabemos o que fazer. Estão constantemente a nos mudar as paragens. Para estacionarmos os nossos carros para efectuarmos o embarque e desembarque de passageiros, antes estávamos na área do palácio, mas retiraram-nos desse local, e então passaram-nos para a zona da rua 5 de

Outubro, e depois fomos igualmente retirados de lá e passaram-nos para aqui, e agora, para nossa surpresa, a partir de ontem, começaram a correr conosco sem nos indicarem para onde irmos agora" interrogou-se.

O outro taxista por nós ouvido, foi o Lázaro Pedro, que lamentou o comportamento das autoridades e considera estarem face a uma situação de abuso de autoridade e falta de respeito à actividade dos taxistas, que apesar de todas as dificuldades, procuram cumprir com as suas obrigações pagando anualmente da taxa de circulação " Queremos saber qual é o problema e ninguém nos consegue dizer absolutamente nada. Só dizem que já não pudemos estacionar aqui.

Então, que nos indiquem um novo sítio onde possamos trabalhar, já que aqui não dá para trabalhar, por causa da polícia e da fiscalização que corre conosco como se não estivéssemos legalizados e não pagássemos a taxa de circulação todos os anos", Desabafou.

E os passageiros, que são os principais beneficiários das actividades dos "azuis e branco", junto à nossa reportagem manifestaram-se solidários com os chamados "candongueiros" e esperam que seja encontrada o mais rapidamente possível uma solução que satisfaça as partes.

POLÍCIA DESDRAMATIZA

Em reacção à paralisação dos taxistas, o comandante da Unidade operativa do comando Provincial da polícia Nacional no Huambo, Superintendente chefe Simões Coelho, negou as acusações feitas pelos taxistas aos agentes da sua corporação, por alegada má conduta dos homens da farda azul, salientando, que o seu efectivo, faz cumprir apenas a lei. A alta patente do ministério do Interior, disse haver uma certa indisciplina por parte dos taxistas que insistem em não acatar as orientações da fiscalização e da polícia nacional quanto aos locais fixados para o embarque e desembarque de passageiros determinados pelas autoridades administrativas, " foi localizada uma área provisória pela administração Municipal onde eles podem sem qualquer dificuldade estacionar mas, infelizmente, muitos taxistas insistem em continuar a estacionar na zona do palácio, e isso não podemos permitir", Concluiu.

3.19 Trabalhadores sem contratos e outros direitos no sector informal

Jorna O PAÍS

25 De Abril de 2014

Texto: Hennenegildo Tchিপilica

Esta é a realidade constatada pela reportagem de OPAIS, na ronda que efectuou por alguns estabelecimentos, com início no bairro Cassequel, bem por detrás do Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro. Aqui, entre a cabeceira do aeroporto e a entrada do bairro do outro lado da pista, existem vários armazéns e cantinas, muitas delas pertença de cidadãos angolanos que as arrendaram a estrangeiros, com realce para senegaleses, mauritanianos, chineses, malianos e outros.

Neste local, o movimento de pessoas e táxis é frenético, por se tratar de um ambiente dominado pelo comércio. Entre os armazéns e cantinas, as vendas são feitas sem sobressaltos. O lixo e a poeira reforçam o ambiente caótico ali reinante, onde as duas bermas da estrada estão invadidas por vendedores de produtos de baixo custo como sabonete, bananas, utensílios vários. Enfim, uma amálgama de coisas para no final ter o dia ganho.

Cantinas e armazéns sustentam venda na rua

Muito dos bens comercializados na rua são comprados nos armazéns e cantinas. Na cantina Esperança Comercial, de Ângelo Correia de Mello, sita na rua 50 do bairro Cassequel, vende-se de tudo um pouco, mas sobressaem os vidros, tintas, equipamento sanitário. O estabelecimento está alugado a cidadãos mauritanianos. Nela trabalha o jovem angolano Paciência Silvestre, de 18 anos, natural de Luanda e residente no bairro GoIf 11. Ao ser avistado, encontrava-se a fazer a montagem de uma ventoinha que é comercializada a 3 mil e 500 Kwanzas. O seu dia a dia laboral começa às 7 e termina às 17 horas. "O meu trabalho é limpar, montar coisas e carregar. Estou há três meses a trabalhar e ganho 20 mil Kwanzas". Adianta que é um valor que "chega" para as suas necessidades.

Sem contrato de trabalho e desconhece os seus direitos

Paciência ignora os conceitos da legislação laboral como o termo contrato de trabalho, segurança social e outros. "Não tenho, porque não sei", disse quando devidamente esclarecido sobre a importância destes instrumentos na relação laboral.

Apesar de relevar um desconhecimento de direitos laborais, Paciência Silvestre mantém-se firme na sua

tarefa com a perspectiva de um dia vir a ter um futuro risonho, mas, enquanto isso não acontece, o melhor é continuar.

No Kífica entre OS que têm e não têm garantias laborais

Do Cassequel ao bairro Kífica, na zona de Luanda Sul, onde foi construído um mercado com o mesmo nome. Um conjunto de armazéns estão dispostos ao longo da estrada que vai ter ao mercado.

Na Ango-AlBarak, de cidadãos libaneses, que vende material de construção diverso, encontramos a funcionária angolana Feliciano Xavier, que ali trabalha há um mês. Para ela o trabalho era bom, mas tal como o Felisberto entrevistado no bairro Cassequel, não dispunha de informação de natureza laboral acerca dos seus direitos. Questionada se tinha contrato de trabalho ou descontava para a segurança social, disse que não tinha nem uma, nem outra coisa.

Um destes armazéns de cidadãos estrangeiros trabalha Victória Cateco, estudante do 4º ano de gestão de recursos humanos na Utanga. Trabalha há dois meses na loja e diz que é um pouco cansativo devido à distância, no seu caso, mas que na loja estava tudo bem. Quanto ao contrato, disse que os colegas mais antigos têm e usufruem dos direitos legais como o gozo de férias, por exemplo. "Vou começar a gozar férias depois de seis meses a um ano", disse. A interlocutora de O PAÍS descreve a relação com os patrões como sendo boa. "É uma relação boa, são bons patrões e não são exigentes. Não ganho pouco, pelo menos dá para pagar a minha universidade e comprar algumas coisas para a casa". disse.

Um gaBenada simpático

O cidadão Cherif Hassam, da Mauritânia, vive em Angola há oito anos, é um dos gerentes da Ango-AlBarak, que disse haver uma boa relação com os funcionários angolanos. "Aqui temos vários funcionários na facturação e caixa. E o salário vai dos 30 aos 70 mil Kwanzas. Depende muito da capacidade das pessoas e do tempo em que se está aqui", disse.

Quanto aos contratos e a segurança social dos trabalhadores, disse que estes têm isso tudo e garantiu que há na empresa alguém que trata disso, especificamente. Apesar desta sua garantia, emergiu, entretanto, um trabalhador que desmentiu estas alegações.

Diz chamar-se Mateus, está há três anos na empresa Ango-AlBarak e garante que a realidade não era aquela, pois ele não tem contrato, nem desconta para a segurança social, "porque nunca ninguém me disse nada", referiu.

a loja Vito Vico, cujos donos são cidadãos turcos e que se dedica igualmente à venda de materiais eléctricos, encontramos a cidadã angolana Mariana Mateus Henriques, que questionada se tinha contrato de trabalho, ela respondeu que "não tenho. Ainda ninguém preencheu isso e os patrões não dizem nada. É o meu primeiro emprego e estou razoavelmente satisfeita", diz.

Na Rida Group, loja pertença de cidadãos egípcios, encontramos a angolana Aida Samba, que vive no bairro Chinguar. Trabalha há oito meses na loja e ainda não tem contrato de trabalho celebrado. "Não, não temos contrato e nem descontamos para a segurança social. Nunca chegamos a falar sobre isso. Tinha que ser com eles quando entrei e tinham que me garantir isso", disse.

O mesmo se passa com as férias, que Aida Samba contou que não as goza. "Só se fizeres um pedido e nos casos de doença", disse. João Júlio é urna espécie de zelador da loja. Conta que o seu dia a dia é de trabalho árduo para poder sustentar a família. De 34 anos e a viver no Gólf II, trabalha na loja há três anos. Ganha 40 mil Kwanzas que dão para sustentar a família.

Quanto ao contrato e a segurança social disse que não tinha. "Isso aqui é um biscate. Se me ocorrer ir para casa vou. Não tenho férias, nem contrato, nem a segurança social", desabafou. "Já falamos, os fiscais têm vindo aqui e não sei o que eles tratam com eles, não sabemos. Nem eles, nem os fiscais nos dizem nada", sublinhou a propósito da questão dos contratos de trabalho.

3.20 Cupapatas enchem as ruas de Ndalatando

Jornal de Angola

26 De Abril de 2014

Texto: Alfredo Ferreira, Mazarino Da Cunha e Venâncio Victor

O serviço de mototáxis na cidade de Ndalatando é uma actividade vital no transporte de pessoas e mercadorias. Para muitos jovens é a única fonte de rendimento. A actividade é lucrativa, porque a procura na região cresce todos os dias, por falta de carros a fazer serviço de táxi.

Funcionários públicos, estudantes e vendedoras ambulantes utilizam os serviços dos cupapatas e todos consideram que os mototaxistas dão um grande contributo à sociedade, porque respondem com eficácia à falta de transportes públicos no centro da cidade e nos bairros periféricos.

Para além dos cupapatas das motorizadas, ultimamente apareceram em força os triciclos, que fazem sobre tudo transporte de mercadorias. Os mototaxistas começam o seu trabalho por volta das cinco horas da manhã porque a esta hora já há muitos passageiros aguardando transporte. Depois das nove da manhã o trabalho diminui, mas os eupapatas não param. O fim da jornada de trabalho é cerca das 21h00, quando o movimento na cidade abranda. Desde que o sol nasce até à noite os cupapatas estão sempre prontos a levar os passageiros a sítios onde os carros não entram.

Mas o perigo espreita, muitos eupapatas transportam crianças além dos adultos e há passageiros que não usam capacete de protecção. Por cada percurso os passageiros pagam 100,00 kwanzas e, se houver carga, os cupapatas cobram 100,00, kwanzas para transportar um saco de arroz, 50 kwanzas para uma caixa de massa ou frescos.

André Salvador, de 17 anos, explicou que começou a sua actividade em 2013, alugando uma motorizada, com o objectivo de ganhar algum dinheiro para viver. No final de cada semana tem de pagar ao proprietário 20.000,00 kwanzas. O resto, que nunca passa dos 8.000,00 kwanzas, fica para ele. André Salvador, natural de Ambaca, enfrenta grandes dificuldades para exercer a sua actividade.

E está sempre em risco de ter um acidente: "Há bandidos que se fazem passar por clientes e quando chegamos a um ponto isolado roubam-nos as motorizadas".

João Mateus, de 22 anos, faz trabalho de cupapata para satisfazer as suas necessidades básicas. Reconheceu que apesar de algumas dificuldades o trabalho tem estado a facilitar a sua vida tendo em conta o difícil acesso ao primeiro emprego. O jovem mototaxista aconselhou os companheiros a cumprirem o Código de Estrada para evitarem acidentes. João Mateus reprovou a atitude dos automobilistas que desrespeitam os motociclistas, principalmente nos cruzamentos.

Os habitantes de Ndalatando aderiram em grande número ao serviço dos cupapatas. Mateus Marques disse que "eles são úteis, porque há falta de carros a fazer transportes e os mototaxistas levam as pessoas a qualquer ponto da cidade e a baixo preço".

Rosa Manuela, estudante do ensino médio, disse que sem os cupapatas "tinha muita dificuldade de deslocação", pois percorre grandes distâncias. Mas deixou um recado aos taxistas: "Continuem a prestar serviço de táxi mas cumpram todos os procedimentos que o Código de Estrada exige".

Muitos acidentes que envolvem cupapatas são da responsabilidade de automobilistas e peões, que não respeitam quem se desloca nas motorizadas. Entre as causas dos acidentes constam o excesso de velocidade, a condução sob efeito de álcool e a não-observância das regras de trânsito.

O Jornal de Angola apurou que, em média, o Hospital Provincial de Ndalatando regista em média seis vítimas de acidentes de viação por dia e muitos acabam por morrer.

Mortes e feridos

Victor Maxinde, de 38 anos, perdeu um filho num acidente de viação que envolveu duas motorizadas que faziam serviço de táxi.

José Ngola ficou para sempre deficiente de uma perna devido à má condução de um cupapata que o transportava.

O acidente afastou-o da escola. Dados da Polícia Nacional em Ndalatando referem que por semana há uma média de 15 acidentes de viação, quase sempre com mortes e feridos graves.

3.21 Praça da cidade são todas informais e vizinhas do lixo

Jornal de Angola

27 De Abril de 2014

Texto: Arcângela Rodrigues e Edson

Fontes

A falta de higiene e má conservação dos produtos alimentares nos mercados Informais das ruas de Ndalatando são causa de muitas doenças uma vez que há falta de praças oficiais onde o comércio se faça em boas condições para vendedores e compradores.

O único mercado da cidade, o 4 de Fevereiro, encerrou há 15 anos. Começou a ser construído um novo, mas as obras nunca foram concluídas na sua totalidade ..

Os trabalhos pararam e hoje ninguém sabe quando abre as portas. Para os vendedores a única alternativa é vender nas ruas. Maria Bernardo vende no mercado Lenga Lenga, sem as mínimas condições de higiene: "já fomos à Administração Municipal do Cazengo pedir um espaço condigno para a comercialização dos produtos mas até agora nada conseguimos".

Chama-se assim porque no início as autoridades estavam sempre a mandar os vendedores embora: lenga! Lengal! Esta vendedor dedica-se ao negócio do peixe-seco há mais de quatro anos: "reconheço os

riscos para a saúde pública, uma vez que vendemos produtos alimentares na berma da rua sem qualquer higiene", disse Maria Bernardo.

Isabel Damião é estudante e mãe de três filhos. "Todos os dias deixo a casa por volta das sete horas de manhã para apanhar o cupapata e comprar o peixe aqui no mercado do Lenga Lenga. Antes de abandonar a casa deixo feito o almoço do um marido e das crianças", disse Isabel Damião.

Reconhece que comprar produtos alimentares é um risco. Mas como vive perto do mercado informal, tem que aproveitar. Só regressa a casa às 22h00, depois das aulas. As vendedoras do Mercado Lenga Lenga pagam 200 kwanzas a rapazes para recolherem o lixo feito durante o dia, porque a única empresa de saneamento na província, recolhe os resíduos sólidos às 14h00 e os mercados informais só acabam as suas actividades entre as 18h00 e as 19h00. Rosária Paixão vende comida cozinhada.

Reconhece que a falta de higiene nos mercados de rua pode ocasionar doenças muito graves aos consumidores. Uma consulta feita pelo Departamento de Fiscalização de Mercados da Administração Municipal do Cazengo revelou que vários projectos foram desenvolvidos em prol da saúde e higiene nos mercados informais. Mas os resultados foram modestos. Só quando existir um mercado oficial é possível controlar a qualidade dos produtos e garantir um ambiente limpo.

Mercado para o lixo

O novo mercado municipal dificilmente vai abrir as portas. As obras pararam há dois anos, porque as paredes começaram a rachar. Os técnicos estudaram a situação e verificaram que o terreno onde foi erguida a obra, está a desabar. Não vale a pena gastar mais dinheiro

num equipamento que depois de concluído pode ir abaixo.

A coordenadora do projecto de saúde na província, Melissa Mota, disse que está a ser desenvolvido um projecto de reforço de saneamento urbano para eliminar os principais focos de lixo junto dos mercados e zonas residenciais.

De rua em rua

Mas para ter resultados positivos, todos os que comprem produtos nas ruas, devem verificar se os locais estão limpos. Melissa Mota diz que é preciso garantir a saúde da população que consome alimentos perecíveis, como peixe, carne e legumes. Maria Madalena Lourenço, vende peixe seco no Mercado Lenga Lenga há quatro anos.

É desta actividade que tira o sustento da família. Reconhece que os compradores correm riscos quando compram produtos alimentares que estão expostos à poeira, ao sol, à chuva e às moscas: "sabemos que a má conservação dos produtos pode causar problemas à saúde". Peixe, ovos, carne, legumes e outros produtos são postos ao ar livre sem condições de higiene e segurança para os consumidores.

Muitos vendedores foram para as imediações do mercado do Catome, o tal que tem as obras paradas por- que o terreno "está a fugir". Maria da Conceição vende no mercado informal da rua Tala Hady.

O seu grande problema é não ter condições para guardar os produtos: "os frescos que são vendidos a retalho e sobram, são colocados outra vez nas caixas para voltar a vender no dia seguinte. O problema é que muitas vezes já estão impróprios para consum porque não temos câmaras frigoríficas ", frisou a vendedora.

4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

para as acções a constar no Programa de Investimentos Públicos (PIP) para 2015.

4.1 Orçamento de Cabinda foi reforçado

Jornal de Angola
04 De Abril de 2014

O Orçamento Geral do Estado (OGE) para a província de Cabinda referente ao ano em curso foi reforçado com nove mil milhões de kwanzas, anunciou segunda-feira a governadora provincial, Aldina da Lomba Catembo, falando à Radiodifusão Nacional de Angola.

O orçamento agora reforçado é de pouco mais de 15 mil milhões de kwanzas. Este valor, referiu, vai ser investido na agricultura, para melhorar a investigação agrária e incentivar o surgimento de grandes produtores, à semelhança dos projectos agrícolas de Cacanda (Lunda Norte), do Moxico e de Malanje. O montante, acrescentou, serve igualmente para a produção de aves, carne e ovos e para fomentar a agro-indústria. No campo dos transportes, informou a governadora, prevê-se a construção de um "quebra mar" na ponte cais do Porto de Cabinda, aquisição de dois "ferryboats" para fazerem o tráfego entre Cabinda e Soyo, e vice-versa, incluindo os terminais marítimos de passageiros, de modo a permitir a ligação terrestre com o resto do país sem passar pela República Democrática do Congo (RDC).

No domínio da educação, disse a governadora, vão ser construídas as salas no Campus Universitário de Cabinda, numa primeira fase em estrutura pré-fabricada, para começar a dar vida ao empreendimento e melhorar o ensino superior. Aldina da Lomba esclareceu ainda que parte do orçamento está destinado à construção de novas escolas, com realce para o Instituto Politécnico Agrário, que deve entrar em funcionamento no próximo ano escolar, no município do Buco Zau ou de Belize.

A governadora apontou ainda como prioridade a reabilitação da Escola de Formação de Professores, na cidade de Cabinda, tendo em conta o seu avançado estado de degradação, a construção de um magistério primário e de outras instituições de ensino.

Estas construções de raiz ou reabilitação estão agendadas para este ano, enquanto decorrem estudos

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 União das associações defende o património

Jornal de Angola
10 De Abril de 2014
Texto: Manuel Tomás

A união das Associações Locais de Angola (Amangola) vai lançar, nos próximos dias, na província do Huambo, uma campanha nacional de sensibilização sobre a importância da conservação e protecção das infra-estruturas comunitárias, uma forma de preservar o património público, anunciou na cidade do Sumbe o presidente da instituição.

Job Capapinha esclareceu que a associação foi criada para apoiar o Governo nos estudos e trabalhos que põem fim ao subdesenvolvimento das comunidades. Também ajuda a identificar problemas e dá soluções viáveis para a melhoria do nível de vida da população.

A Amangola pretende desempenhar em todo o território nacional um papel relevante, coordenando acções com as administrações municipais, comunais, comissões de moradores, aldeias e outros sectores da sociedade na conservação das infra-estruturas sociais.

"As infra-estruturas sociais vão merecer acções para a sua conservação. Vamos preservar os passeios, jardins, tubagem da água potável, iluminação pública, escolas, centros e postos de saúde", disse Job Capapinha. O governador do Cuanza Sul, Eusébio de Brito Teixeira, garantiu apoio à associação, por se tratar de mais um parceiro que se vai juntar ao Governo Provincial na solução dos problemas que afectam a população.

Eusébio de Brito Teixeira felicitou os novos membros da Amangola e encorajou-os a exercerem com zelo, empenho e responsabilidade as funções que lhes foram atribuídas.

5.2 Financiamento por contribuições

Jornal de Angola
14 De Abril de 2014

O ministro da Administração do Território informou no município da Humpata, província da Huíla, que o financiamento da actividade quotidiana das futuras autarquias deve provir fundamentalmente das

contribuições e impostos locais, cabendo ao Orçamento Geral do Estado o papel de suprir as carências de recursos (ou parte deles) dos municípios e cidades (autarquias) cujas fontes de receitas sejam limitadas.

Bornito de Sousa, que falava num seminário sobre "Voluntariado juvenil e desenvolvimento comunitário", organizado no âmbito das jornadas "Abril Jovem", referiu que essa medida era mais relevante num país como Angola em que grande parte das receitas do Orçamento nacional ainda depende de uma única fonte (o petróleo), pois, em caso de alguma flutuação negativa do seu preço, pode colocar em causa a própria sobrevivência e sustentabilidade das autarquias.

O ministro salientou que vários municípios ainda não têm o desenvolvimento desejado para a realização destas eleições, razão pela qual se está a trabalhar para desenvolver estas regiões. Considerou importante que os cidadãos cumpram os seus deveres, que passam pelo pagamento de impostos.

5.3 Angola possui 40.332 sobas

Novo Jornal
25 De Abril de 2014

A PROVÍNCIA DO UÍGE possui 7.359 sobas, cifra superior aos efectivos da Polícia Nacional naquela região do norte do país, anunciou terça-feira o director nacional da Administração Local do Ministério da Administração do Território, Belisário Santos.

O responsável falava no âmbito da Reunião Metodológica dos Recursos Humanos da Administração Local, aberta segunda-feira, onde informou que a República de Angola conta, actualmente, com 40.332 autoridades tradicionais.

Segundo ele, um diagnóstico feito recentemente pela sua direcção revela que "este número está inflacionado devido ao facto de não haver critérios definidos para se estabelecer o perfil do verdadeiro soba".

"Actualmente, todo o mundo quer ser soba ou seculo, bastando para tal formar uma pequena comunidade na localidade onde reside e se auto denominar autoridade tradicional", observou o responsável.

Para disciplinar a situação, Belisário Santos defende que é necessário definir critérios e perfis para que o "país tenha apenas autoridades tradicionais reais.

Aquele responsável anunciou que o III Encontro Nacional sobre as Autoridades Tradicionais vai ter lugar entre Setembro e Outubro deste ano.

"O fórum nacional será antecedido de encontros municipais e provinciais para a escolha dos delegados", acrescentou, salientando que o evento vai debater o papel das autoridades tradicionais, na perspectiva de se definirem critérios de sucessão e tipo de indumentária que vai passar a identificar a origem dos sobas e séculos.

Belisário Santos concluiu que Encontro Nacional sobre as Autoridades Tradicionais vai trazer benefícios para o país, na medida em que vai encontrar soluções para os problemas que este sector da sociedade atravessa. .

Durante o II encontro das autoridades tradicionais, ocorrido em 2008, foi defendida a necessidade de o país clarificar o papel das autoridades tradicionais, como órgãos representativos das comunidades e entidades culturais.

A preocupação do Governo é esclarecer o relacionamento entre a administração local do Estado, as futuras autarquias e o poder tradicional, tendo em conta a natureza republicana e unitária do Estado angolano.

Participaram no encontro mais de 350 pessoas, entre elas 172 autoridades tradicionais. Além das questões institucionais, foram também discutidos os principais problemas que afectam as comunidades rurais, tais como a agricultura e o défice de infra-estruturas, água potável, energia, saúde e educação.

5.4 Autarquias em debate na Católica

Novo Jornal

25 De Abril de 2014

Texto: David Filipe

O CENTRO DE ESTUDOS e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola vai organizar, nos dias 29 e 30 deste mês, uma Conferência Internacional sobre Descentralização e Autarquias.

A conferência, que vai ter vários prelectores, entre eles, o ministro da Administração do Território, Bornito de Soúsa, Carlos Feijó e alguns embaixadores, conta com a participação de organizações não-governamentais.

Uma nota a que o Novo Jornal teve acesso indica que as autarquias locais estão previstas na Constituição de 2010 e que a sua institucionalização é, actualmente, objecto de uma reivindicação quase generalizada, quer de partidos políticos, quer de Organizações da Sociedade Civil (OSC).

A nota explica que o Executivo não nega a importância do assunto, que também vem captando o interesse generalizado da imprensa.

"Várias questões se colocam em torno da concretização das autarquias, sendo que o Executivo alega falta de condições, argumentando que a criação destas implica "formação de recursos humanos", "organização territorial" que passaria pela "definição das fronteiras das autarquias" e um "registo eleitoral" próprio, o que requer bastante tempo, pela sua complexidade, descomprometendo-se com as datas anteriormente anunciadas, pois o processo não se resume apenas à convocação de eleições", refere.

A nota lembra que "os partidos da oposição acusam o Executivo de falta de vontade política para implementar as autarquias, continuando a desenvolver a administração do território através de um sistema de governação centralizador".

"O que falta ser feito para se implementarem as autarquias, dando curso ao que está previsto na Constituição da República e, conseqüentemente, para se realizarem as primeiras eleições autárquicas no país? Quais os parâmetros dados pela Constituição? Que quadro legal comum é necessário para a sua concretização? Que flexibilidade pode haver neste processo? Que implicações orçamentais e financeiras estão em causa? Há ou não vontade política para a materialização deste processo?" Questões que a nota levanta e que espera ver resolvidas nesta conferência.

O centro de investigação programou uma jornada académica de reflexão, dividida em dois momentos: uma Conferência e uma Mesa-Redonda, com académicos, políticos" activistas das OSC, representantes de igrejas, jornalistas, entre outros participantes.

5.5 Tipos de sobas

Novo Jornal

25 De Abril de 2014

EXISTEM DOIS TIPOS de Sobas, o Soba Grande (regedor) e o Soba.

O Soba Grande é aquele que lidera os outros Sobas na comunidade. Este tipo de hierarquia é muito tradicional, por isso, muitas vezes é difícil definir claramente os papéis e as responsabilidades de cada um, já que estão interligados pela cultura e contexto local.

Em determinadas regiões de Angola há um conselho de Sobas que escolhe o Soba. Noutras a sucessão é

realizada por linhagem, em que o sobrinho, filho de uma irmã, toma o lugar do seu tio por morte deste.

O Soba toma decisões, organiza eventos especiais, desempenha o papel de juiz e age de forma a prevenir o aparecimento de problemas externos à comunidade, tais como a feitiçaria.

As suas funções são a de fazer a ponte entre a comunidade e o governo, informam-se sobre os problemas, investigam as causas e procuram soluções para problemas relacionados com a morte, doença ou outros assuntos similares.

É também o responsável pela segurança da comunidade e estabelece as regras que devem ser aplicadas.

O Soba trata localmente dos problemas sociais ou tradicionais, como a feitiçaria. Se não for capaz de resolver localmente os problemas, o Soba faz um relatório para apresentar ao Soba Grande que vai analisar e, em colaboração com outros Sobas, decide o que fazer.

Sempre que há descontentamento local é o Soba que representa o povo perante a administração municipal, para expor os problemas e tentar solucioná-los. D.F.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Sector imobiliário tem crescimento mundial

Jornal de Angola

06 De Abril de 2014

Texto: João Dias

A presidente da Associação dos Promotores Imobiliários de Angola, Branca do Espírito Santo, disse ao Jornal de Angola que o sector imobiliário tem registado um crescimento digno de realce nos últimos anos e reconheceu que tal se deve à paz que país vive há 12 anos.

Apesar disso, Branca do Espírito Santo aponta a escassez de terrenos infra-estruturados como um entrave aos negócios imobiliários. Os preços especulativos, os loteamentos clandestinos e a invasão de terrenos, sejam reservas fun- diárias do Estado ou privados, são também obstáculos que os operadores têm de vencer.

Branca do Espírito Santo diz que todos estes factores tornam o preço final dos produtos mais elevado, um cenário que pode mudar com um quadro legal capaz de definir e suportar iniciativas de fomento e promoção da habitação social.

"A estratégia de fomento habitacional necessita de parcerias público privadas e crédito para que sejam sustentáveis", disse a agente imobiliária.

O acesso à habitação é um direito constitucional. O país tem registado um crescimento digno de realce em tempos de paz. A presidente da Associação dos Promotores Imobiliários de Angola falou dos níveis de construção no terceiro trimestre de 2013, tendo destacado que as principais dificuldades enfrentadas pelos empresários do sector imobiliário são a insuficiência da procura, o elevado nível de taxas de juro, as dificuldades financeiras e o elevado absentismo da mão-de-obra.

Tudo isso, justificou Branca do Espírito Santo, encarece o custo da construção, numa altura em que o crédito hipotecário é ainda incipiente, não existem incentivos fiscais para arrendamento, há uma grande lentidão no processo de regularização jurídica da habitação e o Fundo de Fomento Habitacional não está operacional.

Em relação à Lei do Arrendamento, disse que o actual cenário exige legislação que permita uma livre

negociação entre senhorio e inquilino e que atraia mais investidores. Mas reconheceu a existência de bons resultados no domínio da habitação social. Em relação à especulação imobiliária, Branca do Espírito Santo, lembrou que a intervenção do Governo no sector exerceu uma grande influência sobre os preços e favoreceu o acesso à habitação, tendo aplaudido a adopção da renda resolúvel para garantir facilidade na aquisição de casas.

Incentivo fiscais

O regime de impostos sobre o património imobiliária registou algumas alterações. O imposto de Sisa passou de dez para dois por cento do valor do imóvel e isenção para habitação com valor abaixo de 78 mil UFC (Unidade Fiscal de Correção), o que corresponde a 6,5 milhões de kwanzas.

O Imposto de Selo sobre financiamento à habitação passou de 0,3 por cento para 0,1 por cento. Além disso fica reduzido o Imposto de Selo sobre o contrato de compra e venda do imóvel de 0,5 para 0,3 por cento. Na tributação de imóveis não arrendados a isenção do pagamento de imposto incide nos imóveis abaixo dos cinco milhões de kwanzas e a redução da taxa de imposto de 30 para 0,5 por cento a incidir apenas sobre o valor do imóvel que exceda os cinco milhões de kwanzas.

Investir na diferenciação

A quota de urbanização aumenta na medida em que cresce a população. Mais pessoas saem do mundo rural para as cidades. É uma tendência mundial.

Branca do Espírito Santo defende que essas tendências devem ser tidas em conta na estratégia do Governo, que deve ser seguida de uma política coerente e de crescimento habitacional e do seu acesso.

Branca do Espírito Santo disse que os projectos habitacionais do Estado vão ajudar a regular e a baixar os preços, mas são necessárias medidas estruturais na macroeconomia para que a queda de preços e a procura sejam sustentáveis para o sector privado.

Casas vazias

Branca do Espírito Santo defendeu que é preciso alterar a modalidade de pronto pagamento para renda resolúvel, pois nem todos têm capacidade para adquirir uma habitação a 75 ou 100 mil dólares, num mercado em que o acesso ao crédito bancário é difícil. Esse factor aumenta a resistência à compra, levando a que muitos projectos habitacionais fiquem com as casas vazias, pois a modalidade de compra e os seus preços astronómicos, incentivam as pessoas a optarem pela auto construção, ou pela renda resolúvel. O sector

privado' pode optar também pela renda resolúvel "Não é o que pretendemos, mas se houver esta forma de pagamento achamos que o Fundo de Fomento Habitacional deve exercer um papel mais activo no incentivo aos privados", realçou. Branca do Espírito Santo lembrou que nem mesmo nos países ricos se compra casa a pronto, fundamentalmente numa altura em que se fala muito de branqueamento de capitais. "Não se pode esperar que as pessoas tenham 120 mil dólares para comprar uma casa. Não está correcto. E isso é excluir a maioria, principalmente os jovens e adultos com salários modestos", disse.

Os tempos de paz

Em relação ao sector da habitação, reconheceu ter havido uma assinalável evolução nos 12 anos de paz, embora se tenha registado ao longo de muitos anos, pouco investimento. Lembrou também que a paz propiciou o surgimento de projectos que ditaram o crescimento do sector.

Dos edificios da Endiama, Debeers e o e Palanca na Avenida António Barroso aos projectos habitacionais de Luanda Sul; Talatona, Urbanização Nova Vida e novas centralidades em Luanda e nas capitais das províncias, o sector imobiliário continua a crescer em tempos de paz.

Numa altura em que surgem novos edificios um pouco por toda Luanda, a presidente da Associação dos Promotores Imobiliários de Angola sugere que o sector privado construa para todos os segmentos, o que pode aumentar a oferta e reduzir o défice.

O programa Nacional de Habitação prevê a construção de um milhão de fogos, dos quais 115 mil para o sector público, 120 mil para as parcerias público privadas, 80 mil para o sector cooperativo e 685 mil na autoconstrução dirigida.

O Programa de Investimento Público conta com 12 programas e 2.174 projectos e o privado com 20 programas e 128 projectos.

6.2 Fomento Habitacional na Luanda Sul

Jornal de Angola

07 De Abril De 2014

Texto: João Salvo

As obras de construção de 600 casas sociais nos municípios de Muçondá, Dala e Cacolo, na província da Lunda Sul, terminam em Junho, anunciou em Saurimo o vice-governador para os Serviços Técnicos e Infra-estruturas.

António Jorge Teixeira disse que estão concluídas 450 casas. Por isso, a partir de agora começa a construção das acessibilidades, colocação de lancis, passeios, postes de iluminação pública e ligação da água potável e luz. O vice-governador acrescentou que, depois da conclusão dos equipamentos sociais, como escolas, centros de saúde, esquadras policiais, campos desportivos, jardins e outros serviços, as casas podem ser habitadas.

Nesta empreitada, o município de Muçondá, que dista 200 quilómetros de Saurimo, tem já concluídos, no novo bairro, um lar de estudantes, um centro materno-infantil e uma escola do primeiro ciclo.

6.3 Casas para ex-militares

Jornal de Anogala

09 De Abril de 2014

Texto: Dioniso David

Antigos combatentes e veteranos da pátria vão receber residências, em Ondjiva, no âmbito do Programa de Investimentos Públicos.

As habitações estão localizadas nos bairros Kashila 11 e Ekuma II, nos arredores da cidade de Ondjiva. O projecto habitacional compreende a construção de 200 casas para os antigos combatentes, sete das quais concluídas e entregues aos beneficiários. Em breve, outras 20 casas devem estar concluídas e vão ser entregues aos veteranos da pátria que vivem em condições difíceis.

Os sete primeiros beneficiários reconheceram os esforços desenvolvidos pelo Governo Provincial do Cunene em prol do bem-estar da população em geral e dos antigos combatentes e veteranos de guerra em particular.

O governador do Cunene, António Didalelwa, garantiu que, no quadro do programa da construção de fogos habitacionais, o governo da província continua a desenvolver esforços para a solução do problema de falta de casas para aqueles que ao longo de muitos anos lutaram para o alcance da Independência Nacional e da Paz efectiva em Angola.

António Didalelwa realçou que os antigos combatentes devem merecer todo o apoio e reconhecimento da sociedade. O governador António Didalelwa anunciou para os sidências. A Direcção Província de Energia e Águas recebeu, em Ondjiva, duas viaturas cisternas com capacidade para 12 mil litros para reforço de abastecimento de água à população rural.

O responsável do sector, Evan-gelista Kamati, disse que os meios entregues são uma mais-valia e vão permitir uma melhor assistência à populações vítimas da seca.

6.4 Mau estado dos acessos “entope” o trânsito de Luanda

Jornal De Angola
09 De Abril de 2014

Rodrigues Cambaia e Gabrie Lbunga

As últimas chuvas em Luanda mostraram a incapacidade das principais vias suportarem a avalanche das viaturas, que evitam as ruas secundárias por estarem, na sua maioria, em estado avançado de degradação.

As vias alternativas estão intransitáveis. Algumas continuam com buracos e água parada das chuvas, ocupando toda a faixa de rodagem. Os engarrafamentos tiveram um aumento e, mais uma vez, os automobilistas são unânimes enrapontar a necessidade da construção e reabilitação das estradas secundárias e terciárias. A Quinta Avenida liga a Deolinda Rodrigues e a Ngola Kiluanje. Esta via corta os bairros Vila da Mata, Tala Hady e Cazenga. Em quase toda a sua extensão está intransitável por causa das lagoas de águas paradas e dos buracos. Nenhum carro passa e quem ousa avançar, corre o risco de ficar com a viatura fora de circulação.

Uma moradora antiga da Vila da Mata lamentou o estado da estrada construída há 14 anos, e revelou que os trabalhos de tapa buraco não tiveram o efeito desejado. As duas ruas da Estalagem, uma recentemente reabilitada, que ligam a Deolinda Rodrigues e a estrada do Calemba 2 a Viana, tomaram-se num caos para os automobilistas e moradores. O serviço de táxi desapareceu por causa das lagoas e buracos que se apoderaram da estrada. Alguns moto-táxis arriscam-se e transportam passageiros.

"As vezes a solução é viajar na carroçaria dos camiões que nos cobram o mesmo valor de um táxi normal. Os carros pequenos evitam passar nestes buracos", disse Adão Bacaio.

Antes da cadeia de Viana, os automobilistas são impedidos de virar à direita. A rua dá igualmente acesso à estrada do Calemba 2, mas as condições de circulação são precárias. Até o posto de combustível, localizado na rua, está sempre vazio em virtude do charco de água lamacenta. No momento da nossa reportagem, um camião com mercadoria estava preso na lama.

Acesso às centralidades

A Via Expresso tem registado mais trânsito nos últimos dias e parece pequena para resistir ao número de carros que circulam nas horas de ponta, após o surgimento das centralidades. Os engarrafamentos já são frequentes porque os caminhos alternativos existentes estão inoperantes neste período. Os moradores das centralidades do Kilamba, Cacucaco e Zango sofrem muito com o mau estado dos acessos a Luanda, onde ainda funcionam os principais serviços. A estrada que liga a Via Expresso a Camama é das mais difíceis para circular. Há longos engarrafamentos por causa dos buracos logo à entrada do Centro de Produção da TPA. Os buracos seguem até ao Shopping Angola-China, na antiga rotunda do Cemitério e a escassos metros do Hospital Geral de Luanda. As obras, nesta via, estão paralisadas. Se seguirem pelo Calemba 2, os automobilistas estão impossibilitados de chegar à Avenida Pedro Van-Dúnem. A via inacabada, que corta o bairro Sapú 1 ao Kimbango não oferece condições para a circulação.

A estrada alternativa que passa pelos bairros do Capolo e Fofoca que dá a Estalagem está em estado lastimável em virtude de um charco que surgiu no meio do caminho por falta de um sistema de drenagem das águas pluviais.

Actualmente os moradores e automobilistas do Kilamba Kixi vivem dias de amargura, pois as ruas do Golf 1 e Rua a Machado Saldanha, no Neves Bendinha, estão com crateras intransponíveis. Nenhuma rua do antigo Bairro Popular tem asfalto. A estrada do Lar do Patriota ao Futungo tem sido um caos. Agora é das mais "engarrafadas". As filas atingem três quilómetros. Os automobilistas defendem que seja construída mais uma via secundária que ligue à Via Expresso. Na Ponte Molhada, nos dias de chuva, os carros e os peões são expressamente proibidos de passar.

Transtornos dos charcos

Automobilistas e passageiros de táxis sentem todos os dias o peso dos engarrafamentos prolongados. João Mavinga, taxista e morador na Petrangol, disse à reportagem do Jornal de Angola que o trajecto de São Paulo até ao Bairro Ngoma está muito difícil. O troço entre São Paulo e o antigo mercado do Roque Santeiro está aos pedaços e nasceram novos buracos com a chuva.

As ruas no interior do Sambizanga, que antes da chuva serviam de alternativa, estão alagadas e ninguém quer arriscar passar por lá.

O táxi está difícil. Em São Paulo são visíveis multidões nas paragens. Logo que chega um carro, vê-se a luta

entre os passageiros por um lugar. Para conseguir um espaço é preciso força e coragem. A tarifa do trajecto São Paulo /Petrangol subiu de 200 kwanzas para 400 kwanzas.

A via do Porto Comercial até à Rotunda da Boavista tornou-se ainda mais complicada com a chuva. O troço, além de buracos e água estagnada, registou deslizamentos de terra. As longas filas de camiões e atrelados impedem a circulação normal. "Aqui é preciso paciência e aguentar a fila", disse Miguel Paulo, condutor de um camião de combustíveis.

Como os táxis não vão às zonas com maus acessos, há cada vez mais gente a circular a pé. O estado das vias de acesso aos bairros São Pedro da Barra e Farol das Lagostas deixa os automobilistas e os moradores agastados.

No bairro Rangel o cenário é o mesmo. A Estrada da Brigada mantém os crónicos buracos e água estagnada, assim como as ruas que dão acesso ao Bairro Precol e Comissão do Rangel.

Outro transtorno tem sido a Estrada da Cuca, que continua com as crateras ao lado da linha férrea. A via alternativa que liga a subestação da Epal do Cazenga até à fábrica Cuca está inoperante. A via alternativa que liga o Beiral à Avenida Deolinda Rodrigues, tanto pela FTU como pelo Comando Provincial da Polícia, é inacessível aos carros ligeiros. O mau estado das vias fez com Baptista Massango deixasse o carro em casa para viajar de táxi. "Sempre que chove ando de táxi, evito ficar horas nos engarrafamentos e buracos que provocam grandes danos no carro", disse.

De Luanda ao Dondo

A estrada nacional que liga Luanda ao Dondo apresenta vários buracos que inquietam os automobilistas. A nossa reportagem constatou que, além de estar a causar acidentes e danos enormes a viaturas, o tempo de viagem é agora maior.

Os automobilistas, que conduzem nesta via, pedem uma rápida intervenção de forma a acabar com os buracos no asfalto, provocados pelas enxurradas.

6.5 Projecto habitacional no Cunene Casas para ex-militares

Jornal de Angola

09 De Abril de 2014

Texto: Dionísio David

Antigos combatentes e veteranos da pátria vão receber residências, em Ondjiva, no âmbito do Programa de Investimentos Públicos.

As habitações estão localizadas nos bairros Kashila 11 e Ekuma 11, nos arredores da cidade de Ondjiva. O projecto habitacional compreende a construção de 200 casas para os antigos combatentes, sete das quais concluídas e entregues aos beneficiários. Em breve, outras 20 casas devem estar concluídas e vão ser entregues aos veteranos da pátria que vivem em condições difíceis.

Os sete primeiros beneficiários reconheceram os esforços desenvolvidos pelo Governo Provincial do Cunene em prol do bem-estar da população em geral e dos antigos combatentes e veteranos de guerra em particular.

O governador do Cunene, António Didalelwa, garantiu que, no quadro do programa da construção de fogos habitacionais, o governo da província continua a desenvolver esforços para a solução do problema de falta de casas para aqueles que ao longo de muitos anos lutaram para o alcance da Independência Nacional e da Paz efectiva em Angola.

António Didalelwa realçou que os antigos combatentes devem merecer todo o apoio e reconhecimento da sociedade. O governador António Didalelwa anunciou para os próximos dias a entrega de mais residências. A Direcção Provincial de Energia e Águas recebeu, em Ondjiva, duas viaturas cisternas, com capacidade para 12 mil litros, para reforço de abastecimento de água à população rural.

O responsável do sector, Evangelista Kamati, disse que os meios entregues são uma mais-valia e vão permitir uma melhor assistência às populações vítimas da seca.

6.6 “Makas” nas cinco centralidades do país

Jornal Continente

11 De Abril de 2014

Texto: Luís Caitano

A qualidade das casas das novas Centralidades do país, de acordo com os responsáveis das obras é tida como uma maravilha, mas segundo os moradores, os projectos mancham o Estado angolano, porque a falta de atributo dos materiais utilizados, a ausência de fiscalização entre a proprietária da obra e a empresa construtora, resulta em poucas durabilidades das construções, que se assiste actualmente, com muitas rachaduras em pouco tempo, e acompanhadas com falta de energia eléctrica e água potável. A localização e capacidade habitacional das cinco centralidades de Angola, a de Luanda, a maior de todas, situa-se no município de Belas, do Kilamba com

82 mil habitações, Cacuaco 20 mil, de Cabinda na Chibodo com 1.002 apartamentos, Huíla com 11.000 apartamentos, Namibe construída na Praia Amélia e 5 de Abril com duas mil habitações, Benguela localizada na Baía Farta, Luhongo e Lobito com três mil habitações.

O Continente fez uma visita às cinco centralidades do país e constatou 'insitu' o tipo de residências e os problemas que os moradores enfrentam todos os dias, a começar:

Centralidade do Kilamba

Localizada em Luanda no município de Belas, edificada desde 2012, devem estar totalmente acabados em 2015 para beneficiar cerca de 110 mil pessoas de todos os estratos sociais.

O projecto compreende 710 edifícios, 24 creches, nove escolas primárias e oito secundárias. O projecto foi concebido para se desenvolver em três fases, com um total de 82 mil apartamentos, numa área de 54 quilómetros quadrados.

Até ao presente momento a Centralidade do Kilamba é a maior a nível do país.

Problemas

A referida cidade está lotada de problemas, que vão desde a falta constante de energia eléctrica, água potável e elevadores inoperantes.

De acordo com os moradores ficam semanas sem o precioso líquido (água). Os habitantes disseram ao Continente que não há rectidão na distribuição da água à cidade do Kilamba.

Os munícipes avançaram ainda que se sentem agastados com a triste "Nós temos feito reclamações junto das empresas de direito, mas infelizmente nunca encontramos resposta positiva no sentido de mudar este quadro" disse Isabel da Conceição, habitante, num tom de tristeza.

Centralidade de Cacuaco

A Centralidade de Cacuaco também não foge à regra, encontra-se com os mesmos problemas.

A nova Centralidade do Cacuaco contempla mais de 20 mil habitações. Até Dezembro do ano passado, estava prevista a entrega de 10 mil fogos habitacionais. O projecto, com obras a cargo da China Tiesiju Civil Engineering Group Co. Ltd. (CTCE) conta com uma área total de construção de 1,7 milhões de metros quadrados, dos quais 1,6 milhões se destinam à construção de residências.

A referida centralidade, também encontra-se com os mesmos problemas.

Água potável

Os grandes problemas que afectam aquela cidade vão desde a falta de água corrente nas residências. Antes o fornecimento era feito no período da manhã das seis às dez horas e à tarde das 16 às 18 horas, agora segundo os habitantes daquela cidade tudo mudou. Não há água.

Energia eléctrica

Outra "maka" séria nesta cidade é a falta constante de energia eléctrica uma semana com energia outra não, "é uma autêntica dor de cabeça", assim os moradores enfrentam os problemas, que vão desde a falta de funcionamento dos elevadores nos edifícios de oito andares, recolha de resíduos sólidos, falta de centros de saúde e mercados.

Fissuras

Edifícios da Centralidade de Cacuaco, construídos há cerca de três anos, algumas delas apresentam fissuras no interior e exterior.

Centralidade do Dundo (Lunda Norte)

Edificados pela construtora chinesa, são 365 edifícios de cinco andares, 32 com nove, 18 com onze e quatro com 18 andares. Os compartimentos para o comércio 2%, habitação ocupam 18,7% espaço livre colectivo 3,2%, estacionamento 19,28%, lazer e zonas verdes urbanas vai de 40% a 64%, e rede viária 16,18%.

Água insuficiente

A água canalizada que vem do Luachimo é insuficiente para abastecer a Centralidade.

A captação do Mussengue não tem capacidade para abastecer a centralidade do Dundo, assim como a distribuição de energia eléctrica à referida cidade.

As residências só começarão a ser comercializadas a partir do próximo mês de Junho.

Centralidade de Chibondo (Cahinda)

O Projecto de Habitação Social de Cabinda, localizado na província de Cabinda no perímetro da aldeia de Tchibodo, a Este da cidade de Cabinda, é composto por 36 lotes, 90 edifícios de 3 pisos, num total de cerca de 1.002 apartamentos. A área de construção é de 145.186,00 m² e inclui 78 apartamentos do tipo T4-2A com 123 m², 156 apartamentos tipo T4-1A com 116 m², 384 apartamentos tipo T 4-1 B com 121 m² e 384 apartamentos tipo T 4-1 B com 98m².

Fazem parte da empreitada, a execução das seguintes redes de infra-estruturas exteriores:

Redes de águas (6.500m), electricidade (1.304m em média tensão + 12.725m em baixa tensão), 5 postos de transformação, rede de telecomunicações (15.800m), redes de esgotos (4.300m) e de drenagem pluvial (7.800m), vias de comunicação (69.315m²), incluindo passeios (18.764m²) e estacionamento automóvel (17.850m²).

O projecto habitacional contempla ainda equipamentos sociais, tais como uma escola primária com 16 salas de aula com capacidade para 512 alunos, um infantário com quatro salas para 120 crianças, posto médico com 13 camas, uma estação de tratamento de água e uma malha rodoviária clp. sp.is rnilómerros de estrada.

A centralidade foi projectada para seis mil pessoas. A construção deste projecto teve o seu início em 2008. As moradias construídas na urbanização especial de Cabinda estão quase prontas para entrega.

De recordar que na altura das obras a malograda Mambo Café e recentemente, André Pitra "Petroff" criticaram severamente a qualidade das casas e como estavam a ser erguidas.

Centralidade de BENGUELA

A Província de Benguela conta com centralidades na Baía Farta, no Luhongo (Catumbela) e Lobito. Composta por duas mil habitações simples, do tipo T3, que devem ficar prontas em Outubro deste ano. A seguir, o "Projecto Luhongo", no município de Catumbela, com 108 moradias e 992 apartamentos com um progresso de 21 %.

No município do Lobito, as obras avançaram na ordem dos 33%, desde Junho de 2012. Trata-se de uma urbanização composta por três mil habitações, dos quais 2.144 apartamentos e 856 casas sociais.

Todos estes projectos habitacionais abarcam a construção de escolas primárias e secundárias, creches, estação de tratamento de água, central de captação, redes eléctricas, assim como possuem áreas reservadas para serviços sociais e ou instituições públicas.

Negativo

O negativo nesta Centralidade é a demora na conclusão das obras. Segundo a população daquela província não sabem para quando o acabamento das infraestruturas, uma vez que as obras estão muito demoradas.

Paulo Alexandre da Graça disse ao Continente que as casas dessa Centralidade a muito foram questionadas, devido o material utilizado e pouco resistente.

"É complicado o material utilizado, é pouco resistente, tudo isso devido à falta de fiscalização dos trabalhos, e há outro problema que é a qualidade das casas que estão a ser edificadas, deixam muito a desejar", disse Paulo da Graça.

Centralidade da Huíla

Na província da Huíla, na localidade de Quilemba, município do Lubango, está a ser construída a maior centralidade em termos de área de implementação, ocupando uma superfície de construção equivalente a 1.100 hectares contra os 900 hectares da centralidade do Kilamba, em Luanda.

O projecto teve início em Junho de 2012, tem a sua conclusão prevista para 2016 e está ser levado a cabo pela construtora chinesa CITIC. As residências variam entre apartamentos de tipologia T3 em edifício de três pisos e habitações sociais perfazendo um total de 4.840 apartamentos e 6.160 moradias unifamiliares, cinco escolas primárias, quatro escolas secundárias e oito creches.

Centralidade de Namibe

A província do Namibe está a beneficiar da construção de duas centralidades, localizadas na Praia Amélia e no bairro 5 de Abril, numa área de 295 hectares onde serão construídas duas mil habitações, sendo 1.656 são vivendas e 344 apartamentos para 12 mil habitantes.

Estão executados a 78%, na Praia Amélia ao passo que na segunda observou o avanço a 50%, das 1800 casas térreas e dos 200 apartamentos.

6.7 Administração trava abandono de obras sociais

Jornal de Angola

16 De Abril de 2014

Texto: Arão Martins

O administrador municipal do Lubango, Francisco Barros, disse sábado que o abandono de obras por parte de empreiteiras está a preocupar as autoridades, pelo que o combate a essa prática é uma das apostas da Instituição.

Francisco Barros falou no termo de uma visita à comuna da Huíla, onde constatou que a construção de 100 casas sociais que estavam a ser erguidas pela empresa Transafrica, está paralisada.

Embora a situação preocupe a Administração, o responsável descartou, para já, encaminhar o caso às instâncias judiciais, dando prioridade ao diálogo.

A obra, adjudicada em 2012, está bastante atrasada. Em breve, o empreiteiro e todos os elementos envolvidos no processo são notificados, para que se possa encontrar um juízo comum.

A construção das casas é uma iniciativa presidencial, que é realizada no quadro do Programa de Fomento Habitacional e a sua execução é vital para o bem das populações.

A população também está preocupada com a construção das casas, uma vez que o projecto, com término previsto para o ano passado, ainda nem atingiu 15 por cento da sua execução.

O administrador municipal adiantou que as autoridades provinciais, na pessoa do governador João Marcelino Tyipinge, têm feito tudo para que os contratos sejam respeitados, no sentido de garantir que as obras de impacto social sejam entregues a seu tempo.

No quadro dos programas de combate à pobreza e de investimentos públicos, a Administração Municipal do Lubango está a construir escolas, postos médicos e a ampliar o sistema de abastecimento de água potável.

O loteamento e a distribuição de terrenos, para a autoconstrução dirigida, devem ser também acompanhados com o ritmo de desenvolvimento.

Comuna da Huíla

A administradora comunal da Huíla, Cármen Duarte, disse que o crescimento na comuna é notável, na medida em que apresenta um rosto mudado e que melhor dignifica a imagem da localidade.

Os programas de construção de escolas, hospitais e estradas mostram bem este quadro de mudança na qualidade de vida das populações.

Antes do advento da paz, a comuna da Huíla apresentava um número reduzido de infra-estruturas no domínio da educação, saúde e vias de acesso, um cenário que ficou para trás, em função dos esforços das autoridades.

A Administração Comunal está à espera do veredicto final das autoridades municipais do Lubango, com quem a empreiteira celebrou o contrato, em função de um estudo sobre o atraso e do abandono das obras de impacto social.

A construção e asfaltagem da estrada que liga o Quilómetro 16 à comuna da Palanca, no município da Humpata, passando pela comuna da Huíla, são apontadas como outros dos principais ganhos que a localidade beneficia com o alcance da paz.

Este ano estão ainda em curso a construção de escolas e postos médicos no Quilómetro 14 e na sede da comuna, além do surgimento de sistemas de energia.

6.8 Preços das casas carecem de revisão

Jornal de Angola

18 De Abril De 2014

Texto: Marcelo Manuel

O secretário nacional da JMPLA, Sérgio Luther Rescova, defendeu, em Ndalatando, Cuanza-Norte, a revisão dos preços e critérios de acesso para a compra de residências nos projectos habitacionais criados pelo Executivo para permitir que os jovens com poucos rendimentos e salários baixos concretizem também o sonho da casa própria.

O político elogiou o empenho do governo na criação do Plano Nacional de Habitação, pelo número de unidades que estão a ser construídas e distribuídas em todo o país. Mas apelou para a clarificação dos critérios de acesso e dos preços das residências, para que os jovens com poucos rendimentos possam ter a possibilidade de conseguir uma casa, com prazos de pagamento aceitáveis.

O membro do Conselho Nacional da Juventude Jorge Moura afirmou, durante a celebração do Dia Nacional da Juventude, em Ndalatando, que o binómio paz e juventude "é uma combinação que constitui a alavanca necessária para a materialização do sonho do povo angolano para a melhoria da saúde, emprego, educação, formação técnica e profissional, habitação e justiça".

"Hoje os angolanos estão mais confiantes no futuro da nação, pelo facto de o país estar a trilhar pelo rumo e liderança certa, visando a concretização do sonho do povo", frisou. O dirigente juvenil acrescentou que "ao contrário do passado, hoje e todos os departamentos ministeriais possuem programas nacionais e específicos voltados para a inserção da juventude na vida activa, à luz do macro programa de desenvolvimento Angola até 2025".

O Executivo definiu, no âmbito do Programa Habitacional, dar prioridade à juventude no processo de aquisição de residências. Recentemente, vários jovens receberam casas nos projectos habitacionais.

6.9 Sonip “atrapalha” pagamentos nas novas centralidades

Semanário Expansão

18 De Abril de 2014

Texto: César Silveira

Os inquilinos de apartamentos nas centralidades de Luanda, na modalidade de renda resolúvel, já deveriam ter efectuado o pagamento da segunda prestação dos seus imóveis à Sonip, mas continuam à espera de que a participada da Sonangol indique a forma e os valores em falta, constatou uma reportagem do Expansão no Kilamba, Zango, Cacuaco, Kipari e Km 44.

A modalidade de renda resolúvel não foi ainda clarificada pela Sonip, apesar de, há cerca de um mês, o presidente da Sonangol ter garantido que a imobiliária do grupo petrolífero faria um comunicado a explicar o novo processo de pagamento que era feito anualmente.

"Depois de uma avaliação interna, chegámos à conclusão de que este procedimento [pagamento anual] não é o mais prático", explicou Francisco de Lemos, na conferência de imprensa que assinalou o 38.º aniversário da Sonangol.

Orlando Veloso, presidente da Sonip, por seu turno, garantiu que a empresa tem "capacidade para fazer 'cobrança mensal", pelo que não seria preciso "continuar a haver a exigência de pagamento anual durante o mês de Março de cada ano". O gestor, recorde-se, anunciou então que os moradores seriam chamados a negociar a nova modalidade de pagamento.

No entanto, a Sonip não apenas não 'oficializou' o fim da obrigatoriedade do pagamento anual, como não convocou os moradores, que, por isso, não puderam honrar o contrato que prevê que "prestações vencem até 31 de Março do ano a que a mesmas dizem respeito".

Contactado pelo Expansão, gabinete de comunicação da Sonangol garantiu que "haverá um pronunciamento em breve", mas não adiantou as razões da demora.

Os atrasos, segundo apurou Expansão, podem estar também ligados ao arranque, previsto para este ano, das operações do Banco de Poupança e Promoção Habitacional, (BPPH), criado pela Sonangol para financiar as casas que serão comercializadas pela Sonip.

Moradores ouvidos pelo Expansão questionam-se, por exemplo entrada da instituição neste processo fará com que tenham de abrir lá uma conta, transferindo

depois o valor em causa para a Sonip, ou se, pelo contrário, os depósitos das mensalidades devem ser feitos directamente numa conta da Sonip.

Transferências implicam mais custos

A transferência bancária a partir do banco do morador para uma conta da Sonip foi a modalidade que vigorou no pagamento da primeira prestação, mas esta opção aumentou os custos das famílias, já que a operação implicava o pagamento de uma taxa de 3% sobre o montante em causa.

Fontes ouvidas pelo Expansão apontam ainda como causa possível para a indefinição, por parte da Sonip, o facto de ser necessário resolver os casos dos apartamentos ocupados de forma ilegal.

"A falta de pagamento de qualquer uma das prestações previstas nos prazos estabelecidos conferirá ao promitente vendedor [Sonip] a faculdade de resolver este contrato", explicam os contratos celebrados entre a imobiliária e os moradores.

Os contratos, recorde-se, referem ainda que, em caso de incumprimento, haverá perda do imóvel por parte do ocupante e a Sonip não reembolsará as prestações que já tenham sido pagas.

Os moradores pedem agora à Sonip maior celeridade na resolução do processo, até porque, explicou uma família do Kilamba ao Expansão, é "complicado estar com dinheiro muito tempo guardado".

Entretanto, Orlando Veloso apelou aos moradores para honrarem os seus pagamentos, como forma de manter sustentável o projecto habitacional que prevê a construção de 80 mil imóveis em 13 províncias até 2016.

Até ao momento a Sonip vendeu mais de 20 mil unidades nas centralidades do Kilamba, Cacuaco, Zango, Km 44 e Kipari, grande parte delas no modelo de renda resolúvel. Com o pagamento das primeiras prestações, há um ano, a Sonip terá facturado cerca de 10 milhões USD.

6.10 Jovens recebem casas evolutivas

Jornal de Angola

25 De Abril de 2014

Texto: Estanislau Figueredo

A distribuição das 40 casas evolutivas na sede do município de Gambos, 150 quilómetros a sul da cidade do Lubango, está a atrair para aquela localidade um número considerável de jovens formados em diversas especialidades.

A maioria dos beneficiários recém-formados que vivia em condições desajustadas na periferia da circunscrição e outros que preferiram regressar ao Lubango foram acomodados com as famílias em moradias do tipo T2 e T3, construídas numa área urbanizada e com serviços.

Os primeiros contemplados estão agora mais animados a trabalhar e a entregar-se às suas tarefas.

Oswaldo Boaventura, que habitava com a esposa e dois filhos num casebre de pau-a-pique coberto de capim, está agora numa moradia de dois quartos, sala, cozinha, lavabos e quintal. "A minha esposa e meus filhos têm agora mais conforto e condições modernas. A casa possui água corrente e luz. Isto faz com que a higiene seja melhor e os garotos já podem entreter-se com a televisão e cumprir com os deveres da escola."

Funcionário da administração municipal de Gambos, Oswaldo Boaventura começou a enfrentar dificuldades quando constituiu família. "Vivíamos numa casota de pau-a-pique sem condições básicas e os meus recursos não eram suficiente para construir uma casa", disse o funcionário, frisando que "a materialização do programa do Executivo, que visa a construção de moradias em todos os municípios do país, deve merecer o apoio e atenção especial de todos aqueles que não têm condições para construir".

Cândido Francisco, professor no município de Caluquembe, elogiou o programa de fomento habitacional. "Está a dar uma nova imagem às sedes municipais, o desenvolvimento chegou de facto. Certas vilas já têm água corrente, iluminação pública e outros serviços. Estas acções motivam os jovens a deixar as grandes cidades."

A administração municipal de Gambos disponibilizou, nas acções de desmatamento, abertura de ruas, delimitação das parcelas de terra e nas obras de construção das 40 casas a cargo de uma empresa local, acima de 36 milhões de Kwanzas. Os beneficiários dos imóveis comprometem-se a proceder os acabamentos, como a colocação do mosaico, louça da cozinha e dos lavabos e vedação do quintal.

Cuidar das habitações

O governador provincial da Huíla, João Marcelino Typinge, aconselhou, no acto de entrega das moradias, cada contemplado a cuidar dos equipamentos que o Estado colocou à disposição dos jovens.

Mais de trezentos projectos, entre escolas de vários níveis, fogos habitacionais de diversas tipologias, comandos e postos policiais, tanques banheiros e mangas de vacinação, fábricas de blocos, centros

médicos, postos de saúde, farmácias, entre outros, foram inaugurados, nos últimos 15 meses, na província da Huíla.

Geradores de energia, administrações municipais e comunais ampliadas e construídas, parques infantis, clubes recreativos, 30 quilómetros de estradas terraplenadas em três municípios constam dos equipamentos colocados à disposição da população, pelo governo provincial da Huíla.

6.11 Azul e branco ciumentos

Jornal A Capital

26 De Abril de 2014

Embora não sejam tão tradicionais assim, em termos de história longínqua, os táxis mais populares de hoje, que só lembram os "maxirnbombos" do tempo dos nossos mais velhos, Hiaces são aqueles que maior número de gente servem, um pouco pelo país todo.

Talvez seja por isso que não se ralam com o surgimento de mais ou menos concorrentes na via, sejam eles personalizados ou não. Os que falaram à nossa reportagem consideram uma mais valia o aparecimento dos táxis personalizados, mas descartam a hipótese de um dia estes lhes virem a substituir.

Domingos Romeu é motorista de táxi mini-autocarro, há seis anos. Para ele, uma das desvantagens dos táxis personalizados é não poderem entrar em lugares de difícil acesso.

"Será difícil nos substituírem, porque eles não passam onde nós passamos", asseverou, dando como exemplo a periferia de Luanda, como é o caso do mercado Catinton, de facto, uma zona de acesso complicado.

"Por serem carros de empresas, não têm a mesma liberdade na condução que nós, sobretudo nas manobras que fazemos na fuga ao engarrafamento", enfatizou.

"Os tradicionais também evoluíram", é o que defendeu Jacinto Quirnbungo, 27 anos, taxista de azul e branco há nove anos.

"O táxi evoluiu. De um tempo para cá, as coisas tendem a melhorar, razão disso é a mudança dos táxis comutes para os actuais quadrinhos", observou, ao reforçar que se a questão for conforto, os mini-autocarros, também já o possuem, tudo porque os passageiros estão mais exigentes. Quirnbungo admitiu, no entanto, que no princípio, o aparecimento dos táxis personalizados criou al-gumpânico.

"Deixou-nos afónicos.

Supôs que nos receberiam o lugar", revelou, mas, confiante, salienta que nada mudou, as coisas continuam como dantes.

"Não se registou perda de clientes com o aparecimento dos táxis personalizados, porque não há hábito da nossa sociedade em usá-los", argumentou, quando considerava que cada serviço tem a ver com a classe social que a solicita. Os de baixa renda, prosseguiu, continuarão a procurar os táxis antigos.

"Penso que não há comparação possível, porque os táxis personalizados não passam onde passamos e os nossos são mais acessíveis", reforçou, e insiste que mesmo que os seus "rivais" façam um serviço mais completo, isto é, levando os passageiros porta à porta, a nossa população, frisou, ainda prefere preços ao nível do seu bolso.

"É possível que dentro de 15 à 20 anos, os táxis personalizados substituam os convencionais", concluiu, com ar irónico.

6.12 Candogueiros

Jornal A Capital
26 De Abril de 2014

O supervisor da área de táxi da Morvic, Lauri?,do Francisco, empresa que ja esta no mercado há quatro anos, explicou, à propósito ao A Capital que os táxis personalizados movimentam-se com base na solicitação dos passageiros e que têm um controlo dos motoristas por via rádio e por sistema GPS. Fez saber que um dos objectivos dos táxis personalizados é oferecer ao passageiro uma viagem tranquila e cómoda.

"Comparando com os «candogueiros» a vantagem é que os personalizados vão ao encontro do passageiro e deixam-no no seu destino. O cliente fica à vontade na viatura, com mais privacidade e conforto ao longo do percurso", explicou.

"Temos uma tarifa acessível em relação às outras empresas.

Cobramos por minuto 45 kwanzas; por quilómetro 180 kwanzas, sem contar com a tarifa inicial que é de 300 ou 600 kwanzas, independentemente da corrida que o passageiro vai fazer", descreveu, ilustrando que uma hora com o táxi da Morvic o passageiro chega a pagar até dois mil e 700 kwanzas.

O supervisor disse também que o pagamento varia consoante a marcha da viatura, ou seja, nos casos em

que não há trânsito, o passageiro paga, simplesmente, por minutos e se for contrário paga mais.

"Se for numa marcha em que a velocidade excede a velocidade dos 60 Km/h, o passageiro paga os minutos que o carro estava parado e os quilómetros marcados, através da quilometragem", esclareceu Laurindo Francisco para quem a desvantagem dos táxis personalizados consiste no preço aplicado.

"A desvantagem é em termos financeiros. Durante uma viagem podemos gastar três mil kwanzas, o que é muito para muitos cidadãos", reconheceu, contudo, em seu entender, a província de Luanda ainda não tem condições para a população depender só dos táxis personalizados, porque os táxis tradicionais são acessíveis e facilitam muito os cidadãos de baixa renda. "Não creio que um dia venhamos a substituir os candogueiros. Eles são necessários", finalizou. Fala-se em cerca de treze empresas ou mais, de táxis personalizados, com mais de 50 viaturas cada, a operar na cidade capital fazendo frente aos táxis tradicionais.

6.13 Há táxi para todos os bolsos

Jornal A Capital
26 De Abril de 2014
Texto Manuel Alberto e Lutock
Matokisa

Simão Veloso, 36 anos, é motorista da companhia Afritáxi há cinco anos. Segundo ele, normalmente faz entre 12 a 13 viagens ao dia por causa do asfíxiamento do trânsito a que estão sujeitos todos os automobilistas.

"Por via disso, nem sempre é possível atender a demanda", registou o taxista que, ao responder à questão sobre o tarifário acrescentou que o custo da corrida varia de empresa para empresa, sendo que há quem cobre mais alta em relação à outra.

"A minha, por exemplo, tem a tarifa mais baixa, e, normalmente, o pagamento depende do tempo", explicou, ao exemplificar que o percurso que vai da Mutamba ao Aeroporto 4 de Fevereiro, sem congestionamento no tráfico, pode custar desde os 800 aos 900 kwanzas.

"Com tráfico pode rondar nos mil e 300 ou mil e 400 kwanzas", atestou Veloso quando sublinhava que, nos serviços da empresa para a qual trabalha, o passageiro tem opções quanto à determinação das rotas por onde quer passar.

"Isso já não acontece nos táxis populares", observou, mas reconhece que uma das desvantagens dos táxis

personalizados, como o que ele guia, é o preço da tarifa, pois, o passageiro paga mais do que no táxi normal.

Simão Veloso não admite que os táxis, hoje chamados personalizados, algum dia venham a substituir os "azul e branco".

"Por uma razão muito simples: a nossa sociedade ainda não tem uma classe média capaz de usar com regularidade os nossos serviços", argumentou o chofer, ao acrescentar que o aparecimento de muitas companhias, actualmente, é tudo numa perspectiva experimental.

"Daqui há cinco anos é o período em que os proprietários das empresas vão avaliar se valerá à pena continuar ou se o número de concorrentes vai reduzir", finalizou.

Maurício Bernardo, 31 anos, também é motorista de táxi na empresa Táxi-Jovem. Uma das coisas que ele identifica como entrave ao exercício da profissão, é o congestionamento no trânsito.

"O nosso dia-a-dia não é fácil", desabafou, sublinhando que a concorrência, agora, é maior devido ao surgimento de mais empresas. Ao explicar como é que calcula as distâncias dos itinerários dos seus clientes, Bernardo explicou que, normalmente, o taxímetro marca um valor inicial de 300 kwanzas, que se vai alterando de acordo com o tempo de viagem.

"O taxímetro marca um valor desde a altura em que o passageiro sobe até ao seu destino. O valor que ele marcar é o que deve pagar", mas, segundo ele, é feito variando entre minutos aos quilómetros.

"Quando o trânsito é lento, o pagamento é feito por minuto, sendo, nestes casos, por exemplo, do Aeroporto 4 de Fevereiro até à Viana, o passageiro deverá pagar três mil kwanzas", exemplificou Bernardo, observando que o taxímetro, também, tem as vantagens e desvantagens, pois, por causa do conforto, nem sempre os clientes honram com o preço inicial.

Disse que às vezes corre riscos mercê de pessoas que, às vezes telefonam pedindo um trabalho, mas que no fundo são bandidos. Houve casos, relatou, de colegas seus que tinham que dar o dinheiro todo para evitar que lhes acontecesse o pior.

6.14 Prédios estão a ser erguidos no Luena

Jornal de Angola

29 De Abril de 2014

Texto: Samuel António

As obras da primeira fase de construção da centralidade do Luena (Moxico), com 425 apartamentos, em construção no bairro social da juventude, terminam no mês de Março do próximo ano, anunciou ontem o director provincial da empresa Kora. O projecto final da nova centralidade contempla um total de três mil apartamentos.

Michael Schwartz disse que as habitações vão ser construídas num espaço amplo e com um rigoroso padrão arquitectónico.

Os edifícios têm quatro pisos, espaços verdes, lojas e outros equipamentos sociais. Iniciadas em Junho do ano findo, as obras da nova centralidade da capital do Moxico, representam o maior investimento de sempre no sector habitacional da província.

Os apartamentos da nova centralidade surgem como uma resposta ao problema da gritante falta de habitação que se vive no Luena. Centenas de famílias vão ter direito a habitações de grande qualidade, ao nível do melhor que existe no país.

O director provincial da empresa Kora explicou que a dimensão dos apartamentos da nova centralidade é de 100 metros quadrados, com três quartos, suite, duas salas, cozinha, casa de banho e lavandaria.

O projecto nasce de um consórcio entre a Sonangol Imobiliária e Propriedades, com 52 por cento das acções e o Grupo LR, com 48 por cento, e envolve mais de 200 trabalhadores.

Um dos principais problemas das construções no Luena tem a ver com a drenagem de águas pluviais, uma questão que está a ser tomada em especial linha de conta no projecto da nova centralidade. A centralidade da cidade do Luena vai ter um reservatório de água e uma eficiente rede de esgotos.

Em relação ao fornecimento de energia eléctrica, a Empresa Nacional de Electricidade (ENE) já está a criar as estruturas para abastecer toda a periferia da cidade do Luena, onde está incluída a nova centralidade. Dentro de três meses, vai ser assinado mais outro contrato, para o arranque da segunda fase de construção de outros apartamentos e a construção de 48 lojas comerciais, além de escolas, postos médicos, áreas de lazer e igrejas.

A construção da nova centralidade vai resolver um dos principais problemas que a província vive, que é a falta de habitação para os jovens que lutam para resolver o problema. Leonardo Chipi, 34 anos, funcionário público e estudante da Escola Superior Politécnica do Luena, considera que a criação da nova centralidade vem reacender a esperança da casa própria, uma vez que "estamos a falar de três mil apartamentos" .

Outra satisfação está no facto da mão-de-obra ali existente ser constituída maioritariamente por jovens locais que, além de terem um emprego, aprendem a manusear ferramentas e máquinas.

7. TERRA

7.1 Empresários desaloja população em Cacuaco

Jornal Manchete

04 De Abrila de 2014

Texto Albino Sampaio

Segundo os moradores, o imbróglio envolvendo a população e o empresário, Francisco José Neves é de conhecimento do então administrador municipal de Cacuaco, Carlos Cavuquila, o qual havia mesmo orientado o empresário no sentido de que não tomasse qualquer posição sem que antes reconstruísse as casas da população.

Mas, acto continuo, aproveitando da saída do Carlos Cavuquila de Cacuaco, alinou-se o empresária com a actual administradora de Cacuaco, Rosa Janota, para firmar um trato que culminou na destruição das residências dos pacatos cidadãos.

Em função de querer ver retomado o terreno, Francisco José Neves, apresentou uma sentença, com o processo nº 2209/2012/-c, registado sob nº 06 da 1 a Secção da sala do Cível e Administrativo do Tribunal Provincial de Luanda, que está ser fortemente contestada pela população, que não reconhecem o facto de o processo estar a ser tratado unilateralmente por parte do empresário.

Francisco José Neves, também é acusado pelos moradores como sendo o indivíduo que faz a cabeça de alguns dirigentes naquele município, apenas para ver os seus intentos salvaguardados.

No dia de demolição, fez-se transportar no local diante de alguns efectivos affectos a Polícia Nacional, com o fim de intimidar os cidadãos, numa altura em que apenas encontraram' no bairro somente as crianças, porque alguns encarregados já se encontravam no local de trabalho.

No entanto, o Manchete apurou que o empresário apresentara uma providência cautelar de restituição provisória da posse, com alguns fundamentos de que os requerentes em comum e em partes iguais, são necessariamente os legítimos donos de uma parcela de terreno turístico, omissa na matriz, na zona industrial do Sequela, município do Cacuaco, ocupando uma área 134.319,21 rn2.

Ainda de acordo com as fontes deste município, o empresário Francisco José Neves destruiu as

residências dos cidadãos, sem no entanto encontrar um espaço para acolhimento das famílias.

O Manchete apurou também que o referido autotitulado dono do terreno, pretendia indemnizar cada um dos populares com um valor de 10 mil dólares para as famílias que tinham casas erguidas de bloco sem terreno, sendo que 5 mil dólares se destinavam aos que tinham casas apenas de chapas de zinco.

Um desses responsáveis que têm sido apontados, como sendo suspeitos beneficiário da venda de terreno, o coordenador do bairro Belo Monte, Samuel Mateus Domingos, acusado como tendo participado num negócio obscuro com o empresário.

Segundo os munícipes, a carta enviada à administradora de Cacuaco, Rosa Janota, espelhava que no dia 24 de Novembro de 2012, os moradores solicitaram ao governante que colocasse o fim ao processo, uma vez que o referido empresário usava tudo ao seu alcance para expulsar a população do terreno.

Face as divergências ocorridas, a administradora, Rosa Janota orientou que o processo fosse parar ao Tribunal.

Acto contínuo, no sentido de estabelecer o contacto com o empresário, Francisco José Neves, o Manchete tentou sucessivamente o contacto telefónico porém, o mesmo não respondia as suas chamadas. Momentos depois, o mesmo enviou uma mensagem com o seguinte teor, "me encontro reunido", no entanto, o mesmo já não voltou a dar qualquer sinal, pelo que prometemos trazer mais detalhes nos próximos dias.

Do mesmo modo, tentamos também o contacto com a administradora municipal de Cacuaco, Rosa Janota Dias dos Santos, mas a mesma não atendia o telefone.

7.2 Terrenos em litígio com mais dois intervenientes no bairro Lukembo

Jornal Manchete

04 De Abril de 2014

Texto: Moreira Mário

Há uma semana António Porfírio viu as vedações dos seus espaços serem demolidas pela administração de Belas, tutelada pela administradora Joana Quintas, alegadamente, a favor da TCUL - Empresa de Transportes Colectivos Urbanos de Luanda.

De acordo com a vítima, antes da intervenção da TCUL nos seus terrenos, um outro cidadão em

tempos havia igualmente reclamado como sendo dono legítimo dos referidos espaços e que do mesmo modo, era auxiliado pela administração de Belas.

Tal como explicou Porfírio, passados três anos depois de ter adquirido os espaços e tendo realizado alguns serviços de vedação do mesmo, foi surpreendido com escritas nas paredes, alegando que "o terreno estava em litígio". Como não sabia quem era, uma vez que ao longo de quatro anos nunca terá recebido qualquer interpelação de quem quer que seja, mesmo por altura quando decorriam as obras, não mais fez senão, dar a conhecer o caso ao seu advogado.

"O meu advogado foi constatar o facto nos terrenos e de seguida encaminhou um processo para o tribunal provincial, por sua vez, este órgão procurou identificar quem era esta pessoa. Simplesmente estávamos a pensar que fosse a administração, mas da informação que tivemos do tribunal, é que havia um senhor que reclamava pelo espaço", disse.

Depois do tribunal identificar quem realmente reivindicava a titularidade dos terrenos, cujo nome atende por José Kinjango, alega-se o mesmo ser pastor de uma igreja. E, portanto, em Julho de 2013 o tribunal notificou as partes a se apresentarem à primeira audiência. Aconteceu que o indivíduo em causa (senhor Kinjango) não apareceu, nem mesmo o seu advogado.

Mesmo assim, o tribunal deu sequência a audiência, ou seja, achou procedente continuar com o julgamento, disse Porfírio, alegando que no mesmo dia, o tribunal lhe passou uma providência cautelar. Mas estranhamente, nesse mesmo dia, a administração de Belas foi novamente ao espaço e escreveu nas paredes com escritas que diziam que "ia demolir as obras".

"Dei a ocorrência ao meu advogado que escreveu uma carta e a cópia da providência cautelar, este último documento cedido pelo próprio tribunal, eu mesmo levei e dei entrada a secretaria da administração de Belas, e as outras cópias foram entregues ao senhor Kaós, chefe da fiscalização do município de Belas, enquanto outra carta foi entregue ao senhor Miguel, mais conhecido por Lito, chefe de inspecção da mesma administração".

A VEZ DA TCUL ...

A fonte lembra que no dia em que entregou a providência cautelar do tribunal à administração, o senhor Kaós lhe disse pessoalmente que o caso com o senhor Kinjango já estava ultrapassado, porque apareceu mais um outro dono.

"Como é possível que a fiscalização, sendo uma entidade que vela pela normalidade administrativa da

zona, aparece qualquer um que diz que sou o proprietário de uma parcela de terra na zona X e este órgão move os seus homens, escrevem nas paredes a indicar litígio. Depois já não é a mesma pessoa, é outra, e estes vêm dizer agora o dona é outra pessoa. O que está a passar afinal?" questionou a fonte, declarando que foi na sequência deste assunto que o seu advogado escreveu cartas denunciando tais actos por parte da administração de Belas, tendo dirigido em várias instituições do Estado: "ao ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, ao governador de Luanda, Bento Bento, para o presidente da bancada parlamentar do MPLA, Virgílio de Fontes Pereira, bem como ao secretário-geral deste mesmo partido, senhor Dino Matross, mas nenhuma resposta foi dada.

Mas por confiança de alguns funcionários da administração chegadas a administradora Joana Quintas, alertaram o cidadão para se acautelar porque havia um negócio dos seus espaços entre a administradora e a TCUL. Esta empresa solicitou a administração de Belas que estava interessada em obter uma parcela de terra na zona do Lukembo, e nesta manifestação apresentada pela TCUL, segundo ele, a administradora moveu algumas pessoas afectas a sua instituição para, no entanto, localizar uma área que se pudesse ceder a empresa transportadora urbana.

"Um alto responsável da TCUL chegou ao local e disse que gostou da área em que se encontram os meus terrenos. E foi assim que a partir daí começou a negociata", contou, conforme o informado. O cidadão lembrou que tem em posse o mesmo terreno, muito antes da existência da administração de Belas, na altura área de jurisdição da Samba, tutelada pelo então administrador Rui Fançony. O mesmo referiu que, enquanto a zona em causa pertenceu à Samba nunca tiveram conflitos de terras na zona, só depois da mudança administrativa é que os conflitos também começaram.

NOVAS DISPUTAS

Os espaços em litígio e que já estavam completamente vedados, com muros de construção definitiva, têm uma extensão de dois hectares, 100/60 e 200 metros quadrados, segundo o interlocutor. Apesar das pressões que vêm sofrendo para ceder as parcelas de terra, nunca cederam. Entretanto, alguns meses depois, quando se registava uma acalmia total, Porfírio foi surpreendido no passado dia 27 de Março no seu local de trabalho, com um telefonema de um vizinho dando conta da sua obra estava a ser demolida por máquinas, inclusive outras obras também que se encontram naquele área.

"Quando cheguei ao local, estavam as últimas paredes da minha obra a tombar, com o perímetro todo

completamente cercado por agentes da Polícia da Ordem Pública e da Polícia Militar. Os mesmos não permitiram que alguém se aproximasse", disse, lamentando que "foram quatro anos de trabalho. Não tive ilusões de ter um carro de luxo, o que queria era dar um futuro melhor a minha família, agora foi tudo por água abaixo, em menos de duas horas".

Adianta que, dois dias depois, o mesmo responsável da TCUL apareceu no local a persuadir o presidente da comissão de moradores daquela comunidade, para assinar uma declaração a favor da sua empresa, de maneira a desfazer-se dos documentos que atestam serem os verdadeiros proprietários, mas não teve sucesso.

Porfírio, diz com franqueza, que se a justiça existe no nosso país e respeita os direitos dos seus cidadãos, tem fé que ela vai assumir a sua posição, uma vez que tem todos os documentos que lhe conferem a posse dos terrenos.

Até ao fecho desta edição, procuramos ouvir a TCUL e a administradora Joana Quintas, os nossos esforços surtiram em fracasso.

"NÃO DEVO ADIANTAR NADA POR ENQUANTO"

Em busca do contraditório a TCUL, uma fonte ligada à área de comunicação e imagem, garantiu-nos que o terreno em causa foi cedido pela administração municipal de Belas, segundo a informação que lhe foi dada pelos seus superiores para nós transmitir. Acrescentou ainda que se quiséssemos obter melhor esclarecimento sobre o assunto, devemos contactar a própria administração de Belas.

Já o porta-voz da TCUL, identificado apenas por Sérgio, disse-nos que "não podia adiantar nada quanto ao assunto sem antes consultar os seus superiores". Ao ouvirmos também a administradora do município de Belas, Joana Quintas, por via telefone, fomos informados que a mesma se encontrava reunida. No entanto, não recebemos qualquer sinal da mesma até ao fecho desta edição.

7.3 Protesto. Desalojados do Bengo manifestam-se por um tecto

Jornal Agora

11 De Abril de 2014

Depois de quatro anos a residirem no mesmo local, após pagarem milhares de Kwanzas em licenças de construção, e numa altura em que até já tinham garantias da administração local de que o processo de legalização dos bairros estava bem encaminhado, mais

de 2.000 famílias do Bengo vêem-se obrigadas a dormir ao relento.

A situação abriu uma 'frente de batalha entre a população e o administrador comunal do Dande, Abreu Augusto Leal, contestado pela ordem de demolição de 2.500 casebres, localizados nos bairros Sassa-Lernba e Xi-Muto, na comuna da Barra do Dande.

POPULARES AMEAÇAM INCENDIAR CARRO DO ADMINISTRADOR. "Se o senhor Abreu não falar com a população, vamos bloquear a estrada número 100, e ninguém vai entrar ou sair do Bengo, até que nos devolvam as nossas casas", avisavam, no último sábado, dezenas de moradores.

Reunidos para concertar acções de luta em defesa do próprio tecto, os desalojados convocaram, além do bloqueio, previsto para hoje, uma manifestação de protesto, agendada para amanhã.

A revolta popular corre o risco de se radicalizar, atendendo às palavras de ordem ouvidas da boca de alguns moradores, contundentes nas ameaças: "Vamos incendiar o carro do administrador".

A exaltação dos ânimos tem como esteio um já longo processo de legalização, conforme explica ao Agora Mateus Miguel, presidente da Comissão de Moradores,

O responsável adianta que, 'diante do franco desenvolvimento' da comuna, em 2012 fez chegar ao administrador o número de habitantes existentes, no sentido de agilizar o processo de legalização dos bairros e da própria comissão.

"Este cartão [de contacto] foi ele mesmo que me deu", confirma o senhor Nelito, responsabilizando Abreu Augusto Leal. "Se desconhecia a nossa existência, ou se achasse que estamos aqui em situação de ilegalidade, por que razão não reagiu na hora? Nós gastámos dinheiro para estarmos aqui", insiste o morador, que culpa ainda um ex-trabalhador do poder local pelo imbróglio.

EX-FUNCIONÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO ACUSADO DE VENDER TERRENOS INDEVIDAMENTE.

"Quando tudo começou, os terrenos estavam a ser vendidos a 5.000 Kz, depois subiram para 10.000 Kz, e hoje vendem-se acima dos 50.000 Kz. Nós, pelo menos, comprámo-los das mãos da mulher de um antigo funcionário da administração municipal. O Estado deve pedir-lhe contas", protesta.

O direito de propriedade reivindicado pelos moradores é, todavia, contestado pelas autoridades. Segundo fontes da Direcção Provincial da Habitação

do Bengo, o terreno sobre o qual recaem as ordens de demolição pertencia à empresa Martal que, na época colonial, o utilizava para a criação de gado.

A situação acabou por se alterar com a criação da Zona Económica Especial (ZEE) LuandajBengo, conforme esclareceu Abreu Augusto Leal.

"Só fiz cumprir a Lei", reforça o administrador comunal da Barra do Dande, evocando a aplicação do Decreto Presidencial nº 77/11 de 19 de Abril, e do Decreto nº 50/09, de 1 de Setembro.

O responsável recorda que estes instrutivos aprovam os limites geográficos, nos termos dos quais as diversas partes que integram a referida zona devem ser implementados e desenvolvidos.

PAGAR UCENÇA DE CONSTRUÇÃO E VER CASA SER DESTRUÍDA. Neste contexto, o governante refere que "todo aquele espaço que pertencia à empresa Martal passou a ser reserva do Estado, destinada para as construções de grandes centralidades, como, por exemplo, a de Capari e a de Cacucaco".

Abreu Augusto Leal defende ainda que esta situação foi criada por "um grupo de pessoas que induz em erro os menos avisados, algo que constitui uma afronta às autoridades do Executivo".

Por sua vez, os moradores insistem na ideia de que as autoridades estão a retirar direitos que sempre reconheceram.

Daniel Simão conta, por exemplo, que, aquando da construção da sua casa, foi interpelado pela fiscalização do Dande, com a notificação nº 12/2013, passada pela Administração Municipal e registada a 27 de Setembro do ano passado.

"Paguei 30 mil Kz de multa na secção da fiscalização e fui autorizado a continuar com as obras, para depois me partirem a casa?", interroga.

A situação é comum a vários outros habitantes que, como 'armas de protesto' contra o que chamam de desigualdades sociais, exibem croquis e cópias de direitos de superfície emitidos pela Administração Municipal.

"Nascemos nas zonas adjacentes e precisamos de um espaço para viver", protesta Isabel José, a quem faltam palavras para expressar o que lhe vai na alma. Afinal, recorda, tudo aconteceu quando se encontrava no óbito de um familiar.

"Quando cheguei, já tinham demolido tudo.

Não tirei absolutamente nada. Perdi cerca de 70 sacos de cimento, e as painéis e os pratos também foram destruídos", lastimou. Com olhos carregados de lágrimas, a moradora conta que já recorreu a um advogado para tratar da sua defesa.

Isabel José acrescenta que os moradores já haviam enviado uma carta para a administração da comuna, solicitando a legalização da zona. "Tivemos uma resposta positiva, até porque foi aí que alguns moradores conseguiram tratar dos seus croquis de localização".

SOBA ALEGA TER SIDO AGREDIDO PELAS FORÇAS POLICIAIS. Apesar de validados pelas autoridades locais, os documentos não travaram a campanha de demolições, concretizada debaixo de denúncias de abuso de força por parte das autoridades policiais.

"Encontrava-me a tomar o pequeno-almoço, quando elementos da Polícia se apresentaram na minha casa e me começaram a bater em mim. Nem me deixaram vestir", lamenta o soba do Sassa-Lemba, que diz ter sido atacado por sair em defesa da população.

"Chegaram às 6 horas e, quando procurei saber para onde levariam as pessoas desalojadas, começaram a espancar-me. O povo revoltou-se; os militares começaram a disparar, e só não aconteceu o pior porque conseguimos conter a fúria dos moradores", relata a entidade tradicional.

O episódio, ainda segundo o testemunho do soba, terminou com várias detenções. "Fomos levados para a esquadra de Caxito, onde ficámos detidos durante uma semana, sem uma explicação plausível. Fomos humilhados como se fôssemos delinquentes na nossa própria terra", recorda António Sebastião.

"Depois de alguns dias, fomos julgados, e queriam que pagássemos 40 mil Kz por pessoa, mas pagámos apenas 20", conta, garantindo que as convulsões causaram a morte de uma menor de sete anos, soterrada nos escombros.

O balanço fatal foi, contudo, desmentido pelo administrador Abreu Augusto Leal, que confirma apenas a demolição de 2.500 casebres e a detenção de 12 cidadãos.

Por outro lado, o responsável da comuna da Barra do Dande esclarece por que razão algumas residências não foram abaixo: a ZEE pertence à Casa Militar.

"As residências ou terrenos de militares e gerais devem ser daqueles que estão a trabalhar na perspectiva da construção", conclui o administrador.

7.4 Municípios de Malanje recebem terrenos

Jornal de Angola

17 De Abril de 2014

Texto: Francisco Curinbingana

A Administração Municipal de Malanje começou a distribuir terrenos destinados à auto-construção dirigida, no bairro da Carreira de Tiro. São no total 945 lotes, dos quais 889 são entregues na primeira fase aos futuros habitantes da área, que vai contar com diversas infra-estruturas sociais e económicas, como escolas, bancos, lojas, serviços administrativos, esquadra policial, hotéis, hospital e creches.

O governador de Malanje, Norberto dos Santos, precisou que o objectivo do Governo é fazer com que cada cidadão adquira o seu lote de terreno e construa a sua casa, respeitando o modelo da Administração municipal.

Quanto à estrada que dá acesso à comuna do N'gola Luige, o governador de Malanje precisou que a reabilitação consta do Programa do Governo para este ano. A via, acrescentou, vai ser asfaltada e melhorada.

A comuna de N'gola Luige, disse o governador, tem muitas valências, porque a captação de água está próxima, além do novo sistema que vai ser instalado, a partir do rio Cuije.

O governador Norberto dos Santos garantiu que em breve vão ser também distribuídos lotes de terreno para a auto-construção dirigida no município de Cacuso.

Aproveitou para desencorajar aqueles que constroem em locais impróprios pois, como referiu, "Malanje tem muito terreno, apelo a todos que queiram construir as suas casas para que se dirijam à Administração Municipal, a fim de recebermos seus lotes". Dirigindo-se aos jovens, o governador disse que não devem esperar que o governo lhes dê uma casa: "aproveitem esta oportunidade para poderem construir as vossas casas, pois o Governo vai garantir as infra-estruturas, água e energia". O administrador municipal de Malanje, Osvaldo Naval dos Santos, precisou, durante a cerimónia de entrega de lotes para a autoconstrução dirigida que a iniciativa representa a resposta às preocupações apresentadas à Administração Municipal pelos municípios.

"Para os próximos dias, disse, vão ser lançadas outras listas de terrenos, o que vai permitir a redução do aglomerado de documentos existentes. Actualmente na Administração Municipal de Malanje.

"Estamos a mobilizar os nossos municípios e o resultado tem sido bom. Procuram, a Administração Municipal para tratarem de assuntos que têm a ver com obras. Licenciamento de terrenos e assim evitamos construções anárquicas".

7.5 Administração do Kilamba mais de 100 famílias ao relento no bairro cinco fio

Jornal Manchete

18 De Abril de 2014

Texto: Jorge Neto

Mateus Mukanza, 36 anos

"Foi a administração do Kilamba que partiu as nossas casas, porque os carros da polícia que vieram fazer escolta aos homens das máquinas estavam identificados, e vimos o Jeep que aqui apreendeu mais de 21 pessoas e possuía a matrícula, LD-55-28 EY. Apareceram cá por volta das 9 horas, porque sabiam que nessa altura só estariam em casa crianças e mulheres, mas haviam outros homens que não tendo ido trabalhar se encontravam no terreno, e quando os mesmos tentaram comunicar com os agentes, os homens das máquinas foram logo colocados nos carros, tendo alguns deles sido espancados e conduzidos à cadeia onde permaneceram durante mais de 8 horas". "Com a chuva que está cair e a roupa das crianças que está toda molhada, os electrodomésticos todos estragaram com a água da chuva, só queremos que nos devolvem a nossa casa. Se nos dissessem que este terreno é do governo, ninguém construiria aqui. Agora, aonde é que vamos morar, eu vivo aqui há mais de 5 anos com 3 filhos e a minha esposa".

Paulo José

"Fomos trabalhar. As crianças foram à escola, e quando regressamos encontramos esta desgraça. Vivia aqui com 11 pessoas. Com esta atitude da administração, ficamos na rua. Temos um bebé de cinco meses e estamos todos aqui, com chuva e sol, por culpa da administração. O que nos preocupa é que ninguém avisou que viriam aqui destruir as nossas casas. Não construímos ilegalmente, porque não invadimos o terreno. Eu comprei este terreno em 2006 nas camponesas, porque isto tudo era lavra. Naquela altura pagamos 1500 pelo terreno, agora porque tem cidade próximo, querem nos tirar daqui. Se for vontade do governo, paciência, mas estamos a ouvir que há empresários que estão a fazer de tudo para nos retirem das nossas casas. Esperamos que o governo decide se ficamos aqui, ou então que nos dão outro

espaço para construir, porque também temos direitos. Somos todos angolanos e esta não é a paz que esperávamos.

António Sukama Afonso, pedreiro de 36 anos de idade

"A minha casa tinha dois quartos, sala, cozinha e quintal. O governo não pode agir assim. Encontraram-me a descansar, entraram em casa

e começaram a tirar as coisas para partir a casa. E quando fui saber os motivos aos homens que manejavam as máquinas, um polícia começou logo a bater em mim e levou-me à esquadra. Fiquei lá das 10 horas até as 16, sem motivo algum.

Vivo com esposa e 4 filhos, e desde quinta-feira da semana passada estamos nesta situação, ao sol, à chuva e na poeira, tudo por cima das crianças mosquitos e outros insectos. Vamos ter muitos problemas de doença com as crianças.

Nós apelamos ao governo para resolver este problema, porque aqui, a população está a sofrer horrores".

Juliana Baptista, 33 anos Zungueira

"Tenho 5 filhos, sou solteira e ganho a vida vendendo fraldas descartáveis na zunga. Comprei este terreno em 2005 nas senhoras das lavras, porque aqui era tudo lavra e construí mesmo com os lucros dos meus negócios.

Quando recebi o telefonema de que estavam a partir a minha casa eu estava no mercado dos K wanzas, no Hoji-ya-Henda. E assim que cá cheguei já encontrei tudo destruído. Dentro de casa, tinha 60 mil kwanzas numa pasta e já não encontrei. Só pode ter sido roubada pelos homens que arrombaram a minha casa.

Colocaram as minhas coisas na rua e destruíram a minha habitação. Neste momento estou na rua, como podem ver. As roupas das crianças estão todas molhadas pela chuva que está a bater, neste momento não tenho nem o que o comer porque, com este roubo destruíram a minha vida.

Nem sei onde nem como recomeçar. Nem tenho o que dar às crianças para comer".

7.6 Pararam as demolições

18 De Abril de 2014

Jornal de Angola

Texto: Domiana N'jila

As demolições das casas ilegais do bairro Mata Gato, no Sambizanga foram suspensas mas os moradores

estão preocupados porque não sabem quando recomeçam. Vão ser realojados no Zango, mas enquanto as coisas estão paradas, os gatunos estão a roubar os seus bens.

Alguns moradores do bairro Mata Gato quando interrogados pela reportagem do Jomal de Angola sobre o assunto mostraram-se revoltados.

Uma moradora do bairro que não quis ser identificada, disse que só foram demolidas as casas da frente para a rua. As do meio ficaram em pé.

Mas como estavam todas encostadas umas às outras, a maior parte dessas casas está em risco de desabar. Algumas desabaram mesmo, devido à chuva que ultimamente caiu em Luanda. "O governo disse que vai construir uma estrada. Por isso temos de sair daqui".

Os moradores cujas casas foram demolidas já receberam outras no Zango: "as casas no Zango estavam ocupadas por oportunistas, mas graças à polícia que acompanhou as moradores até ao Zango, foram restituídas aos verdadeiros moradores", disse um habitante do bairro Mata Gato.

Outro morador do bairro Mata Gato disse que as pessoas não estão satisfeitas com o cenário que se vive: "desde que as casas foram demolidas os assaltos aumentaram".

7.7 Administrações de viana e Calumbo negam acusações de expropriação

Semanário Angolense

26 De Abril de 2014

Texto: Maria Kiluanji

A Administração Comunal de Calumbo considera falsas as acusações, segundo as quais, aquela e edilidade e a municipal de Via na estariam apoderar-se dos terrenos dos camponeses situados nos zangos 1,2 e 3.

Em declarações esta semana ao *Semanário Angolense* (SA), o administrador da comuna de Calumbo, Manuel Bernardo, argumentou que não é possível haver tal situação, porque já não existem camponeses naquelas localidades, mas, sim, um grupo organizado de pessoas a tentar incitar os ex-camponeses a criarem desordem nos Zangos. Acrescentou que o referido grupo está bem identificado.

Contactado o administrador municipal de Via na, Zeca Moreno, também acusado da mesma prática, disse que não responde a difamações. Ainda assim, desafiou os

cidadãos a apresentarem provas sobre as acusações. O edil de Via na atirou a bola para Manuel Bernardo, dizendo que o dossier sobre o assunto é do domínio deste.

Em resposta, o número um da comuna de Calumbo sublinhou que nos Zangos, não existe produção agrícola neste momento e que o termo camponês tem ligação com actividade produtiva de campo, realçando que nessas zonas existe apenas um pequeno aglomerado de antigos camponeses com espaços não muito significativos.

Segundo acrescentou, estes aguardam pela resolução dos problemas relacionados com as suas indemnizações pelo Governo, representado pelo Programa de Habitação Social, dentro do território de Calumbo, que é gestor administrativo.

Contactos com camponeses

O responsável informou que o programa de habitação social tem insistentemente contactado os camponeses, com a colaboração dos administradores locais, no sentido de os persuadir a não erguerem obras sem autorização do governo, porque grande parte do território de Via na, foi constituído em reserva fundiária do Estado.

Manuel Bernardo explicou ainda que, dentro dessas reservas, todas as execuções que se fizerem devem ter o respaldo das estruturas administrativas correspondentes. Apontou que grande parte dessa população tem apetência pela casa própria, por um lado, e, por outro, transformam esses espaços como se fosse uma luta contra a pobreza.

O administrador de Calumbo defende que a casa deve ser adquirida cumprindo com aquilo que o Estado orienta, os terrenos têm de ser urbanizados e infra estruturados e, depois da conclusão das obras, o governo distribui, sendo a distribuição destinada às pessoas que vivem em zonas de riscos nos diferentes pontos da província de Luanda para melhorar assim a qualidade de vida da população.

«Quanto à questão das agressões contra alguns camponeses idosos no Zango, por parte de supostos militares, Manuel Bernardo, afirma que existe um posto de comando unificado, integrado pela Polícia Militar e a Polícia de Ordem Pública e outros serviços, como a Investigação Criminal e até mesmo o tribunal, para fazer julgamentos», ressaltou.

Considerou um trabalho imprescindível, porque há muitos abusos, desordem e desvios das normas administrativas do Zango, porque «alguns oportunistas, como é o caso das associações Nguami Maka e dos Ex-militares, que não são parceiras da

administração e que, por agirem à margem da lei, um deles já esteve detido.»

Fins políticos?

«Existem estratégias individuais que, pretendendo atingir fins políticos, enveredam por essas práticas e tudo fazem para colocar na frente de batalha pessoas inocentes, com cultura baixa e vulneráveis e quando há problemas, não aparecem», apontou.

E esses cidadãos que estão a ser manipulados vivem noutros pontos do Zango e vêm reclamar antigas lavras, algumas das quais já indemnizadas pelo Programa de Habitação Social.

Manuel Bernardo reafirmou que as indemnizações de camponeses de lavras começaram há muitos anos e que a grande maioria dos agricultores já foi indemnizada. «O Estado teve de negociar com eles e paga a cultura e não a terra, porque ela é propriedade exclusiva do Estado, como diz a lei de terras.

Por isso, aconselhou os camponeses que reclamam terras nos Zangos a terem o cuidado de perceber esse pormenor. A indemnização, segundo Manuel Bernardo, só ocorre quando essa terra tem cultura e cada cultivo tem um código e um preço.

O governante avançou que os sobas não são entidades para autorizar a cedência de terrenos a cidadãos, acusando o soba de Caquila, Henriques Manuel, de estar metido em negócios de terrenos, o que não contribui em nada para o desenvolvimento da província.

Dez casas, restaurantes ...

Questionado sobre as mais de 10 casas nos Zangos, a fazenda e os restaurantes com piscinas, fruto da invasão das lavras dos camponeses, ele alegou que, primeiro, isso é incompatível com a sua postura como representante do Estado na comuna e como servidor público.

Defendeu que não seria bom da sua parte enveredar por este tipo de prática, ajuntando que nunca pensou nisso. Embora viva necessidades, nunca teve esse desejo, afirmando trabalhar com o verdadeiro sentido de responsabilidade.

«Se quisesse um terreno para erguer uma residência, solicitava à administração municipal, que também só pode ceder mil metros quadrados», garantiu.

Manuel Bernardo assegurou que tem uma casa boa, grande e suficiente para a família. Uma, casa chega. Não é necessário muita ambição, defendendo que essa

informação não é verdadeira e desafiando as pessoas que o acusam a provarem e mostrarem os bens que afirmam que ele tem.

De recordar que, na edição passada, o SA publicou um trabalho, em que os camponeses da comuna do Zango 1, 2 e 3, município de Viana, acusavam as administrações municipal e comunal de Calumbo de estarem a maltratar os agricultores e a incitarem à invasão das suas lavras.

Destruição de lavras

De acordo com os camponeses entrevistados por este jornal, supostos militares das Forças Armadas Angolanas destruíram as suas lavras e as ocuparam, a mando da Administração de Viana, alegando ser reserva fundiária do Estado.

Segundo os agricultores, as invasões foram acompanhadas de agressões físicas. Na segunda quinzena do mês de Março, os administradores municipal de Viana e comunal de Calumbo reuniram com alguns camponeses do Zango no sentido de negociarem os espaços, uma vez que as entidades locais afirmaram que são reserva fundiária.

Nessa reunião, foi acordado que os camponeses receberiam uma indemnização, consubstanciada na entrega de uma casa para cada família e uma quantia em dinheiro, não especificada.

Com o surgimento das invasões os camponeses disseram não compreender a atitude das entidades locais e lamentaram, uma vez que fora feito um acordo.

O soba de Banza Caquila, Henriques Manuel, lamentou o facto na edição anterior, afirmando viver na zona há mais de 70 anos. Os seus avós e pais trabalharam nela e nunca tinha acontecido situação igual.

Administrador em zona de risco?

Na altura, o ancião, de 73 anos, lamentou o comportamento das autoridades locais, afirmando mesmo que viu a zona crescer e não compreende como é que os administradores de Viana e de Calumbo afirmam que eles não são proprietários das lavras.

A autoridade tradicional foi mais longe e acusou o Zeca Moreno e Manuel Bernardo, administradores de Viana e de Calumbo, respectivamente, de agirem de má-fé, uma vez que estes têm estado a vender terrenos a várias pessoas e em nome do Estado.

O soba de Caquila afirmou que há enriquecimento ilícito por parte dessas duas individualidades.

Solidária com os camponeses dos Zangos 1, 2 e 3 está a Associação Angolana dos Ex-Militares, Bombeiros e Cristãos de Angola, afirmando o segundo o seu secretário-geral, Jorge de Castro Van-Dúnern, que essa situação está a criar um sentimento de revolta por parte da população, uma vez que grande parte dos associados é viúva de guerra de ex-militares, muitas delas agora na condição de camponesas.

O líder associativo acusou categoricamente o administrador de Calumbo de se ter apoderado de cerca de 15 hectares de terras pertencentes aos camponeses, para a construção de restaurantes, com piscinas e um campo vasto para a criação de gado e cavalos.

Acrescentou que um dos administradores possui mais de 10 casas nos Zangos, uma situação que, segundo ele, não faz sentido. «Essas casas foram construídas para as pessoas que vivem em zonas de risco e não para os administradores, nenhum administrador aqui em Luanda vive em zona de risco e carece de casa para que sejam contemplados nesse programa habitacional», protestou.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Poluição fluvial ameaça sustento de 2.000 camponeses

06 De Abril de 2014

Jornal Agora

Texto: Francisco Bussulo

Usados pelos populares para lavar geradores e componentes de automóveis e utilizados por empresas de secreção de latrinas como depósito de excrementos, os rios Bengo, Dande e Kifangondo transformaram-se numa fonte de contaminação propagação de doenças.

Lixo, resíduos industriais, metais pesados e produtos químicos, todos saltam à vista nas águas fluviais do Bengo e de Luanda, que, perante a inoperância dos serviços de fiscalização ambiental, estão a converter terras férteis para a agricultura em terrenos estéreis

O Agora deslocou-se à cidade de Caxito e constatou a existência, em diversos rios e lagoas, de derivados de petróleo, resíduos sólidos e, mais além, já na comuna das Mabubas, de geradores e motobombas em mau estado, a funcionarem sobre pneus posicionados nas águas. Tudo a mando de jovens lavadores de carros.

Segundo o engenheiro agrónomo Ilídio Gouveia, a poluição dos rios Bengo, Dande e Kifangondo reflecte-se na “desfertilização e saturação dos solos”, provocadas pela presença do “metano e dióxido de carbono, substâncias reagentes e impróprias para as áreas de cultivo”.

15 HECTARES DE TERRENOS CONTAMINADOS. A situação afecta cerca de 15 hectares de terras aráveis dos municípios do Dande, em Caxito, onde o Agora registou a insatisfação dos camponeses.

Mariana Samba, uma das vozes da contestação, conta que a situação se arrasta há dois anos, embora com maior incidência nos últimos dois meses.

"Estamos de braços cruzados, porque as águas do rio Dande estão contaminadas por produtos químicos, impróprios para a fertilização das sementes. Esta situação agrava-se ainda mais, devido ao facto de as terras preparadas para o cultivo se encontrarem queimadas por produtos químicos", adianta a camponesa.

Revoltada, Mariana acrescenta que, neste momento, os trabalhadores agrícolas resistem graças à "pequena alimentação recolhida no princípio de Fevereiro" e "às águas das lagoas", utilizadas para o consumo humano.

Nesta situação, estão cerca de 2.000 camponeses, constituídos em aldeias e bairros localizados na comuna do Piri, Dande, Musseque e em Luanda, nomeadamente no bairro da Macedónia.

Na cidade do Caxito, a situação agrava-se diante da falta de consciência ambiental dos mais jovens que, com a lavagem de carros e peças automóveis, são os principais poluidores das águas fluviais.

"Não é da nossa responsabilidade cuidar do ambiente. Nós temos família e precisamos de dinheiro para a alimentar. Este assunto é de quem fiscaliza o ambiente", diz um dos jovens.

A falta de agentes de fiscalização ambiental nas zonas de maior poluição tem sido uma das causas apontadas para o fomento destas práticas que lesam muitos camponeses em Caxito e Luanda.

Já os camponeses da Macedónia, no município da Funda, em Luanda, que têm o rio Kifangondo como recurso indispensável para as suas terras agrícolas, manifestam-se agastados com os camionistas e os promotores de festas nocturnas.

"Não é da nossa responsabilidade cuidar do ambiente. Nós temos família e precisamos de dinheiro para a alimentar", diz um lavador de carros.

ÁGUA NA ORIGEM DE DOENÇAS DE PELE E PROBLEMAS RESPIRATÓRIOS. "OS camionistas lavam os depósitos de combustíveis no rio e, em algumas ocasiões, depositam os seus derivados sobre as nossas plantações. Como consequência, as sementes já não brotam", lamenta a camponesa avó Maria, de 50 anos.

A interlocutora fez saber também que, fruto destas acções, algumas crianças que mergulham no rio Kifangondo estão a contrair problemas respiratórios e doenças de pele, como a acantose. O mau diagnóstico foi confirmado ao Agora por uma das enfermeiras do posto de saúde local (São Lucas).

8.2 Reciclagem de resíduos sólidos Angola pode adoptar modelo brasileiro

07 De Abril de 2014

Jornal De Angola

o secretário de Estado das Novas Tecnologias Ambientais e Qualidade Ambiental anunciou a realização nos próximos anos de um estudo para possível adopção do modelo de recolha, tratamento e

reciclagem de resíduos sólidos utilizado em algumas regiões brasileiras.

O governante angolano, que fez anúncio, no Rio de Janeiro (Brasil), depois de uma visita ao Pólo de Reciclagem de Gramacho, disse acreditar ser possível usar o modelo em Angola, por intermédio do Plano Nacional Estratégico de Resíduos Urbanos (PESGRU) e do Instituto Regulador de Resíduos, em fase de criação.

O secretário de Estado disse tratar-se de um projecto de reciclagem que envolve tecnologias ambientais que se for desenvolvido em Angola permite dar emprego a várias pessoas, sobretudo jovens, e combater a pobreza, como sucede no Rio de Janeiro".

SyangaAbílio, que terminou ontem uma visita ao Brasil, realizada no âmbito da campanha promocional da feira "Ambiente-Angola 2014, que se realiza de 5 a 8 de Junho, declarou que o modelo é interessante por se enquadrar "muito bem" na luta contra a pobreza e pela criação de emprego.

Angola, referiu o secretário de Estado, com a aprovação do Decreto Presidencial sobre a Gestão de Resíduos e a criação do PESGRU, começa a criar condições para iniciar o sistema de selecção de resíduos e da sua reciclagem. O secretário de Estado visitou o pólo de Reciclagem de Gramacho, acompanhado do presidente do conselho de Administração da Feira Internacional de Luanda, Matos Cardoso, e de quadros Ministério do Ambiente. O pólo de reciclagem de Gramacho começou a funcionar no início deste ano em substituição de uma lixeira a céu aberto. A reciclagem é um processo de transformação aplicado a materiais que podem voltar ao estado original, convertendo-se em produtos iguais em todas as suas características, sendo um conceito diferente do de reutilização.

A reutilização consiste no reaproveitamento de um determinado material já beneficiado em outro, com características diferentes.

8.3 Xandel volta a consumir água potável

Jornal de Angola

09 De Abril de 2014

Texto: Francisco Curibingana

Depois 35 anos paralisado, o sistema de abastecimento de água potável da comuna de Xandel, município do Quela, voltou a entrar em funcionamento. O empreendimento foi inaugurado pelo governador provincial de Malanje, Norberto dos Santos.

O director provincial da Energia e Água, João Pascoal, disse que as obras consentiram na reabilitação e ampliação do sistema de captação e distribuição de água de Xandel. A água é captada num manancial na montanha de Cabatuquila, a quatro quilómetros da sede da comuna.

Ao longo da conduta foram colocadas ventosas, para expulsar o ar do seu interior. Foi construído um reservatório em betão armado com capacidade para 40 metros cúbicos. Na represa foi instalado um sistema de tratamento, filtro de areia e um reservatório de que acumula 15 metros cúbicos por hora.

João Pascoal salientou que, além dos reservatórios, foram construídos cinco fontanários, um número que pode vir a crescer para beneficiar mais localidades. A obra, informou o director provincial de Energia e Água, custou mais de 35 milhões de kwanzas e vai beneficiar 2.200 pessoas. O governador de Malanje assegurou que as autoridades vão continuar a resolver os problemas das populações, com destaque para a energia eléctrica, escolas, centros e postos de saúde e água potável. Norberto dos Santos aconselhou as entidades administrativas do município do Quela a alargarem o projecto de abastecimento de água a outras localidades recorrendo ao Programa Água para Todos. Na região, refira-se, estão em curso diversas acções para melhorar a qualidade de vida.

8.4 Comuna da Barra do Dande melhora o abastecimento de água

Jornal de Angola

10 De Abril de 2014

Texto: Alfredo Ferreira

O abastecimento de água potável à localidade do Panguila, Barra do Dande, vai melhorar em breve, quando o projecto de captação, tratamento e distribuição estiver concluído, dentro de 60 dias.

Um comunicado saído da reunião do Governo Provincial do Bengo refere que a Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL) está a fazer todos os esforços para que o projecto termine no tempo previsto.

Na reunião do Governo Provincial, dirigida por João Miranda, foram também analisadas situações que têm a ver com o fornecimento de energia eléctrica e com as obras de construção de casas, em curso na localidade do Panguila.

Para a solução dos problemas no Panguila, o governador João Miranda, indicou o director provincial da Energia e Água, sob a coordenação do vice-governador para a esfera social e económica, para efectuarem um levantamento da situação actual.

Na reunião, os membros do Governo Provincial do Bengo aprovaram a proposta de produção do "Jornal Bengo", com 16 páginas, editado trimestralmente.

O Governo do Bengo aprovou ainda o plano de actividades para este ano, que define as principais acções a serem desenvolvidas.

Os membros do Governo foram informados sobre a realização da feira da banana de produção nacional, prevista para os dias 24 a 26, no município do Dande, no mercado do Panguila. Nesta edição da feira vão marcar presença, além dos nacionais, expositores estrangeiros, que apresentam somente os equipamentos e tecnologia que intervêm na cadeia de produção da banana. Durante o encontro, os membros do governo do Bengo apreciaram a proposta de levantamento dos pensionistas órfãos, com idades superiores a 25 anos.

No encontro, os membros do Governo, deputados à Assembleia Nacional do círculo provincial, representantes das Forças Armadas Angolana e da Polícia Nacional, associações desportivas, núcleos desportivos, empresários e jornalistas desportivos, foram informados ainda sobre a estatística das matrículas do ano lectivo.

8.5 Energia e águas precisam de capital estrangeiro

Ministro uma aposta séria na construção de infra-estruturas

Jornal de Angola

10 De Abril de 2014

Texto: Natacha Roberto

A construção de Infra-estruturas de energia e água está orçada em 2,887 trllões de kwanzas, anunciou o ministro do sector no Fórum Económico Angola-Itália.

Baptista Borges que falava "Oportunidades de Investimento no Sector de Energia e Águas" disse que apenas a carteira de projectos de electricidade atinge cerca de 23 mil milhões de dólares (2,3 triliões de kwanzas), dos quais 12,11 mil milhões (1,211 trilião) são aplicados em obras já em curso e 10,81 mil milhões (1,081 trilião) em projectos em análise, que constam do Plano nacional de Desenvolvimento 2013-2017.

Para dinamizar o sector das águas até 2017, salientou, são precisos seis mil milhões de dólares (600 mil milhões de kwanzas) e estão já programados projectos no valor de 4,36 mil milhões (436 mil milhões) para a expansão dos sistemas de distribuição.

Entre os projectos em curso e programados até final de 2018, referiu a central hidroeléctrica de Lauca com capacidade instalada para dois mil megawatts, o ciclo combinado do Soyo e Cambambe com 700 megawatts, bem como outros na rede de transmissão e distribuição.

No programa, afirmou, há projectos de reabilitação de centrais térmicas, expansão das redes de transporte e de distribuição, ligações domiciliárias e modernização de subestações.

As necessidades neste domínio, disse, atingem 17,6 mil milhões de dólares (1,76 trilião de kwanzas) obtidos pela constituição de parcerias públicas e privadas ou pelo investimento de particulares na produção independente de energia eléctrica baseada em contratos de longo prazo que a lei angolana permite

Baptista Borges sublinhou que estão a ser efectuados trabalhos em conjunto com empresas do sector eléctrico público e alguns investidores privados e que se espera a participação de empresas italianas.

Pequenas empresas

Angola criou nos últimos anos um projecto destinado a aumentar a prestação de serviço no sector eléctrico por empresas públicas e privadas, tendo já iniciado um processo de reestruturação do sector no qual cada segmento é administrado por uma empresa.

"No segmento de prestação de serviço, queremos efectuar uma repartição do espaço entre a empresa nacional de produção que se chama PRODEL e investidores independentes", revelou o ministro.

Baptista Borges disse que, embora seja um segmento de pouca dimensão, se espera que tenha potencial para atrair o interesse de empresas estrangeiras e nacionais para o sistema de electricidade de pequenas povoações.

"Está a ser feita uma revisão de toda a legislação e regulamentação do sector e actualizações de tarifas subsidiadas pelo Estado", anunciou.

A profissionalização da gestão das empresas públicas, referiu, também está na agenda.

As obras públicas e privadas são submetidas a concurso público e as empresas concorrentes têm de garantir, como principal requisito, investimentos iguais

ou superiores a cinco milhões de dólares (500 milhões de kwanzas). "Privilegiamos as parcerias público-privadas porque temos a intenção de promover o empresariado local de forma a valorizar as empresas nacionais", sublinhou.

Indústria de electricidade

A estratégia do Executivo até 2025 tem o objectivo de desenvolver do país e isso exige aumentar a cobertura dos actuais 30 para 60 por cento, ultrapassando a média de África e aproximando-se do consumo per capita dos países do Norte de África. Batista Borges disse que com esta meta pretende-se quadruplicar a capacidade de produção dos actuais dois mil megawatts para 9.500 megawatts. O Executivo quer superar a média de electrificação do país e garantir o crescimento da oferta em proporção com o aumento do número de habitantes, ao mesmo tempo que pretende instalar mais de 2.500 quilómetros de linhas e subestações na rede de transportes que permitam estabelecer interligações internacionais. A par do programa de novos investimentos no sector de energia e água, está a ser desenvolvido um projecto para melhorar a utilização dos recursos naturais de Angola.

Baptista Borges disse que para se atingirem os objectivos é importante haver grandes investimentos em activos de produção e em infraestruturas de redes.

"É importante quadruplicar a capacidade de produção que constitui um elemento chave para a electrificação e a segurança do fornecimento", concluiu.

8.6 Rua tem enorme buraco há mais de um mês

Jornal de Angola

14 De Abril de 2014

Texto: Nilza Massango

A Rua 25 de Abril tem um buraco profundo há quase dois meses, resultado de escavações feita pela Empresa Pública de Águas (Epal), confirmou ao jornal de Angola um funcionário do restaurante aberto no edifício da Associação 25 de Abril, na baixa de Luanda.

Tudo começou com uma ruptura de água que deixava a via alagada e a circulação automóvel impossível. Os técnicos fizeram um grande buraco, resolveram o problema, a água parou de jorrar, mas ficou o enorme buraco na via, até hoje. Dário António trabalha no edifício da Associação 25 de Abril. O funcionário acompanhou os trabalhos, desde a da tubagem rebentada. O espaço foi vedado mas nunca mais ninguém apareceu para tapar o buraco de quase três metros de largura.

A via ficou mais estreita e muitos automobilistas aproveitam-se da desorganização e fazem do espaço parque de estacionamento, dificultando o trânsito automóvel ainda mais. Toda a cidade tem obras destas incapacitantes, montes de areia, árvores derrubadas que ficam dias, meses e até anos na via pública.

Na Rua do 10 Congresso do MPLA, quem sobe, também existe um buraco na via. Ninguém sabe ao certo o que aconteceu. Do dia para noite, o buraco surgiu e representa um grande perigo, principalmente no período da noite para quem circula na quela área da Baixa de Luanda.

Tudo indica que se trata de uma conduta de água que rebentou, porque, dias antes de aparecer o buraco, aquela movimentada via da Baixa de Luanda ficava sempre alagada e ninguém conseguiu identificar de onde vinha a água, disse um motorista de serviço de táxi.

O buraco na Rua do 1º Congresso do MPLA está cheio de água e ficou assim há uma semana.

8.7 Aumentar o acesso à água

Jornal de Angola

18 De Abril de 2014

O acesso à água constitui um dos desafios da governação, dos sectores públicos, privados e das populações. O desenvolvimento de Angola passa pelo crescimento e pela expansão do sector das águas. O acesso à água está a ser solucionado paulatinamente pelas estruturas do Estado que abraçam um desafio que contribui para aumentar a qualidade de vida e reduzir as doenças diarreicas e outras derivadas do consumo de água em condições impróprias.

Desafio porque estamos conscientes de que a gestão dos recursos hídricos impõe a todos comportamentos e responsabilidades que se pautem pelo uso racional da água. No que respeita aos esforços para produzir água potável suficiente para as comunidades, com a construção de chafarizes e as ligações domiciliárias em números nunca antes vistos, podemos dizer que nos encontramos num ciclo novo. Uma fase nova em que aos esforços das estruturas do Estado devem juntar-se o comportamento responsável dos cidadãos e das famílias.

Embora nem sempre as coisas se processem assim, entendemos que nos encontramos num processo novo em que o acesso à água potável tende a ser uma realidade. O Estado angolano está a criar condições para que tenha fim a realidade vivida até há pouco tempo em que as populações se deslocavam a grandes distâncias para obter o líquido precioso.

As estruturas do Estado estão empenhadas no sentido de garantir o acesso à água a todas as populações, a partir das suas casas.

Constituem prova disso a aprovação por parte do Executivo, em Novembro de 2011, dos princípios metodológicos do Plano Nacional de Águas de Angola, bem como as grandes opções da política nacional para gestão dos recursos hídricos e respectivas estratégias. Nesta senda, surgiram iniciativas importantes, como o projecto "Água para Todos", que contribuem para reduzir o tempo e a distância no acesso à água por parte das famílias.

É verdade que Angola, comparativamente a muitos outros países, está numa situação privilegiada em termos de bacias hidrográficas e recursos aquíferos. Mas enfrentamos ainda enormes desafios no que ao fornecimento de água a toda a população diz respeito. É animador saber que o Executivo faz deste desafio o centro das preocupações, por entender que, na maioria das localidades angolanas, a vida começa com a água.

Um pouco por todo o país existem projectos de expansão das ligações domiciliárias que encurtam muito a distância entre as comunidades e a água potável. O projecto "700 mil ligações domiciliárias", em Luanda, está a um ritmo histórico, numa altura em que, a julgar pelos dados da EPAL, se pode atingir uma percentagem satisfatória a nível da capital do país.

Trata-se de um esforço que está a ser efectivado em todo o país, em cumprimento do sétimo ponto dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio no qual se destaca a necessidade de, até 2015, garantir a sustentabilidade ambiental de nações, reduzindo para metade a percentagem da população sem acesso permanente a água potável.

Os esforços neste sentido têm merecido uma permanente apreciação por parte dos órgãos competentes, embora nem sempre devidamente aproveitados pelas populações. O uso indevido das redes públicas de abastecimento de água para desvios com fins comerciais e falta de pagamento regular do serviço são apenas alguns dos exemplos. Mas são os desvios de conduta, para fins comerciais, que ameaçam gravemente os esforços que a empresa distribuidora de água faz para fornecer água às populações.

Trata-se de um crime de extrema gravidade porque, além do desvio criminoso da água, esta prática atenta contra as condições mínimas ligadas à qualidade da água desde a saída dos centros de tratamento e produção até aos pontos de consumo.

Como disse o presidente do conselho de administração da EPAL. "Não basta as pessoas reclamarem que não têm água, quando sabem que o vizinho desviou a conduta de água, fazendo com que não chegue aos centros de distribuição. Por isso gostávamos de uma maior denúncia".

Na verdade, todo o trabalho que se faz no sentido de expandir a distribuição de água às populações pode ficar comprometido se alguns cidadãos transformarem o desvio de água em seu ganha-pão.

O líquido precioso contribui para baixar significativamente as doenças decorrentes da sua escassez, razão pela qual se deve dar maior atenção às ilegalidades provocadas pelos "ladrões de água". Uma conduta violada representa, além do furto do líquido, um perigo potencial para a saúde humana atendendo à redução dos níveis de cloro. Não constitui segredo para ninguém que estas práticas delituosas relacionadas com o desvio de condutas de água, o não pagamento dos serviços de fornecimento de água, bem como a negligência no uso desregrado de água, devem terminar, sob pena de o fornecimento de água em quantidade e qualidade ficar refém dos criminosos da água.

8.8 Falta de água potável e delinquência no Katinton

Jornal Continente

18 De Abril de 2014

Texto: Domingos Cachama

Moradores do bairro Katinton, distrito de Maianga, mostram-se preocupados com a falta de água potável, há largos anos.

Domingos Cachama Segundo alguns moradores com quem tivemos a oportunidade de conversar, o bairro carece do precioso líquido, há já bastantes anos, estando a depender de cisternas e tanques de proprietários singulares. Marta António, moradora naquele bairro há oito anos, contou à nossa reportagem que os populares daquela circunscrição de Luanda debatem-se com a referida situação há bastantes anos. Segundo ela conseguem o precioso líquido através dos tanques onde compram uma banheira de vinte litros por cinquenta Kwanzas. "Para se obter uma boa quantidade tem de ter um carro de mão e também vários bidões", lamentou a nossa interlocutora.

Por sua vez, Elisa José, também moradora há sete anos, referiu que agora também compram a água aos motoqueiros, que fazem o uso de motas de três rodas

conhecidas vulgarmente por "Caleluia", tendo em conta a capacidade de carga que as mesmas suportam.

De acordo com a mesma fonte, nesses o bidão de vinte litros também está no valor de cinquenta Kwanzas. "Ao contrário de outras áreas de Luanda onde os chafarizes se fazem sentir, apesar das falhas, nós cá consumimos sempre água de origem duvidosa", sublinhou.

Em relação a delinquência, Rafael Salembé frisou que se regista com maior frequência a partir das 16 às 22 horas. Nestas, referiu a fonte, os meliantes actuam retirando aos populares tudo quanto têm.

Os moradores apontam a rua da ponte como o local mais crítico onde segundo eles ocorrem a maior parte de grandes cenários que não deixam sossegados àqueles que por ali passam.

Os moradores são de opinião que por uma forma de atenuar as referidas situações, os órgãos de direito trabalharem no sentido de se pôr chafarizes, bem como redobrar o trabalho do policiamento para se devolver a tranquilidade aos populares tanto de noite quanto de dia.

8.9 Fornecimento de água deve melhorar no Luena

Jornal Economia e Finanças
18 De Abril de 2014
Texto: Uno Vieira

A partir do primeiro trimestre de 2015 estará concluído o novo centro de captação, tratamento e distribuição de água potável, da cidade do Luena, capital da província do Moxico, garantiu o secretário de Estado das Águas, Luís Filipe. O governante que visitou o empreendimento no passado dia 15, onde avaliou o grau de execução das obras, assegurou que os projectos serão concluídos nos prazos previstos e vão beneficiar as populações da cidade do Luena.

O secretário de Estado das Águas afirmou que, para melhorar a rede de distribuição de água na cidade do Luena, foram lançadas mais de 60 quilómetros de conduta, que permitiu efectuar 6.000 ligações domiciliárias em todo o casco urbano.

Aposta

Para os restantes municípios, Luís Filipe disse estar em curso o processo de adjudicação de obras nas sedes do município do Alto Zambeze, Bundas, e Kamanongue e garantiu que o Executivo está a trabalhar para que a água chegue a toda população da província até 2017.

"As sedes municipais têm um problema bastante precário, não existe abastecimento de água de forma regular, em alguns até não existe, ostentam de alguns recursos. mas estamos a envidar esforços para absorver estes problemas no seio da população."

Projecto

Falando do programa "Água para Todos", o secretário anunciou que foi lançado recentemente um projecto que está a ser executado através de uma linha de crédito que vai atender cerca de 4.000 localidades, com realce para comunas, bairros e aldeias.

"Acredito que com este projecto vai nos ajudar no alargamento de abastecimento de água em várias localidades que é a nossa maior preocupação", disse.

Referiu que algumas obras estão paralizadas devido às fortes chuvas que assolam a região e que dificulta ao acesso das vias, mas tão logo que elas terminem, as empresas vão retomar os trabalhos.

Luís Filipe assegurou que todas as obras que foram constatadas estão dentro do padrão e não se verificou nenhuma anomalia, mas defendeu maior empenho por parte das empresas para a sua conclusão nos prazos previstos. "Ainda temos um trabalho árduo pela frente que é necessário para mudar este quadro na província". Durante a sua estada no Luena, o secretário de Estado das Águas, além de visitar a construção de infra-estruturas, reuniu-se com os administradores municipais para se inteirar sobre o grau de implementação do programa "Água para Todos".

8.10 Ligações domiciliárias da EPAL continuam adormecidas na zona dos kwanzas

Jornal Manchete
18 De Abril de 2014
Texto: Moreira Mário

Há um ano que, levada a cabo pela Empresa de Águas de Luanda-EPAL, e enquadrado no programa 700 mil ligações, em mais de uma centena de residências sitas na zona dos Kwanzas, mais concretamente nas imediações do ex-Calaboca, no município do Cazenga, foram montados contadores os quais posteriormente garantiriam um pleno abastecimento de água potável aos respectivos moradores, até ao momento, a situação mantém-se inalterada, apesar dos trabalhos estarem completamente concluídos.

De acordo com alguns moradores, à palavra com o Manchete, "os trabalhos de colocação de contadores nas casas, foram feitos em princípio de Abril do ano

passado por uma empresa chinesa, GHCB. Mas, somente em Dezembro do mesmo ano, efectuou-se a colocação dos canais principais que conduzirão a água às torneiras".

Mas ainda assim, os moradores a pensaram que dentro de pouco tempo estariam a beneficiar do precioso líquido. "Julgamos tão logo os trabalhos terminassem, começaria já a sair a água nas nossas torneiras, mas até agora, nada", lamentou um dos moradores.

Os mesmos explicaram que a zona beneficia apenas alguns fontanários, embora os mesmos funcionem com muita deficiência. Esta situação tem provocado grandes enchentes e longas filas de pessoas, as mesmas, muitas vezes disputando os lugares. "Para conseguirmos água no chafariz, acordamos às cinco da manhã porque, ao longo do dia registam-se muitos cortes no fornecimento", afirmou a moradora Maria Francisco, que se mostrara ainda preocupada com a ausência de higiene nos espaços em que se encontram instalados tais dispositivos de abastecimento de água potável.

E o porta-voz da EPAL, Domingos Paciência, contactado por este jornal, tranquilizou os populares, dizendo que o projecto ainda não atingiu as três mil ligações, e que por isso, os trabalhos continuam em curso.

8.11 Luena fornece mais água

18 De Abril De 2014

Jornal de Angola

Texto: Lino Vieira

A população do Luena, capital da província do Moxico, volta a beneficiar de água potável no primeiro trimestre de 2015, altura em que fica concluído o centro de captação, tratamento e de distribuição, garantiu o secretário de Estado das Águas, Luis Filipe da Silva.

Falando no Luena, Luis Filipe da Silva disse que para melhorar a rede de distribuição de água na cidade do Luena foram lançados mais de 60 quilómetros de conduta que permitiram efectuar seis mil ligações domiciliárias em todo o casco urbano.

Para os restantes municípios, acrescentou, está em curso o processo de adjudicação das obras nas sedes do município do Alto Zambeze, Bundas, e Camanongue e garantiu que o governo trabalha para que a água chegue a toda a população da província até 2017.

Falando do programa "Água para todos", o secretário de Estado referiu que o projecto está em execução,

através de uma linha de crédito, que vai atender cerca de 40 mil localidades entre comunas, bairros e aldeias.

"Acredito que o projecto vai ajudar no alargamento do abastecimento de água para várias localidades, que é a nossa maior preocupação", frisou, referindo que algumas obras estão paralisadas devido às fortes chuvas que assolam a região e que dificultam o acesso das vias. Tão logo as chuvas terminem, informou o secretário de Estado, as empresas vão retomar os trabalhos.

Luis Filipe da Silva assegurou que todas as obras visitadas estão dentro do padrão e não se verificou nenhuma anomalia. Defendeu maior empenho por parte das empresas para a conclusão nos prazos previstos. "Ainda temos um trabalho árduo pela frente, necessário para mudar este quadro na província."

8.12 Mais lavandarias e bombas de extracção de água

Jornal de Angola

28 De Abril de 2014

Texto: Arão Martins

Um projecto de colocação de novas lavandarias e bombas de extracção de água movidas a energia solar, para atender 48 mil pessoas dos bairros periféricos da cidade do Lubango, está a ser executado pelo Governo Provincial da Huíla.

O director provincial da Energia e Águas, Abel João da Costa, disse que a execução do projecto está enquadrada no Programa "Água para Todos", com vista a atender preferencialmente o meio rural. Explicou que, tendo em conta a escassez de água a nível da cidade do Lubango, influência dos efeitos da seca, o Governo Provincial da Huíla criou furos, tanques metálicos elevados de dez metros cúbicos, lavandarias e bombas, para atender milhares de pessoas.

O director indicou que os programas estão a ser levados a efeito nos bairros Patrice Lumumba 1 e 2, Arimba, Luta Continua, Comandante Cowboy, Hélder Neto, Joaquim Kapango, João de Almeida, Mitcha, Ana Paula, Dr. António Agostinho Neto, Chioco 1 e 2, Valódia 1 e 2, Bula Matadi I e 2, Mapunda 1 e 2, comunas do Hoque, Chengue, Ferrovia, Mucuiu, Canguinda e Lalula, além dos mercados do KM 40 e do Poiães.

Abel da Costa, que falava na primeira reunião ordinária do conselho de auscultação e concertação social do Lubango, informou que além dessas obras, o Governo está a executar outras acções no município.

9 director provincial da Energia e Aguas referiu que as obras da primeira fase de construção dos sistemas de água decorrem a nível da sede comunal da Arimba, Huíla, Aldeia do Toco, Tchavola, Eywa, Tchimucua, Nambambe, Mitcha, Pedreira, Missão da Huíla, unidades militares do Cristo Rei e da Vila Paula e povoação da Tchimucua. Abel João da Costa explicou que o sistema de abastecimento de água à cidade do Lubango foi construído há mais de 80 anos, concebido na ocasião para 30 mil habitantes.

Quanto à restrição da intervenção para outras partes da cidade, disse que mais acções vão ser desenvolvidas e decorre já a execução de alguns projectos, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Institucional do Sector de Agua (PDISA), com o financiamento do Banco Mundial.

Outras acções

A potencialização de oito furos, a realização de cinco novos furos nas captações da Nossa Senhora do Monte, a elaboração de estudos para a instalação de 50 quilómetros de rede de distribuição de água em três bairros da cidade do Lubango, na Minhota, Benfica e Santo António, bem como a elaboração do plano director de água e saneamento são outras acções em curso.

O director provincial da Energia e Aguas disse que, em 2002, o Executivo elaborou o plano director para o abastecimento de água e saneamento à cidade do Lubango, através da parceria com a Embaixada de Espanha, actualmente desactualizado, devido ao crescimento urbanístico e demográfico verificado. Para o efeito, Abel da Costa informou que está a ser elaborado um novo plano director, que vai ser apresentado brevemente aos conselhos de auscultação e concertação social do município e da província da Huíla.

Esclareceu que devido à operacionalidade com que o sistema de água foi apresentando, nos últimos anos, a cidade do Lubango foi beneficiada, em 2009, com o seu primeiro grande projecto de média envergadura, através de uma linha de crédito do Governo alemão.

O director provincial da Energia e Aguas, Abel João da Costa, precisou ainda que foram instalados 31 quilómetros de condutas adutoras estruturantes em ferro fundido dúctil (FFD), com dimensões variáveis entre os 200 e 1.000 milímetros. Abel João da Costa esclareceu que as obras da primeira fase estão na recta final, com a instalação da rede de distribuição de água no núcleo da cidade do Lubango, com correcções pontuais do trabalho realizado, tais como a substituição dos tubos de ventilação das caixas em PVC por equipamento metálico, interligação de

algumas condutas e instalação do sistema de fornecimento de energia eléctrica à captação da Tundavala.

Mais prospecções

Abel João da Costa precisou que, para o reforço do sistema de produção de água da cidade do Lubango, foram realizadas 16 prospecções e a construção de um novo furo de água na captação de Nossa Senhora do Monte.

O programa de instalação de nova rede de água e ligações ao domicílio a nível do centro da cidade, na fase I, a cargo da empresa TSE, tiveram início em Junho do ano transacto. A acção prevê a instalação de 21 quilómetros de rede de distribuição de água potável de 1.500 ligações domiciliárias no centro da cidade do Lubango.

O director provincial da Energia e Águas explicou que inicialmente a instalação das condutas tinha sido projectada nos passeios, fazendo travessias subterrâneas, através de mecanismos apropriados, sem afectar o tapete asfáltico da cidade.

"Devido ao congestionamento de outras redes técnicas ligadas aos serviços de telecomunicações, energia e saneamento, determinou-se a instalação da tubagem nas bermas das ruas e, conseqüentemente, procedeu-se à reposição do tapete asfáltico, assim como dos lancis e passeios da cidade do Lubango e arredores", concluiu o director provincial da Energia e Aguas, Abel João da Costa.

9. GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 Crimes transnacionais debatidos em Luanda

Jornal Agora

04 De Abril de 2014

Texto: Francisco Bussulo

O Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos vai realizar, de 8 a 9 de Abril, no Centro de Convenções de Talatona, a Conferência sobre a Cooperação Jurídica e Judiciária Internacional da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa, com o tema: "A globalização e os crimes transnacionais - Os instrumentos legais em matéria de cooperação cível, comercial e criminal".

O certame, a ser aberto pelo ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Rui Mangureira, visa capacitar os magistrados, operadores do Direito e os pontos sobre os instrumentos jurídicos internacionais, bem como harmonizar os procedimentos também colher subsídios para o enriquecimento do anteprojecto de lei da cooperação judiciária internacional em matéria penal.

O encontro discute ainda sobre a "Importância da Rede Lusófona e dos Pontos Focais no âmbito da Cooperação Judiciária Internacional", além do estudo e apresentação dos casos práticos e contribuições para a elaboração do manual de boas práticas e modelos uniformes de todos os instrumentos de cooperação (experiências dos diversos países da CPLP, na sua relação com outras redes).

Os documentos a serem produzidos serão apresentados na próxima conferência de ministros da Justiça da CPLP, a ter lugar este ano, na República Democrática de Timor Leste.

9.2 Vandalismo ganha terreno na baixa de Luanda

Jornal Agora

04 De Abril de 2014

Texto: Francisco Bussulo

Viaturas atacadas, passeios destruídos, sinais de trânsito danificados e, de estrago em prejuízo, as denúncias de vandalismo não param de aumentarem na capital do país, perante a passividade dos agentes da ordem pública.

"Partem os faróis e os vidros dos carros, furam os pneus e, em alguns casos, também vandalizam a via pública". O relato chega ao Agora pela voz de José Fernandes, que viu a sua viatura danificada, "por se ter recusado a pagar para estacionar" o veículo.

"Os jovens lavadores de carros e engraxadores de rua, que frequentam os parques de estacionamento e os largos de empresas, estão à frente destas práticas indecorosas", acusa o luandense, que já apresentou queixa à Polícia contra o que diz ser um esquema de coacção.

"Eles ameaçam quem não queira satisfazer a suas imposições", conta José, que viveu o ataque às portas do Governo Provincial de Luanda, na Maianga. nários de empresas localizadas na baixa.

RETROVISORES DANIFICADOS POR SE RECUSAR A PAGAR 1.000 KZ.

No caso da professora Elisandra Gouveia, a Mutamba serviu de palco para os actos de vandalismo.

"Um rapaz, que aparentava ter 20 anos, ofereceu-se para lavar e controlar a minha viatura nos arredores da Igreja do Carmo, na Mutamba, em troca de 1.000 mil Kz", recorda a docente, que, tal como José Fernandes, sentiu no carro os efeitos de um não. "Como recusei, encontrei a viatura com os retrovisores danificados".

O fenómeno dá expressão às estatísticas da Direcção Nacional de Investigação Criminal (DNIC), que vem alertando para o aumento da criminalidade infanto-juvenil.

Segundo os últimos dados, divulgados na semana passada, em 2011 registaram-se 964 crimes cometidos por crianças e jovens, número que, em 2012, subiu para 969 e, em 2013, para 991.

EXCESSOS NOCTURNOS REFLECTIDOS NA DESTRUICÃO DE SINAIS DE TRÂNSITO E ÁREAS VERDES.

Neste âmbito, outra situação constatada pelo Agora prende-se com a danificação das sinaléticas de trânsito, nomeadamente nas ruas Deolinda Rodrigues, Estrada Direita de Catete, Lweji-a-Konda, Ngola Kilwanje e Estrada Direita do Benfica.

"O derrube dos semáforos e outros sinais de trânsito acontece com frequência nos finais de semana, quando muitos jovens regressam embriagados das casas nocturnas", relata Amadeu Jacinto, residente no Sambizanga há 22 anos.

Por sua vez, a ambientalista Sónia Veríssi- mo lembra que os efeitos do vandalismo também se estendem às zonas verdes.

"Há, em quase todos os cantos de Luanda, jardins vandalizados, árvores perfuradas, queimadas e pintadas indiscriminadamente", sublinha, apontando o dedo aos taxistas e à juventude que, depois de uma noite de farra, extrapola os limites da condução.

"Os jovens estão a arruinar a ecologia, e a Polícia de ordem pública deve agir antes que a situação tome contornos alarmantes", sublinha Sónia.

Sobre a situação, o Agora ouviu uma fonte da 2.ª Esquadra da Polícia Nacional do distrito da Ingombota, que garante estar a par dos acontecimentos, embora tarde em apresentar uma solução.

"Temos conhecimento da situação e estamos a coordenar directrizes de actuação, a fim de dar resposta a estes actos de vandalismo".

9.3 Milhares de armas ilegais foram recolhidas

Jornal de Angola
16 De Abril de 2014
Texto: Fula Martins

O secretário da subcomissão técnica para o desarmamento da população civil, subcomissário José Carlos da Piedade, disse que 76.972 armas de fogo foram entregues de forma voluntária no período de 2008 a 2014 em todo país no quadro do processo de desarmamento da população.

Falando durante encontro com os jovens de várias organizações sociais do Conselho Nacional da Juventude, José Carlos da Piedade disse que 12.445 foram recolhidas de forma coerciva.

O secretário da subcomissão técnica para o desarmamento da população civil assegurou que no período foram instaurados 935 processos-crime, 371 foram julgados, 48 absolvidos e 336 cidadãos foram condenados estando ainda 574 processos em instrução processual todos por crime de posse ilegal de armas de fogo.

Quanto ao armamento em estado obsoleto, José Carlos da Piedade informou terem sido destruídas 63 mil armas de diversos calibres, dois mil carregadores, 60 mil munições e 96 engenhos explosivos. José Carlos da Piedade disse que programa do Executivo para o desarmamento compreende quatro fases, a de sensibilização e mobiliação, a da entrega voluntária, a

da recolha coerciva e a de controlo do armamento", acrescentando que apesar dos bons indicadores o processo de desarmamento ainda constitui preocupação devido ao elevado número de armas em posse ilegal dos cidadãos. "O desarmamento da população civil em Angola ainda constitui um problema porque continuamos a registar algumas práticas criminais envolvendo armas de fogo, o que nos dá a sensação de que existem ainda muitas armas por recolher", referiu o secretário da subcomissão técnica para o desarmamento da população civil. Durante a guerra muitos civis adquiriram armas para a sua autodefesa, facto que contribuiu para o aumento posterior do índice de criminalidade.

9.4 Samba assolada por marginais

Jornal A Capital
18 De Abril de 2014
Texto: Mariano Brás

Os relatos que chegam da Samba dão conta de um elevado número de crimes num curto espaço de tempo, representando os 391 casos actuais cerca de 15% dos delitos registados nos últimos tempos em toda a província de Luanda.

Assaltos, tanto em residências como na via pública, roubo de viaturas e violações são a preferência dos meliantes. Quase que sem oposição, já nem esperam pelo anoitecer para a efectivação das suas acções macabras.

Mesmo à luz do dia, vários marginais fazem das suas, como atesta o caso de um jovem assassinado na passada segunda-feira, 14, por volta das 16 horas, no Morro Bento, quando deixava a escola em direcção à casa.

Gaspar Francisco, de 18 anos de idade, foi interpelado por três marginais que exigiam o seu telemóvel.

O seu assassinio, em consequência de golpes de uma faca na região do abdómen, foi o preço da resistência aos anseios dos criminosos.

Faleceu dias depois numa unidade hospitalar. Já no Benfica, concretamente na denominada Zona Verde, os marginais estão a assaltar cantinas e residências, também a qualquer hora do dia.

A vítima mais recente, o cidadão Traore Pierre, da República Democrática do Congo, 48 anos, perdeu dois mil dólares americanos em consequência de um assalto perpetrado por dois elementos que se faziam transportar numa motorizada do tipo rápida.

A jovem Beatriz Serqueira, de 35 anos, é hoje uma mulher traumatizada. E não é para menos. Foi abusada sexualmente por um grupo de marginais, o mesmo que, conforme indicam as informações disponíveis, assaltou a sua residência, levando dinheiro e alguns pertences. Pior de tudo, segundo a mesma, é que levaram a sua honra. "Perdi o marido, tenho vergonha de andar pelas ruas", frisou a amargurada mulher.

O cidadão Francisco Miguel, 44 anos, por sua vez, recorda que há uma semana, por volta das 21:50, também no bairro Morro Bento, concretamente nas imediações da Universidade Gregório Se medo, perdeu a viatura, um Toyota Mitsubishi, roubada por três indivíduos com armas do tipo AKM.

Ele explicou que os meliantes já o aguardavam no parque da referida Universidade. Polícia ausente vários munícipes ouvidos pelo semanário A Capital disseram, unânimes, que a Polícia não é vista desde Março. Daí que os marginais, numa espécie de corrida do gato e do rato, estejam completamente à-vontade, actuando a seu bel-prazer, "Retiraram-nos a esquadra móvel, por isso temos de percorrer cerca de um quilómetro para chegar a , uma unidade policial", lamentou um dos moradores da Zona Verde.

Há cerca de dois meses, o Comandante Provincial de Luanda, António Maria Sita, numa perspectiva de inverter os elevados índices de criminalidade naquela região de Luanda, nomeou ' Gabriel Kapusso, vindo de Benguela, colocando José Amaro Franco no município do Rangel. De acordo com alguns munícipes, Amaro Franco tem feito um brilhante trabalho no que concerne ao combate à criminalidade, não acontecendo o mesmo, ao que tudo indica, com o seu substituto, um homem de confiança do Comandante Provincial,

Kapusso, que não estará a dar conta do recado, chegou como um "anjo", com propósito de operar milagres, mas a situação actual mostra que as coisas não vão bem. "Ele parece sem soluções, Tem de perceber, julgo, que a situação nada tem a ver com o Lobito, uma cidade pacata, Aqui, o bandido e o polícia podem ser confundidos", reforçou um dos moradores, visivelmente agastado.

10. AMBIENTE

10.1 Famílias vítimas da chuva recebem apoio

Jornal de Angola
02 De Abril De 2014
Texto: Carlos Paulino

Um grupo de 85 pessoas da localidade de Canhongo, província do Cuando Cubango, que perdeu os seus haveres devido às chuvas, recebeu bens de primeira necessidade.

O donativo, entregue pela Administração Municipal de Menongue, através dos serviços de Protecção Civil e Bombeiros, era composto por chapas de zinco, arroz, fuba, conservas e roupa usada, entre outros produtos.

O porta-voz dos serviços de Protecção Civil e Bombeiros, Júlio Muliata, lamentou a situação em que se encontram as pessoas sinistradas e sublinhou que a instituição, em coordenação com a Administração Municipal de Menongue, mobilizou alguns bens de primeira necessidade para acudir às dificuldades que as 85 pessoas afectadas pela chuva estão a enfrentar.

"É nosso dever, como instituição que zela por este tipo de situação, apoiar todas as pessoas vítimas de qualquer calamidade natural, no sentido de diminuir o seu sofrimento", disse. As chuvas, que caem um pouco em toda a província do Cuando Cubango, acompanhadas de fortes ventos, têm provocado graves danos humanos e materiais, situação que está a preocupar as autoridades e a população local.

Desde Janeiro último, as fortes' chuvas já provocaram a morte de quatro pessoas, o ferimento de três e danos materiais avultados. O soba da localidade de Canhongo, Adolfo Ndala, agradeceu o apoio da Administração Municipal de Menongue e sublinhou que ele vai suprir as principais dificuldades que as famílias sinistradas estão a enfrentar, sobretudo a falta de alimentação, roupas e chapas de zinco. Adolfo Ndala solicitou, ainda, o apoio solidários de outras instituições públicas e privadas.

10.2 Fortes chuvas no Cazengo deixam pessoas ao relento

Jornal de Angola
03 De Abril de 2014
Texto: André Brandão

Um total de 249 pessoas ficou sem abrigo no Cuanza Norte, em consequência das fortes chuvas que se abateram nos últimos três meses, revela um relatório dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, divulgado ontem, em Ndalatando.

As chuvas destruíram 49 casas, enquanto outras 112 correm o risco de desabar no município de Cazengo, onde também ruíram três escolas.

No município de Ambaca, ficaram destruídas 46 casas e uma sala de aula, enquanto no Dondo uma pessoa morreu, depois de um muro ter desabado sobre ela.

No município do Lucala, há 23 casas em risco de inundação, nos bairros CTT e Zona A, caso o rio transborde.

Para a assistência aos sinistrados, foram entregues 2.500 de chapas de zinco e nove atados de roupa usada.

No âmbito da comissão executiva provincial de Protecção Civil, foi realizada uma visita à empresa Hiper Máquinas Angola, Lda., com o objectivo de garantir a segurança das pessoas, principalmente no que se refere a afogamentos em represas, criadas pelas instituições de exploração de inertes.

Durante o mesmo período foram registados 30 incêndios de pequena e média proporções, que causaram danos materiais calculados em 1,791 milhões de kwanzas.

Os incêndios ocorreram no município de Cazengo, com 18 incêndios, Cambambe, com oito, Lucala (três) e Golungo Alto (um). Na origem dos sinistros estiveram curto-circuitos, fogo posto e causas acidentais, tendo sido afectadas residências, transportes e sistemas eléctricos, campos agrícolas e serviços de comunicação.

O corpo de bombeiro registou ainda 12 mortes por afogamento, sendo nove no Cazengo, dois em Cambambe e um no Lucala, com ocorrências registadas nos rios Cuanza e Lucala, nas represas e poços. As vítimas eram confeccionadores de adobes e pessoas que extraíam inertes.

No mesmo período, as chuvas provocaram ainda a queda de oito árvores, nos municípios de Cazengo e Cambambe, e registaram-se seis invasões de enxames

de abelhas, um derrame de combustíveis, e um suicídio.

Os bombeiros intervieram ainda para socorrer vítimas de 23 acidentes de trânsito, nos municípios de Cazengo, Cambambe, Lucala Golungo alto, que provocaram a morte de 13 pessoas e 59 feridos. Houve também uma electrocussão, que resultou num morto, em' Cambambe, duas inundações, no Cazengo, e três desabamentos, no Dondo e Cazengo.

10.3 Esgotos deixam ruas da baixa alagadas

Jornal de Angola

08 De Abril de 2014

Texto: Nilsa Massango

Os problemas de saneamento básico na Baixa de Luanda persistem. Ruas alagadas com os esgotos que correm a céu aberto e rupturas de água são cenários que se verificam um pouco por toda a cidade de Luanda.

Em alguns casos, é bem visível que as águas que correm pelas ruas são provenientes de edifícios com o saneamento básico rebentado, águas que brotam, do asfalto e de esgotos saturados. É difícil identificar a origem de tanta água que corre pelas ruas e que vai provocando a abertura de buracos na via. É o saneamento básico em algumas ruas da Baixa a dar o último suspiro.

A Rua Cerveira Pereira, nos Coqueiros, tem dois esgotos que correm a céu aberto há quase dois meses, para o desagrado dos moradores e gerentes de lojas, por causa do mau cheiro que faz fugir os clientes. Graças a dois colectores no final da rua, água suja e malcheirosa não desagua na Rainha Ginga. Um morador da Rua Cerveira Pereira disse que até agora nunca tinha havido qualquer problema de esgotos e o saneamento básico estava à altura. A rua esteve sempre asfaltada e desde que surgiu o problema dos esgotos, já se notam buracos.

Se continuar assim, o asfalto não resiste. Outro esgoto que continua a verter e desagua na Rainha Ginga, é o da Travessada Alfândega. Este é um problema antigo e que demora a ser resolvido. Aqui não há colectores para travar a água que corre até ao edifício da Sonangol e deixa parte da via alagada. Ainda na Rua da Rainha Ginga, à porta do Posto de Atendimento do Serviço de Migração e Estrangeiro (SME), existe uma ruptura de água. Desde o anopassado que a água brota do asfalto. É óbvio, disse um funcionário, que se trata de água desperdiçada. A Empresa Provincial de Água (EPAL) não põe fim ao rio caudaloso.

Outra conduta de água rebentada está na Rua FrederickAngels, logo à entrada do prédio 11, edifício onde funciona a livraria Mensagem. A moradora Noémia Palma disse que a EPAL já esteve no local várias vezes. Admitiu a ruptura, mas alegou falta de meios para solucionar o problema. Há quase um ano que a água verte. Por milagre, a água ainda jorra nas torneiras do prédio.

10.4 Mau estado dos acessos “entope” o trânsito de Luanda

Jornal De Angola

09 De Abril De 2014

Texto:Rodrigues Cambaia e Gabrie

Lbunga

As últimas chuvas em Luanda mostraram a incapacidade das principais vias suportarem a avalanche das viaturas, que evitam as ruas secundárias por estarem, na sua maioria, em estado avançado de degradação.

As vias alternativas estão intransitáveis. Algumas continuam com buracos e água parada das chuvas, ocupando toda a faixa de rodagem. Os engarrafamentos tiveram um aumento e, mais uma vez, os automobilistas são unânimes enrapontar a necessidade da construção e reabilitação das estradas secundárias e terciárias. A Quinta Avenida liga a Deolinda Rodrigues e a Ngola Kiluanje. Esta via corta os bairros Vila da Mata, Tala Hady e Cazenga. Em quase toda a sua extensão está intransitável por causa das lagoas de águas paradas e dos buracos. Nenhum carro passa e quem ousa avançar, corre o risco de ficar com a viatura fora de circulação.

Uma moradora antiga da Vila da Mata lamentou o estado da estrada construída há 14 anos, e revelou que os trabalhos de tapa buraco não tiveram o efeito desejado. As duas ruas da Estalagem, uma recentemente reabilitada, que ligam a Deolinda Rodrigues e a estrada do Calemba 2 a Viana, tomaram-se num caos para os automobilistas e moradores. O serviço de táxi desapareceu por causa das lagoas e buracos que se apoderaram da estrada. Alguns moto-táxis arriscam-se e transportam passageiros.

"As vezes a solução é viajar na carroçaria dos camiões que nos cobram o mesmo valor de um táxi normal. Os carros pequenos evitam passar nestes buracos", disse Adão Bacaio.

Antes da cadeia de Viana, os automobilistas são impedidos de virar à direita. A rua dá igualmente acesso à estrada do Calemba 2, mas as condições de circulação são precárias. Até o posto de combustível,

localizado na rua, está sempre vazio em virtude do charco de água lamacenta. No momento da nossa reportagem, um camião com mercadoria estava preso na lama.

Acesso às centralidades

A Via Expresso tem registado mais trânsito nos últimos dias e parece pequena para resistir ao número de carros que circulam nas horas de ponta, após o surgimento das centralidades. Os engarrafamentos já são frequentes porque os caminhos alternativos existentes estão inoperantes neste período. Os moradores das centralidades do Kilamba, Cacucaco e Zango sofrem muito com o mau estado dos acessos a Luanda, onde ainda funcionam os principais serviços. A estrada que liga a Via Expresso a Camama é das mais difíceis para circular. Há longos engarrafamentos por causa dos buracos logo à entrada do Centro de Produção da TPA. Os buracos seguem até ao Shopping Angola-China, na antiga rotunda do Cemitério e a escassos metros do Hospital Geral de Luanda. As obras, nesta via, estão paralisadas. Se seguirem pelo Calemba 2, os automobilistas estão impossibilitados de chegar à Avenida Pedro Van-Dúnem. A via inacabada, que corta o bairro Sapú 1 ao Kimbangonãoferece condições para a circulação.

A estrada alternativa que passa pelos bairros do Capolo e Fofoca que dá a Estalagem está em estado lastimável em virtude de um charco que surgiu no meio do caminho por falta de um sistema de drenagem das águas pluviais.

Actualmente os moradores e automobilistas do Kilamba Kixi vivem dias de amargura, pois as ruas do Golf 1 e Rua a Machado Saldanha, no Neves Bendinha, estão com crateras intransponíveis. Nenhuma rua do antigo Bairro Popular tem asfalto. A estrada do Lar do Patriota ao Futungo tem sido um caos. Agora é das mais "engarrafadas". As filas atingem três quilómetros. Os automobilistas defendem que seja construída mais uma via secundária que ligue à Via Expresso. Na Ponte Molhada, nos dias de chuva, os carros e os peões são expressamente proibidos de passar.

Transtornos dos charcos

Automobilistas e passageiros de táxis sentem todos os dias o peso dos engarrafamentos prolongados. João Mavinga, taxista e morador na Petrangol, disse à reportagem do Jornal de Angola que o trajecto de São Paulo até ao Bairro Ngoma está muito difícil. O troço entre São Paulo e o antigo mercado do Roque Santeiro está aos pedaços e nasceram novos buracos com a chuva.

As ruas no interior do Sambizanga, que antes da chuva serviam de alternativa, estão alagadas e ninguém quer arriscar passar por lá.

O táxi está difícil. Em São Paulo são visíveis multidões nas paragens. Logo que chega um carro, vê-se a luta entre os passageiros por um lugar. Para conseguir um espaço é preciso força e coragem. A tarifa do trajecto São Paulo /Petrangol subiu de 200 kwanzas para 400 kwanzas.

A via do Porto Comercial até à Rotunda da Boavista tornou-se ainda mais complicada com a chuva. O troço, além de buracos e água estagnada, registou deslizamentos de terra. As longas filas de camiões e atrelados impedem a circulação normal. "Aqui é preciso paciência e aguentar a fila", disse Miguel Paulo, condutor de um camião de combustíveis.

Como os táxis não vão às zonas com maus acessos, há cada vez mais gente a circular a pé. O estado das vias de acesso aos bairros São Pedro da Barra e Farol das Lagostas deixa os automobilistas e os moradores agastados.

No bairro Rangel o cenário é o mesmo. A Estrada da Brigada mantém os crónicos buracos e água estagnada, assim como as ruas que dão acesso ao Bairro Precol e Comissão do Rangel.

Outro transtorno tem sido a Estrada da Cuca, que continua com as crateras ao lado da linha férrea. A via alternativa que liga a subestação da Epal do Cazenga até à fábrica Cuca está inoperante. A via alternativa que liga o Beiral à Avenida Deolinda Rodrigues, tanto pela FTU como pelo Comando Provincial da Polícia, é inacessível aos carros ligeiros. O mau estado das vias fez com Baptista Massango deixasse o carro em casa para viajar de táxi. "Sempre que chove ando de táxi, evito ficar horas nos engarrafamentos e buracos que provocam grandes danos no carro", disse.

De Luanda ao Dondo

A estrada nacional que liga Luanda ao Dondo apresenta vários buracos que inquietam os automobilistas. A nossa reportagem constatou que, além de estar a causar acidentes e danos enormes a viaturas, o tempo de viagem é agora maior.

Os automobilistas, que conduzem nesta via, pedem uma rápida intervenção de forma a acabar com os buracos no asfalto, provocados pelas enxurradas.

10.5 Ambiente. Exploração de inertes ameaça Centralidade de Cacuo

Jornal Agora

11 De Abril de 2014

Texto: Miguel Daniel

A exploração de inertes na zona adjacente à Centralidade de Cacuo pode perigar o projecto habitacional Além em danos ambientais, a falta de regras na comercialização é outro problema que tem por consequência a concorrência desleal entre os operadores.

A nossa reportagem passou por algumas zonas de exploração e constatou o quanto são enormes os buracos que podem atingir até os 50 metros de profundidade, que não foram cobertos depois de retirado o material útil. Consta ainda da lista a danificação dos embondeiros e outras árvores, bem como o esgoto central da Centralidade de Cacuo.

Nas jazidas visitadas, os preços de venda dos inertes variam de 1500 Kz, para o solo vermelho, seis mil para a areia, 18 mil para a pedra bruta, o mesmo valor para o burgau sujo e 28 mil para o limpo, em quantidades de inertes que rondam de 12 a 22 metros cúbicos.

Israel Capingala, segurança da jazida da LUMARCAT-LDA, empresa detentora do contribuinte n.º 5417159077, revelou à nossa reportagem que a empresa é angolana, mas a prospecção, a exploração e a comercialização são feitas por chineses.

"A empresa pertence a um angolano, mas as máquinas e os camiões são dos chineses; eles fazem prospecção, exploração e comercialização de areia, pedras e burgau", fez saber.

Israel disse, igualmente, que a deficiente fiscalização, pelo Ministério da Geologia e Minas, faz que a exploração de inertes seja feita sem o mínimo de observância dos princípios do Código Mineiro, em que cidadãos de nacionalidade chinesa e cubana comandam o 'império', que vai da exploração à comercialização.

"Os fiscais aparecem cá de vez em quando e não actuam como deviam porque recebem dinheiro. Se não fosse a corrupção, o cenário seria outro. Há muitos buracos abertos que não são aterrados, danificam embondeiros e colocam em perigo o esgoto da Centralidade", desvendou.

Lucas Gomes, um dos representantes da empresa MAELO-LDA, que, desde 2013, explora inertes na zona adjacente à Centralidade, revelou ao Agora a existência de um conflito entre os responsáveis da obra

da Centralidade de Cacuo, que também exploravam material no mesmo local.

Ao longo da reportagem, presenciámos a conversa entre chineses, acompanhados de um efectivo das Forças Armadas, afecto à Casa Militar, órgão que assegura o perímetro da Centralidade, que exigia a paralisação das máquinas ou a presença do proprietário da empresa MELO-LDA.

"Antes, explorávamos a uns 400 metros daqui. Fechámos aquela jazida e viemos abrir aqui. Acontece que os chineses dizem que o buraco é deles e estão a tirar-nos desta zona, por isso exigem a presença do nosso patrão", salientou.

o nosso interlocutor disse que a prospecção é feita com recurso ao GPS, que permite identificar a existência de pedras e areia. Em contrapartida, antes de tudo, faz-se a desmatagem, retiram-se o solo vermelho, as pedras, o burgau e, depois, a areia.

O Agora constatou ainda que alguns desses inertes são retirados com a ajuda de máquinas escavadoras e explosivos, para depois serem triturados, peneirados e separados; são também transportados para os estaleiros de algumas empresas de construção civil; outros são comercializados nalguns pontos da cidade, como é o caso do Quilómetro 14, em Viana e Calemba 2.

JAZIADOPANOLA. A exploração de areia no perímetro do Panguila está proibida, passando a ser feita na zona do Dande. Camionistas contactados pela nossa equipa afirmaram que, devido à escassez do material e à entrada em cena de muitos operadores, o negócio já não rende como anteriormente.

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL O ambientalista Wladimir Russo defende a necessidade de se privilegiar um estudo sobre o impacto ambiental, antes do início do projecto da extracção de inertes, sendo também necessário preservar o bem-estar dos cidadãos.

De acordo com o especialista, este estudo deve conter medidas de mitigação adequadas sobre o ambiente e qualidade de vida das pessoas envolvidas no projecto e arredores. Isto ajuda o promotor a caracterizar a área e a definir o que deve ser preservado, para que a exploração de inertes seja feita de forma sustentável e com vista a atenuar os impactos sobre o ambiente.

"As empresas de exploração de inertes não devem ter o estudo de impacto ambiental apenas como obrigação da legislação, de acordo com o Decreto n.º 51/04, mas como ferramenta para o melhor desempenho dos seus projectos", frisou.

Wladimir Russo recomenda, ao mesmo tempo, que a planificação, a elaboração dos estudos de impacto ambiental e a recuperação paisagística devem fazer parte de um compromisso social e ambiental das empresas a operar no país; devem ter ainda um plano de recuperação paisagística, cujo objectivo é explicar os passos a serem dados na recuperação ambiental na zona intervencionada

"Qualquer actividade de extracção junto às áreas urbanas deverá ter em atenção estes aspectos", acautelou, referindo-se que o mesmo se aplica às empresas a exercerem esta actividade nas proximidades da Centralidade de Cacuaco, que está a resultar na aceleração de fenómenos erosivos ao ambiente e à paisagem.

LEGISLAÇÃO. A Constituição da República de Angola e o Código Mineiro determinam que os recursos minerais são propriedades do Estado, sendo este que define as regras da exploração dos mesmos. "Se são do Estado, existindo um privado a explorar, ele tem de pagar os impostos e as taxas ao mesmo e desenvolver a actividade com base na Lei".

A Legislação Ambiental obriga a que todos os autores de projectos apresentem a documentação referente ao estudo de impacto ambiental!

As normas para o exercício de exploração de inertes são fiscalizadas por uma Comissão Multisectorial, integrada pela Policia Nacional, Forças Armadas Angolanas e pelo Ministério do Ambiente, sendo coordenada pelo Ministério da Geologia e Minas.

O novo Código Mineiro estabelece que cinco por cento do valor dos impostos arrecadados no sector beneficiam a população de onde é feita a exploração. O sistema estabelece ainda um regulamento de cobrança de taxas de superfície, com base no tempo de ocupação, que pode variar de dois a sete dólares por metro quadrado.

MEDIDAS. Com vista a disciplinar a actividade de exploração mineira e a minimizar o impacto ambiental negativo provocado por essa actividade, nos termos das disposições combinadas da alínea t) do artigo 112.º e do artigo 113.º, da alínea g) do n.º 2 do artigo 114.2, todos da Lei Constitucional, o Governo emite a seguinte resolução:

São aprovadas as medidas e as recomendações constantes no Memorando sobre a exploração de areia na orla costeira, que se anexa e que fazem parte integrante desta resolução. Recomenda-se aos Ministérios das Obras Públicas, da Geologia e Minas, do Urbanismo e Ambiente, do Interior e aos

Governos Provinciais a criação de condições para a implementação das medidas aprovadas.

10.6 Paludismo, maiana e diarreias completam o caos na periferia

Jornal Agora

11 De Abril de 2014

Texto: Ana Margoso

Os luandenses apelidaram-na de 'fiscal', pois, quando chega, destapa todas as 'carecas' de uma cidade que, depois de tantos anos, ainda não se preparou para as cargas de água que, nesta altura do ano, caem em todo o país, com todas as consequências que daí advêm, como as doenças diarreicas agudas e o paludismo

Andar nesta altura do ano pelos vários bairros da capital pode-se tornar uma verdadeira odisseia. Charcos, lamas, ruas intransitáveis, engarrafamentos infundáveis e inundações são o cenário de uma urbe com mais de 438 anos que, apesar de velha, ainda não conseguiu resolver os problemas de saneamento básico. Tanto é assim que, ano após ano, os problemas são inúmeros, quando se chega aos meses de Março e Abril.

Na zona do Hoji-Ya-Henda, município do Cazenga, as últimas chuvas causaram os mesmos danos que no ano passado, com populares a verem as casas inundadas, a perderem os bens e a conviverem com charcos que se transformaram em viveiros de mosquitos e de moscas.

Paulo Dantas, morador neste bairro há mais de 20 anos, diz à reportagem do Agora ser frustrante viver todos os anos a mesma situação.

"É sempre a mesma coisa. Nada muda. Nós, por várias vezes, já nos organizámos em grupo, fomos à administração ver se conseguiríamos encontrar soluções em conjunto, mas o certo é que, até agora, o senhor Tany Narciso faz promessas e as coisas não avançam. Como pode ver, hoje temos os charcos, amanhã essa água insalubre trará o paludismo e outras doenças, como as diarreias, porque, infelizmente, as nossas crianças vão brincar aí", desabafa o morador, visivelmente agastado.

Tany Narciso, administrador do município do Cazenga, em declarações à imprensa, apelou aos populares, no sentido de ajudarem na limpeza das valas de drenagem dos mais variados bairros que compõem o município, para que situações desta natureza sejam evitadas.

"Estas águas estagnadas podem provocar diarreia e vômitos, se não forem evacuadas a tempo, além do

paludismo, que poderá surgir com a presença de mosquitos", diz Rosa Silva, moradora do bairro Tala-Hady, cuja casa foi invadida pelas águas.

Rosa Silva aponta, igualmente, o dedo acusador aos seus vizinhos, que, segundo a mesma, fazem das valas locais de depósito de lixo.

"As pessoas não sabem estar. Desde quando é que uma vala de drenagem é local para se atirar lixo?", questiona a moradora.

A escassez de valas de drenagem e de valetas, aliada ao facto de as existentes serem muitas vezes usadas pelos moradores como contentores de lixo, faz que as águas inundem as casas da população.

Com toda esta situação, o risco de a comunidade contrair doenças é mais frequente, tal como afirma Armando João, director-geral do Hospital dos Cajueiros, que apontou a malária como a principal causa de internamento no hospital que dirige.

No mercado do Kicolo, a situação não é tão dramática, mas os lodos e os charcos também fazem parte do dia-dia das vendedoras do local.

"Aqui, quando chove, é um problema sério.

Para chegarmos à nossa bancada, às vezes temos de subir às costas dos nossos filhos", diz Deolinda Kakunga, vendedeira do mercado.

Joana Gaspar vende kissangua e bolos à frente da casa do tio. A poucos metros, tem um charco que, segundo a jovem, se formou depois do último aguaceiro que se abateu sobre a capital.

"Estas águas paradas trazem muitos mosquitos, por isso muitos de nós estamos constantemente com paludismo. A febre tifóide também é frequente, principalmente porque muitas crianças gostam de brincar nestes charcos", explica a jovem.

Eduardo Júnior é enfermeiro do Centro Médico Kissela, do bairro da Boa Esperança 1, comuna do Kicolo, município de Cacuo.

Questionado sobre os tipos de patologia que mais observa por esta altura do ano, respondeu que a malária, a febre tifóide, assim como as diarreias agudas, estão no topo da lista.

"O paludismo é o 'pão nosso' de cada dia, e não tem como ser diferente, uma vez que o bairro da Boa Esperança 1, como outros em Cacuo, tem grandes dificuldades no escoamento das águas da chuva. Não temos esgotos, nem há sequer contentares para o lixo.

Com este quadro, muito dificilmente não teremos doenças", explica Eduardo.

João Pedro (JP), 16 anos, é estudante e reside no distrito do Sambizanga com os pais. No ano passado, de acordo com o mesmo, por pouco não perdeu a vida.

"Todos os anos, por esta altura, não há como ... aqui há sempre muita água parada. Depois, como não há esgotos para evacuar a água, que se torna insalubre, vê as doenças. Eu fico preocupado porque, no passado, por pouco não faleci, vítima de malária cerebral", explica o jovem.

Morador no bairro da Dimuka, distrito do Sambizanga, mostra mestria a saltitar entre os charcos que se formaram diante da porta da sua casa, num exercício que diz ser diário neste período do ano.

"Sempre foi assim. Quando chove muito, temos de estar preocupados com as nossas residências", conta. "Se estivermos fora de casa, o melhor mesmo é correr para chegar a tempo de colocar as coisas por cima do muro ou de uma mesa, ou mesmo de pedras, para não molharem com a água da chuva".

10.7 Fiscais fazem diminuir abate de árvores

Jornal de Angola
16 De Abril de 2014

A devastação dos perímetros florestais da província do Huambo, que nos últimos sete anos atingiu proporções alarmantes, está a ser travada graças ao aumento de acções de fiscalização.

De acordo com o chefe da brigada do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) na província, Andrade Moreira Bahu, em Março o Ministério da Agricultura ofereceu uma viatura que, juntando-se à única que existia, veio dar mais capacidade de mobilidade aos fiscais florestais.

De acordo com o chefe da brigada do Instituto de Desenvolvimento Florestal outro factor que está a contribuir para reduzir o abate indiscriminado de árvores na província do Huambo é a colaboração da população e dos agentes da Polícia Nacional.

Andrade Moreira Bahu admitiu que a província do Huambo está entre as que apresentam elevadas taxas de desflorestação no país, facto que obriga a acções redobradas para conservar e proteger os perímetros florestais.

"Com a chegada de mais uma viatura, melhoramos a nossa capacidade de fiscalização. A desflorestação é

preocupante, mas está controlada. Nota-se, nestes primeiros meses do ano, uma redução acentuada de devastação de recursos florestais", disse Andrade Moreira Bahu.

Um relatório divulgado em 2013, indicava que desde 2006 mais de 11.300 hectares de florestas tinham sido devastados na província do Huambo, como resultado da exploração ilegal de madeira, o que coloca em risco os principais perímetros florestais da região.

O perímetro florestal de Sanguengue, no município do Cachiungo, é o que mais área de plantação perdeu, seguindo-se o de Sandenda, no município da Caála. A exploração anárquica de recursos florestais, de acordo com o relatório do Instituto Florestal, afectou sete mil dos 18 mil hectares que o perímetro de Sanguengue possuía, enquanto o de Sandenda (cinco mil hectares) perdeu uma área de 2.650 hectares.

O perímetro florestal do Cuima (Caála) perdeu 850 hectares dos 17 mil que ocupa, ao passo que o do Mundundo, no município do Ucuma, sofreu uma destruição de 800 hectares de florestas dos oito mil que possui.

Plantação de árvores

O responsável do Instituto de Desenvolvimento Florestal no Huambo afirmou que o pinheiro, cuja madeira é muito procurada para a confecção de mobiliário e construção civil, é a árvore mais abatida nas zonas florestais da província. A brigada do Instituto de Desenvolvimento Florestal da província do Huambo está preparada para apoiar a implementação da campanha nacional de plantação de árvores, lançada em Março, na região, pelo ministro da Agricultura, Afonso Pedro Canga.

Andrade Moreira Bahu afirmou que até Outubro vão ser produzidas nos viveiros do Instituto de Desenvolvimento Florestal 171 mil árvores de diversas espécies.

Desta quantidade, 56.400 vão ser plantadas na província, no quadro da estratégia nacional de povoação e repovoação florestal, e as restantes vão estar à disposição de outras províncias com falta de árvores para darem cumprimento ao programa de plantação.

Novo viveiro

A brigada local do Instituto de Desenvolvimento Florestal conta com um novo viveiro com sistema moderno de irrigação.

Andrade Moreira Bahu informou que o município do Lenduimbali é prioridade, no quadro da execução da

campanha nacional de plantação de árvores, por possuir já um plano local de repovoamento florestal.

A brigada do Instituto de Desenvolvimento Florestal da província do Huambo produziu, desde 2010, 120 mil árvores, entre eucaliptos, cedros, pinheiro e casuarinas, as mais conhecidas entre as espécies exóticas.

10.8 Ruas da Chicala e Camuxiba estão intransitáveis

Jornal de Angola

18 De Abril de 2014

Texto: Nilsa Massango

Os moradores da Chicala e da Camuxiba, Samba, vivem dias difíceis, por causa das chuvas que transformaram as ruas em lagoas. Sair de casa tornou-se praticamente impossível. Além das ruas, casas, quintais e becos estão inundados. E como não existem valas para o escoamento nem rede de esgotos, a água permanece dias e dias nas ruas, tornando-as intransitáveis.

Apesar de ser um bairro considerado ilegal, até porque vai ser demolido, os moradores enquanto lá estiverem precisam de atenção.

Um morador da "Chicala 2", Fernando Costa, disse que não há no bairro condições para circular. Teve de levar os filhos ao colo, da porta de casa à ponta da rua, para poderem ir à escola.

Várias reclamações foram feitas junto do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros e da Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (Elisal) para disponibilizarem pelo menos uma viatura (a popular sucuba) para sugar a água que invade as ruas, quintais e casas. Até agora, nada de respostas.

Anteriormente, lembrou Fernando Costa, quando havia uma situação destas, nem era preciso que os moradores ligassem várias vezes aos bombeiros ou à Elisal: "eles apareciam logo para resolver o problema no mesmo dia".

No Bairro da Camuxiba, o cenário também é desolador. Casas, becos e ruas intransitáveis.

Saltar de pedra em pedra

As pessoas saem de casa com botas porque "os rios" correm logo à porta e por vezes dentro da residência. Para minimizar a situação, muitos dos moradores usam mangueiras e baldes para tirarem a água de casa.

"É o mínimo que se pode fazer para não dormimos novamente a céu aberto", disse uma moradora, preocupada com a imensa água que tomou conta da sua casa.

A travessia de uma ponta à outra da rua faz-se com dificuldades. Os moradores apoiam-se nas paredes ou saltam de pedra em pedra.

Há quem salte o muro do vizinho para poder sair de casa. Os carros circulam com muita dificuldade e desconfiança por causa dos grandes buracos nas vias que podem danificar as suas viaturas.

Os que não têm opções, pagam aos jovens que cobram por uma travessia às costas. "Para ficarmos melhor, só precisamos de um carro suculá", disse um morador da Camuxiba, na Samba. Para ele, viver nestas condições "é difícil, causa dificuldade para ir trabalhar e à escola.

10.9 Caop-A em Viana é zona crítico

Semanário Angolense

19 De Abril de 2014

Texto: João Silve

Os moradores do município de Viana, bem como de outras zonas da província de Luanda, estão preocupados com as enxurradas que caem intensamente nos últimos dias.

A vida da população complicou-se sobremaneira porque as áreas de residência e até de trabalho estão alagadas. Em grande parte de Luanda, as ruas estão intransitáveis e a população, os que podem, têm que usar as famosas moto-táxi ou «kupapatas» que, entre muitas dificuldades, vão dando um jeito em matéria de transporte a quem necessita. O uso de sacos de plástico amarrados aos pés para proteger o calçado ou as botas de borracha tornaram-se, para quem mora na periferia, uma moda indispensável nesta altura, protegendo-se assim das águas sujas e lamas.

Muita gente ficou ao relento por verem as suas residências desabarem, assim como houve quem ficou sem os electro-domésticos que se estragaram por causa das descargas eléctricas dos relâmpagos.

No bairro da Caop A, que tem constantes cortes de energia, haja chuva ou não, uma moradora, a senhora Manuela, viu quatro televisores de sua casa queimarem-se simultaneamente em virtude de um raio que caiu próximo e afectou o gerador que trabalhava na altura.

Os moradores, indignados, reclamam por melhores condições de vida e acusam a administração municipal

de Viana de letargia e pouco interesse pela vida das populações. «Os funcionários da administração de Viana, começando pelo seu chefe, só estão preocupados em receber e vender terrenos. O resto não é com eles», disse dona Manuela agastada.

As ruas dos bairros da Caop e de outras áreas de Viana são uma autêntica lástima e, em alguns casos, verdadeiras lagoas de águas putrefactas a que se junta o lixo que não é recolhido e foi carregado pela correnteza das águas e acumularam-se nesses charcos, num gritante atentado à saúde pública.

Sendo as ruas vias de comunicação mais utilizadas pela população, que passam diariamente por elas para se chegar ao local de trabalho, à escola, aos hospitais e para resolver todo e qualquer problema da vida, deviam as administrações zelar mais por elas e demonstrarem um pouco mais de respeito pelo povo.

Para alguns cidadãos que falaram ao Semanário Angolense (SA), as administrações deveriam criar comissões de fiscalização para verificar e dar a conhecer os problemas que alguns bairros vivem, desde a terraplanagem das ruas, limpeza, saneamento, entre outros.

O SA contactou algumas comissões de moradores que responderam não ser de sua alçada tais intervenções. Questionados se não devem zelar pelo bem-estar tâncias comunais ou municipais sobre os problemas que afectam os mesmos, simplesmente disseram que só lhes cabe falar de situações menos abrangentes como o caso de se necessitar criar uma escola, um posto-médico, etc. Nestes casos elaboram cartas dirigidas à administração. Quanto ao saneamento básico, disseram que já foram empresas responsáveis, mas nenhuma responde aos apelos feitos.

Para o senhor Jacinto, morador da Caop - A há cerca de 25 anos bairro, aquele bairro, nos anos 80, foi dos mais organizados e limpos do município, com ruas bem tratadas, sem problema de lixo, energia ou água. «Ainda não vai muito tempo, mesmo com grande normalmente, mas agora quando chove muitos são os cidadãos que não conseguem sair de casa por causa das águas paradas e da lar nas ruas. Também há pessoas se princípios que se aproveitam d chuvas para deitarem águas podre e lixo nas ruas, o que é uma atitude muito feia para quem vive em comunidade», alertou o cidadão.

10.10 Chuvas de Abril chegam furiosas

Semanário Angolense

19 De Abril de 2014

Texto: Kim Alves

Na presente época chuvosa, que geralmente começa em Setembro de cada ano e estende-se ao fim de Abril ou meados de Maio do ano seguinte, por não ter ainda caído uma chuva digna desse nome, não fazia prever que, de repente, quando a estação quente e das chuvas está a terminar, trouxesse enxurradas tão violentas e consecutivas como aconteceu nesta semana. Em algumas áreas da província de Luanda, a chuva caiu brutalmente por cerca de três dias, com pequenos intervalos, causando todo tipo de transtornos aos luandenses.

O intenso calor e a poeira já estavam a causar problemas de saúde como irritação da garganta e tosse, sobretudo nas crianças. Neste caso, a chuva é benfazeja, mas para Luanda, quando chove, começam as desgraças.

Como já é habitual, as chuvadas deixaram diversos bairros e residências inundadas, para além das que desabaram ou perderam a cobertura, assim como ruas alagadas e estradas intransitáveis. Esta situação, que se repete todos anos, tem tendência em piorar, tendo em conta que uma boa parte das obras «ditas de reabilitação», sobretudo nas estradas, causam dissabores em outras zonas, por falta de um estudo antecipado das condições locais das áreas que sofrem as intervenções.

Assim, sempre que se está em época de chuvas, os luandenses, principalmente os das periferias, perdem o sossego e rogam à Deus para que o pior não aconteça. Nesta semana, muitos cidadãos sofreram pesados danos materiais com a destruição dos seus bens e, alguns, perderam ente-queridos.

Este ano, a chuva tardou em cair e a situação deveria ter sido aproveitada para a melhoria de alguns casos sobejamente conhecidos, mas nada aconteceu. Foi preciso chover para haver o habitual corre-corre e as desculpas de sempre, não faltando no velho chavão de que «Luanda não está preparada para as chuvas».

É assim que, todos os anos, o cenário se repete e as coisas se vão agravando, cada vez um pouco mais, ante o olhar sereno das administrações locais que nada fazem.

As chuvas, apesar do atraso, chegaram de rompante, mas o saneamento e limpeza de Luanda e suas periferias continuam a espera de «milagres».

O mês de Abril, o tal das «chuvas-mil» está no fim e, diz a sabedoria popular, as enxurradas que caíram nestes dias foi para dar as boas vindas à próxima estação que começa em Maio, a estação do cacimbo ou época seca e de frio. Que a estação seca, ao contrário dos anos anteriores, sirva, ao menos, para as edilidades fazerem alguma coisa que beneficie a população.

Mortes a lamentar

A enxurrada que se abateu no fim da tarde de domingo e se prolongou pela noite, chegou violenta e carregada de relâmpagos e trovoadas. Os municípios do Cacuaco e de Vía na foram os que mais sofreram neste aspecto. De acordo com alguns populares, os raios emitiam uma luz intensa e as trovoadas pareciam o rebentamento de obuses de grande calibre. A dada altura, na Caop de Vía na, imediações da Boa-Fé, um casal que tentava impedir que a água penetrasse no interior da residência, morreram carbonizados por um raio que caiu no seu quintal e queimou ainda duas outras residências, felizmente sem vítimas mortais a assinalar.

O malogrado casal foi a enterrar na terça-feira (15) no cemitério municipal de Viana.

Ainda na terça-feira, duas crianças morreram, no chamado bairro Mayombe, município do Cacuaco, durante a chuvada que caiu nesse dia. Uma das crianças ficou soterrada quando o casebre em que viviam caiu e a outra foi arrastada pela correnteza das águas e ficou presa numa antena de telefonia móvel acabando por afogar-se. De acordo com as informações que chegaram ao *Semanário Angolense* (SA), no município do Sambízanga, uma outra criança desapareceu durante a chuva do mesmo dia e a família desconhecia o seu estado e paradeiro. Em Viana, os moradores dos bairros da Caop, principalmente da Caop A, um dos mais antigos de Viana e vizinho da vila-sede do município, reuniram e manifestaram-se em frente da administração comunal, porque o seu bairro é dos que mais sofrem em tempo de chuva. As ruas, os quintais e as residências ficam totalmente alagados e em alguns pontos devido aos enormes buracos nas ruas ninguém pode transitar; mesmo a pé é um perigo.

Os cidadãos exigem que a administração faça o seu trabalho que zele pelo saneamento dos bairros. que terraplanem e tapem os buracos nas ruas e abram as antigas passagens de água que foram propositadamente fechadas por algumas obras. «As obras que fazem deviam ser para melhorar mas o que se nota aqui é que fazem-se obras para melhorar a vida de algumas pessoas e interesses pessoais em detrimento da população e dos bairros em que vive» desabafou um dos manifestantes identificado por Carlos. O mesmo disse ainda, à semelhança de muitos

outros que nesse dia não fora trabalhar, nem os seus filhos tinham ido à escola para fazerem as provas porque não tinham como transitar de casa para os respectivos locais de emprego e estudo.

Com a chuva desapareceu, momentaneamente, a poeira. Em contrapartida, a malária e as doenças diarreicas tomaram os bairros de assalto e verificam-se grandes enchentes em tudo quanto seja posto-médico, hospital ou clínica.

10.11 Luanda acordou inundação

Folha 08

19 De Abril de 2014

O grupo do Serviço Nacional de Protecção e Bombeiros, não teve "baldes" a medir, de tal eram as solicitações de todos os cantos da cidade de Luanda, durante as fortes quedas pluviométricas. Os focos mais afectados localizaram-se nos distritos do Rangel, Cacucaco, Viana e o Cazenga, com alagamento de casa, vias de circulação, empreendimentos, causando por via disso, fortes congestionamentos no trânsito.

E como a ocasião faz o ladrão, logo os taxistas, trataram de diminuir as rotas e aumentar o preço da corrida. "Estou aqui desde às 6 h: 30' e não consigo transporte, pois o táxi está muito difícil devido ao engarrafamento provocado pelos buracos na estrada, na zona do "Nosso Super, no Zango 2", reclamou L. Pires, que pretendia sair do Zango III, para o Instituto Superior Politécnico Internacional de Angola (ISIA), sito ao bairro Benfica. Com esta postura, os taxis tas violaram o acordo celebrado entre a sua corpo ração de classe, a

Associação dos Taxistas de Luanda e o Ministério das Finanças, de não alteração aleatória do preço da corrida.

"A tarifa de cada rota deveria permanecer em 100 Kz", disse um economista do Ministério dos Transportes, considerando, "cobarde, oportunista e de aproveitadores, que só pensam no dinheiro fácil, violando todos os acordos estabelecidos: Penso que a sua própria Associação deveria pronunciar-se".

zola Nqueta, empreendedora com um ponto de venda de Macaiabo e gelados naturais, como o de mútua, "o mais vendido", no mercado de São Paulo, reconhecendo o trabalho dos taxistas, que sem condições, como a falta de paragens e de subvenção nas peças, transportam os trabalhadores, estudantes e não só, não podem, também, exagerar, quando vivemos situações imprevisíveis, como a das enchentes causadas pela chuva, de agora estarem a

brincar com a desgraça alheia, subindo sem modos o preço da corrida".

Por seu turno Maura, com vivência no exterior, fez o seguinte comentário: "já vivi um tempinho na Inglaterra, já visitei Cabo Verde, pese embora pobre, mas é melhor do que aqui, pois nós andamos a brincar de país e de povo" rematou. Portanto, as chuvas que caíram sobre Luanda causaram ausências significantes de estudantes nas escolas e de trabalhadores nos locais de serviço, como Júlia Arnaldo, moradora do Sectorl A, zona 17, nas redondezas da Vala do Suroca ao Cazenga; "não consegui ir à escola porque, a minha zona está cheia de lamaçal, só se vive aqui porque já não temos para onde ir, a situação está péssima", concluiu.

10.12 Ruas inundadas, esgostos velhos

Semanário Angolense

19 De Abril de 2014

Texte: Edgar Nimi

Os populares que residem em alguns municípios e destritos da província de Luanda, continuam a viver com muitas dificuldades devido a falta de bacias de escoamento para as águas residuais.

Tal como tem sido norma, muitos bairros da capital estão inundados por causa das chuvas que se abateram recentemente. As zonas de Viana, Cazenga, Rangel e Sambizanga são as mais prejudicadas com este problema.

As reparações nas bacias residuais têm sido constantes, mas não tem havido resolução porque as águas se mostram mais fortes e ultrapassam as barreiras postas sem muitas dificuldades.

Na sua maioria, os esgostos precisam que se faça um trabalho profundo devido ao tempo de duração que levam, porque não conseguem suportar a força que as águas da chuva acarretam.

Sempre que chove em Luanda os populares ficam bastante preocupados e já não confiam nos esforços do governo no que concerne aos reparos que é feito quase todos os anos.

Chico Martins, morador do bairro Hoji-ya-Henda, é de opinião que se faça reparações concretas usando materiais de qualidade para que a população não volte a sofrer com estes problemas.

Tal como os seus vizinhos, o entrevistado disse que se sente agastado com a situação já que passaram-se muitos anos e lhes parece que a administração não liga para sofrimento deles.

«Quando chove tudo fica alagado e prejudica bastante a nossa circulação. Esses esgotos estão todos entupidos e não resolvem nada, apenas prejudicam», alertou.

Para o professor Marcos Lopes, Cazenga em si tem que ser pensado em aspectos de escoamento das águas paradas. «Quanto aos esgotos não adianta falar porque se existissem, as águas não ficariam várias semanas nas ruas chegando ao ponto de cheirarem mal», afirmou.

Marcos Lopes disse ainda que para escoarem as águas das chuvas no seu município é fácil, principalmente para a zona 17, porque está muito próxima do mar.

A rua Porto Santo é um exemplo de que a falta de escoamento das águas está a causar: sérios problemas. As pessoas que passam num dos pontos mais importantes da rua, onde diariamente muita gente circula, têm que pagar 50Kz para serem carregados às costas, ou então dar uma volta muito longa para chegarem aos seus destinos.

O Semanário Angolense fez uma ronda pelo bairro Hoji-ya -Henda para ver se existem esgotos mas, infelizmente, os poucos que existem nas diversas ruas daquela zona estão simplesmente entupidos. Em diversos pontos da cidade existem esgotos que não servem para grande coisa porque não conseguem absorver as águas residuais por estarem constantemente entupidos.

Em bairros como o Rangel, a situação é considerada pelos próprios moradores como pior, devido à grande quantidade de águas paradas nas diversas ruas do distrito. No distrito do mesmo nome, a maior parte dos bairros já nem têm asfalto porque as águas paradas corroem o mesmo. A falta de local para escoamento das águas constitui a principal dificuldade com que os moradores se deparam.

A vala de drenagem que praticamente divide o Rangel em duas partes parece não servir para sustentar todo o distrito, porquanto em zonas tradicionais como as ruas da Lama e Dona Amália, há muito que carecem de esgotos porque a água não escorre e simplesmente seca depois de algumas semanas.

Um funcionário da administração do distrito do Rangel que, para precaver o seu ganha-pão preferiu não se identificar, afirmou que para solucionar o problema do Rangel haverá muitos constrangimentos como movimentação de pessoas, demolições de casas e outras situações. O funcionário disse ainda que o seu distrito tem o problema das ruas não serem muito largas tal como no Cazenga.

Manutenções continuam

A luta para conter as águas residuais continuam, por isso as unidades técnicas dos municípios e distritos estão a tomar algumas medidas para regularizarem a situação.

Município do Cazenga: Para contrapor os feitos negativos da chuva estão a fazer estudos com vista a proporcionar o mínimo de condições favoráveis a população no período chuvoso. Possuem ainda, camiões-cisterna e moto-bombas que trabalham na sucção da água em zonas consideradas críticas, assim como a abertura de valas de drenagem.

Distrito do Sambizanga: Constam das acções tendentes a minorar o impacto negativo das chuvas no distrito, a realização de actividades de limpeza das valas de drenagem, tapa-buracos e construção de fossas sépticas. A administração vai ainda intensificar a limpeza nas passagens de águas pluviais e residuais.

Município de Viana: Foi criada uma comissão municipal de protecção civil, encarregue de levar a cabo os trabalhos de contenção dos efeitos da chuva. A comissão criada está munida de equipamentos como viaturas para a sucção das águas e moto-bombas para intervir em casos de inundações em áreas consideradas críticas.

Distrito do Kilamba Kiaki: Também estão a normalizar os problemas com campanhas de limpeza nas valas de drenagens, cacimbas, passagens hidráulicas e buracos nas estradas. Contudo, a população local diz-se abandonada, porque desde que foi nomeada a comissão de gestão para gerir o distrito, a mesma ainda não deu um ar da graça.

10.13 Autoridades da província apoiam vítimas da chuva

Jornal de Angola

21 De Abril de 2014

Texto: Vitorino Matias

As 138 famílias do Nzaji, Cambulo, afectadas pela chuva receberam do Governo Provincial e de empresários locais sacos de arroz, feijão, farinha de milho, óleo vegetal, detergentes, materiais de cozinha, roupa usada e chapas de zinco.

A vice-governadora para o sector político e social lembrou que foi recentemente criado na Lunda Norte um plano de contingência para socorrer as vítimas de calamidades naturais.

Angélica Ihungo disse que por a chuva ter desalojado várias famílias é preciso que haja mais empresários a

colaborarem com as autoridades para a ajuda ser rápida. O administrador municipal do Cambulo afirmou que a chuva de Março e Abril também destruiu uma igreja, o que originou a morte de uma pessoa. Francisco Munana referiu que a Administração Municipal elaborou um programa de urbanização de todos os bairros para acabar com as construções clandestinas. Angélica Ihungo declarou que o Governo Provincial já garantiu o apoio aos moradores das mais de 130 casas do município de Lucapa destruídas pela chuva.

A vice-governadora pediu às Administrações Municipais que intensifiquem a fiscalização para impedirem as construções clandestinas principalmente nas zonas de maior risco.

10.14 Desalojados pelas chuvas recebem apoio do Governo

Jornal de Angola

29 De Abril de 2014

Texto: Vitorino Matias

As famílias do município do Lucapa que perderam as casas em consequência das fortes chuvas dos meses de Fevereiro e Março receberam do Governo Provincial apoios em bens alimentares e material de construção.

Cada uma das 138 famílias beneficiou de 25 chapas de zinco, quatro sacos de cimento, sacos de arroz, feijão e fuba de milho, óleo alimentar, caixas de atum e de sardinha, barras de sabão, panelas e peças de roupa.

O governador provincial da Lunda Norte, Ernesto Muangala, que fez a entrega do donativo, afirmou que os materiais de construção vão ajudar na edificação de novas casas em terrenos indicados pela área de fiscalização da Administração Municipal do Lucapa.

"O governador Ernesto Muangala apelou à população no sentido de evitar construções de moradias em zonas consideradas de risco, de forma a acautelar situações de calamidades naturais, provocadas, sobretudo, pelas intensas chuvas que caem na região.

Os mecanismos criados pelas autoridades para que as famílias não enfrentem dificuldades, devido aos danos provocados pelas chuvas, estão a surtir efeitos positivos. O Governo Provincial apoiou até agora famílias de oito municípios, faltando apenas 32 famílias de Capenda Camulemba, que são contempladas nos próximos meses.

Ernesto Muangala agradeceu o gesto do agentes económicos e da ENDIAMA, por meio da Fundação Brilhante, que se juntaram aos esforços do Governo

Provincial para a aquisição de chapas de zinco, roupas, kits de cozinha e cobertores para os sinistrados da província.

A administradora municipal de Lucapa, Isabel Gregório Pascoal, informou que as chuvas dos dias 25 de Fevereiro e 1 de Março destruíram 256 residências, instalações de uma empresa chinesa (encarregue da reabilitação da captação de água do Luangando) e deixaram a circulação intransitável na estrada entre a localidade de Camutué e a sede do município.

As famílias sinistradas são na maioria dos bairros 11 de Novembro, Roque, Veiga e 10 Congresso e estão alojadas em casas arrendada e de familiares. As construções desordenadas constituem também em grande parte um dos motivos da destruição de residências, porque impedem o curso das águas. Para ultrapassar a situação, é necessário implementar trabalhos de urbanização.

II. IMIGRAÇÃO

II.1 Relação vantajosa entre Angola e China

Jornal de Angola

02 De Abril de 2014

Texto: Josina de Carvalho

O vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China, Zhang Ming, disse, ontem, existirem fortes possibilidades de alargamento da cooperação entre Angola e China em várias áreas, principalmente na política.

No final da audiência com a secretária de Estado das Relações Exteriores Ângela Bragança, Zhang Ming, disse ser vantajoso o desenvolvimento das relações com Angola, razão pela qual deve ser aprofundada a confiança mútua e alargado o intercâmbio de alto nível entre os dois países. "Vamos fortalecer a troca de visitas de alto nível entre os dois países."

O ministro chinês precisou que Angola e China vão manter apoio mútuo na cena internacional e bilateral. No âmbito económico e comercial, o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da China considera existir uma cooperação pragmática com resultados abundantes e recíprocos para os dois países, que também deve ser aprofundada alargada.

No futuro, adiantou, Angola e China vão promover ainda mais o desenvolvimento e as relações de cooperação amistosas, com o fim de apoiar o desenvolvimento socioeconómico dos dois países.

Zhang Ming disse que pode ser desenvolvida a cooperação nas áreas cultural e humanística, com vista a aumentar o conhecimento mútuo e o desenvolvimento sustentável entre os dois países.

Para o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da China, Angola é um país africano importante que tem um papel fundamental na paz, construção e desenvolvimento do continente. "No futuro, podemos reforçar a cooperação sobre a situação africana, que também foi abordada durante o encontro", acrescentou. O nível de cooperação entre a República de Angola e o gigante asiático têm vindo a atingir rapidamente atingiu um nível considerado "excelente" e que se estende hoje aos mais variados ramos, como a agro-pecuária, piscicultura e fruticultura e serviços financeiros, mas é sobretudo na construção e recuperação de infra-estruturas sobretudo na construção e recuperação dos caminhos de ferro e construção de habitações. A cidade do Kilamba, em

Luanda projectada para receber cerca de meio milhão de habitantes e outras centralidades em construção nas diferentes cidades angolanas contam com a colaboração de empresas chinesas. em 2013, as trocas comerciais entre os dois países atingiram a cifra de mais de 37 mil milhões de dólares. Em 2008, foi assinado um Acordo-Quadro de cooperação para estimular a promoção de parcerias empresariais com base na competitividade e "jointe-venture".

II.2 26 mil angolanos repatriados com verbas da ONU

Jornal Agora

04 De Abril de 2014

Texto: Graça Paulo

O representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) em Angola afirmou que irá disponibilizar 1,7 milhões de dólares para financiar o transporte de cerca 26.000 ex-refugiados angolanos, residentes na República Democrática do Congo e na Zâmbia Sob a iniciativa do programa 'Sementes para Soluções', o ACNUR ofereceu um financiamento que não estava planeado, no âmbito do repatriamento de ex-refugiados para o presente ano.

O objectivo do apoio agora concedido é o de reforçar a capacidade da organização, para alcançar soluções duradouras para os refugiados, disse o representante do ACNUR em Angola, Hans Lunshof.

"À medida que continuamos a movimentar-nos para o fecho do capítulo sobre a situação dos refugiados angolanos, é importante continuar a apoiar o processo, ajudando com o regresso voluntário desses populares".

O ACNUR na RDC vai, de igual modo, receber fundos adicionais para o apoio dos cerca de 23.940 ex-refugiados da RDC, que já manifestaram a intenção de regressar.

Este fundo servirá para o apoio das actividades de repatriamento no país de acolhimento, e para o transporte até aos centros de trânsito em Angola. O apoio vem beneficiar os refugiados que não tiveram a possibilidade de usufruir do repatriamento voluntário organizado em anos anteriores, e suspenso a 30 de Julho de 2012, data da Declaração Oficial da Cessão dos estatutos dessa assistência para o repatriamento.

A utilização do financiamento especial apenas para 2014, o que significa que todos os esforços devem ser feitos para a concretização do regresso dessas pessoas,

o mais tardar até ao dia 31 de Dezembro do ano em curso.

11.3 Reforçado combate à imigração ilegal

Jornal de Angola

08 De Abril De 2014

A delegação do Ministério do Interior no Cuanza Norte recomendou o desencorajamento da prática do auxílio à imigração ilegal exercida por alguns cidadãos, sobretudo automobilistas.

Reunidos em Conselho Consultivo Alargado, sob a direcção do delegado do Interior, José Alexandre Canelas, os participantes recomendaram aos órgãos do Ministério do Interior o reforço da fiscalização, sobretudo nos corredores dos municípios de Ambaca, Lucala e Cambambe.

Segundo o comunicado final do encontro, os participantes recomendaram a intensificação das campanhas de sensibilização aos utentes das vias, no quadro da prevenção e segurança rodoviária, com o objectivo de alertar para as consequências resultantes dos acidentes de viação.

Os participantes decidiram generalizar a todos os municípios, a experiência da sala de estudos e exames de condução da Administração Municipal de Cazengo, destinada à formação de motociclistas.

No âmbito do programa de socorro às populações residentes em zonas de risco e aos banhistas nas zonas balneares dos rios Cuanza e Lucala, o Ministério do Interior vai consolidar as acções de prevenção contra as construções de moradias em áreas de risco e na berma da Estrada Nacional N° 230, em coordenação com as autoridades tradicionais.

A reunião do Conselho Consultivo Alargado do Ministério do Interior no Cuanza Norte avaliou o estado de segurança pública e fez o balanço das actividades desenvolvidas em 2013, para além de analisar o plano de acção do delegado provincial para este ano.

Durante o encontro foram ainda feitas abordagens técnico-científicas sobre questões de interesse dos órgãos operativos do Ministério do Interior como "gestão de recursos humanos", "procedimentos da aplicação de penas disciplinares", "Lei da prisão preventiva", "Lei reguladora das revistas, buscas e apreensões", "branqueamento de capitais" e "crimes transnacionais". O Conselho Consultivo analisou ainda a instalação dos serviços de Protecção Civil e Bombeiros, dos Serviços de Migração e

Estrangeiros (SMB) nos municípios de Ambaca e do Golungo Alto. Os participantes fizeram uma reflexão sobre a problemática de suicídios na província.

Recentemente, o chefe do Estado Maior General das Forças Armadas Angolanas (FAA), Geraldo Sachiengo Nunda, reiterou o contínuo apoio à Polícia Nacional no combate à imigração ilegal.

o general disse que a imigração ilegal e cada vez maior ao longo das fronteiras terrestres.

"As Forças Armadas Angolanas, e o Exército em particular, deve continuar a trabalhar com a Polícia Nacional, de forma a poder exercer-se um controlo efectivo do solo pátrio, garantindo assim a soberania e a integridade do nosso país", defendeu. As Forças Armadas Angolanas estão a receber meios e técnicas adequadas às operações militares modernas em terra, no espaço aéreo e no mar.

11.4 Congolense da RDC: entradas facilitadas em Angola por apenas 500kwanzas na fronteira de Chissanda

Jornal Manchete

11 De Abril de 2014

Texto: Albino Sampaio

A violação das fronteiras deste país por cidadãos estrangeiros que entram e saem de forma ilegal, têm sido, a principal preocupação do Estado Angolano, o que vem obrigar o redobrar da vigilância por parte das autoridades da Polícia de Guarda Fronteiriça. Durante a sua permanência na cidade do Dundo, província da Lunda Norte, o Manchete, procurou conhecer a fronteira de Chissanda, que dista apenas 10 quilómetros da sede capital do Dundo.

Aventura começou como uma brincadeira do fotógrafo da casa, que queria comprar panos do Congo solicitados na carta de pedido enviada pelos pais da futura mulher, com a qual deseja contrair enlace matrimonial nos próximos dias. Assim cedemos à sua vontade.

Minutos depois metidos na paragem dos táxis, os motoqueiros queriam tanto que a nossa viagem fosse de mota, mas na ocasião, tendo sido aconselhados por algumas pessoas que conhecem a via "não seria bom percorrê-la de motorizada, devido os sucessivos buracos, associados à má condução dos motoristas que exercem actividade de táxi naquele troço".

Ao longo da viagem para a fronteira da Chissanda, o automobilista conduzia a viatura sem respeitar o car-

ro que conduzia, nem tão pouco os próprios passageiros, os quais depois de transitar para o rio Luachimo, isto é, quem vem do centro da cidade do Dundo, a três quilómetros adiante, depara-se também com o primeiro posto policial onde começa a primeira vigilância, no intuito de saber se todos os ocupantes, na verdade, são ou não cidadãos de nacionalidade Angolana.

Na viatura em que viajava a equipa de reportagem, para o mesmo destino (fronteira do Chissanda), também fazia-se deslocar para RDC, uma cidadã daquela nacionalidade, quando abordada, apenas entregou 500 kwanzas e a questão de ilegalidade ficou legal. Aquela cidadã, era protegida por uma jovem identificada apenas de Ana, que aparentava ter 25 anos de idade, e que tinha a missão de salvaguardar os interesses da congoleza da RDC, uma vez que a mesma nem se quer em Tchokwé nem mesmo português sabia se expressar. À acompanhante bastava apenas uma conversava com os agentes da fronteira, aos quais procedia a entrega do valor monetário de 500 kwanzas, e tudo ficava ultrapassado.

Pela preocupação que aparentava quando abordada, a cidadã da RDC mostrava-se que algo de concordante face ao que entra ambas havia passado. Na segunda paragem, quando ainda não questionada, a mesma descia e entregava quinhentos kwanzas somente para ajudar aquela cidadã congoleza democrática entrar no seu território. No entanto, o Manchete apurou que nos três controlos lá existentes não existe coerência como prática, uma vez que por lá, a corrupção encontra lá terreno bastante fértil. Alguns agentes da polícia fronteiriça, têm sido enganados apenas com 500 Kwanzas para autorizar a passagem de um cidadão estrangeiro para o nosso país, constituindo assim uma ameaça tremenda para esse país. No penúltimo controlo, o cidadão paga 100 kwanzas que lhe possibilitam entrar para a República Democrática do Congo, sendo o mesmo tratado com grande consideração.

Já no último controlo, todos os passageiros, à 'semelhança do segundo, os passageiros são obrigados descer para que sejam verificados e consequentemente efectuar o pagamento de 50 kwanzas adicionais.

Já na fronteira que apenas é aberta nas quartas e sábados, encontram-se muitos cidadãos angolanos e congolezes democráticos a comercializarem vários produtos. À esse propósito, verifica-se a entrada massiva dos cidadãos do Congo para Angola em relação cidadãos naCIONaIS para RDC.

Naquele mercado internacional, comercializam-se muitos produtos sendo estes maioritariamente vindos do território do Presidente, Joseph Kabila. Das

mercadorias provenientes de Angola, destacam-se o bombom, peixe e muito mais. No entanto, na parte estrangeira comercializa quase tudo, desde roupa, aparelhos domésticos, alimentos confeccionados e medicamentos. Tudo ao jeito dos congolezes.

O território é muito vasto, o que facilita na verdade a entrada constante de muitos cidadãos oriundos daquele país para Angola. Devido a partilha da fronteira, os dois países construíram amizade, o que lhes tem vindo a permitir a partilha de uma convivência saudável entre ambas nacionalidades.

Tentamos contacto, com o comandante do posto da Guarda fronteira de Chissanda, inspector chefe, Gabriel ou simplesmente (Gabi), mas o mesmo não falou por falta de orientações superiores. É de informar que, na província da Lunda Norte, existem duas vastas fronteiras, uma delas localiza-se no município do Nzagi, à 60 quilómetro da cidade do Dundo.

1.1.5 Instabilidades nos vizinhos facilita entrada

Jornal de Angola

16 De Abril de 2014

Texto: Jaqueuno Figueiredo

o vlce-Procurador Geral da República para a Esfera Militar e Procurador das Forças Armadas Angolanas (FAA), general Hélder Fernando Pitta Grós, disse que a Instabilidade nos países vizinhos propicia a entrada de Imigrantes ilegais.

"A fronteira norte tem alguma instabilidade e isso faz com que os cidadãos dos países limítrofes, sobretudo a RDC, procurem um lugar onde possam encontrar estabilidade e segurança, fruto da paz que Angola vive", referiu o magistrado, que falava à margem do XI Conselho Consultivo Alargado dos Órgãos da Procuradoria Militar, que decorreu na cidade do Soyo.

Hélder Pitta Grós disse que "o nosso país não está preparado para receber tanta gente e da forma como vêm". "Não são acções programadas e depois trazem consigo outros problemas que se associam ao fenómeno, que vão complicar-nos a vida social no futuro, tais como desemprego, alguns hábitos e costumes", acrescentou.

O general Pitta Grós garantiu que as fronteiras leste e sul de Angola estão controladas, pelo que não constituem preocupação como a do norte, mas considerou ser possível minimizar a situação.

"Estancar a imigração ilegal é difícil, mas com acções eficazes é possível minimizar o fenómeno no país, cujas medidas passam em manter uma relação institucional com os países que fazem fronteira com Angola para que, em conjunto, possa ser abordada a questão e encontrar soluções mais adequadas", disse.

Os cidadãos nacionais e a sociedade em geral devem ter outra mentalidade e forma de encarar a questão. "Muitas vezes acontecem coisas que nós próprios é que facilitamos", referiu, acrescentando que "é necessário que tenhamos mais consciência neste aspecto e termos em conta que a imigração ilegal não é benéfica para nós".

Justiça militar

Ao discursar na cerimónia de encerramento do Conselho Consultivo, o Procurador das FAAdisse que a missão dos magistrados não se compadece com comportamentos de passividade e falta de humildade na administração da justiça. "O nosso espírito de missão enquanto cidadãos, militares e magistrados não se compadece com comportamentos de passividade e falta de humildade", acrescentou.

O magistrado referiu que o cumprimento do dever constitui um compromisso para todos os intervenientes da justiça militar. "Temos que nos empenhar na sua materialização, utilizando sempre a criatividade, espírito de cooperação, convocando outros sectores quer das Forças Armadas Angolanas, quer dos órgãos de Segurança e Ordem Interna e da própria sociedade civil, pois a administração da justiça é de responsabilidade de todos nós", frisou. O balanço das actividades da Procuradoria Militar considera-se satisfatório, mas segundo aquela alta patente das FAA os magistrados devem ter o espírito de ambição e procurar atingir o óptimo.

O XI Conselho Consultivo dos órgãos da Procuradoria Militar, realizado sob o lema "Procuradoria militar, contribuindo para a implementação de um sistema de justiça eficaz, eficiente e acessível ao cidadão", recomendou a realização de acções concretas de educação jurídica e prevenção criminal nas unidades das FAA, Polícia Nacional, dos órgãos de segurança e ordem interna.

Fiscalizar a legalidade das ordens, instruções, regulamentos, normas de execução permanente e outros actos administrativos praticados pelos membros das FAA' Polícia Nacional, Órgãos de Segurança e Ordem Interna, é outra recomendação. O encontro concluiu que os magistrados devem reforçar a direcção efectiva da investigação e instrução nos processos que correm a sua tramitação, nos termos da Constituição e da Lei Orgânica da PGR.

O Conselho recomendou ainda maior fiscalização das sentenças proferidas pelos tribunais, incentivando a prática de recursos e o controlo da execução das penas e a concessão da liberdade condicional e incrementar a fiscalização das actividades nos estabelecimentos penitenciários do foro militar.

O encontro contou com a presença do Procurador-Geral adjunto da República e acompanhante da província do Zaire, Pascoal António Joaquim, o juiz conselheiro do Supremo Tribunal Militar, brigadeiro Salvador Silva, o 2º comandante da Região Naval Norte da Marinha de Guerra Angolana, contra-almirante Francisco Nzangi e outros convidados.

11.6 ACNUR disponibiliza 166,3 milhões de Kz para repatriar angolanos de RDC e Zâmbia

Semanário Expansão

18 De Abril De 2014

Texto: Marcelino Von-Haff

A agência da ONU para refugiados, Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), vai apoiar com 166,3 milhões Kz, o equivalente a 1,7 milhões USD, o transporte de cidadãos angolanos a partir da República Democrática do Congo e da Zâmbia, no âmbito de uma nova fase de repatriamento de refugiados ao longo deste ano.

De acordo com as informações a que o Expansão teve acesso, o financiamento será feito ao abrigo da iniciativa do ACNUR que tem como lema "Semente para Soluções". Segundo o representante do escritório do ACNUR no País, o dinheiro disponibilizado demonstra o seu empenho no repatriamento voluntário de cidadãos nacionais refugiados no exterior.

O apoio do ACNUR não se limita ao país de origem dos refugiados, no caso, Angola. A RDC também vai receber fundos para potenciar as actividades de repatriamento rio país de acolhimento dos refugiados, nomeadamente para o transporte até aos centros de trânsito em Angola.

"O objectivo do financiamento agora concedido é de reforçar a capacidade do ACNUR para alcançar as soluções duradouras para os refugiados", explicou o representante do ACNUR em Angola, Hans Lunshof.

"Continuamos a trabalhar para fechar o capítulo do repatriamento dos refugiados angolanos. Para isso é importante apoiar o processo, ajudando ao regresso voluntário desses refugiados", acrescentou.

Repatriamento voluntário suspenso

O repatriamento voluntário organizado foi suspenso a 30 de Junho de 2012, data da Declaração Oficial da Cessação do Estatuto para os refugiados angolanos. A partir daí os refugiados deixaram de beneficiar de assistência para regressar a Angola.

Em Outubro de 2012, o presidente da República, José Eduardo dos Santos, escreveu para o alto-comissário das Nações Unidas para os Refugiados, António Guterres, confirmando o direito de todos os angolanos regressarem ao seu país de origem, lembrou Hans Lunshof.

A reactivação das ajudas através da abertura de novo financiamento é apenas para 2014, alertou Hans Lunshof.

Significa dizer que "todos os esforços devem ser feitos para a realização do regresso de pessoas, o mais tardar até dia 31 de Dezembro do ano em curso".

A retoma do repatriamento dos refugiados angolanos a partir da RDC depende de acordos que estão a ser negociados. A organização de uma reunião tripartida entre as autoridades dos dois países e o ACNUR, já solicitada pelas autoridades angolanas, é necessária para finalizar um acordo sobre essa operação.

Actualmente, está a ser levado a cabo um exercício de verificação dos candidatos a regressar a Angola, de maneira organizar-se a logística adequada a esse regresso.

Segundo o representante do ACNUR, as autoridades angolanas vão emitir um "salvo-conduto" para todos os refugiados antes do seu regresso a partir da RDC. Em Angola, o ACNUR prevê fazer uma parceria com a Organização Internacional para as Migrações (OIM), que servirá como responsável pelos arranjos logísticos, apurou o Expansão.

Até ao momento, cerca de 23.940 refugiados angolanos na RDC já manifestaram a intenção de regressar.

Na Zâmbia, estão identificados 23.121 refugiados nacionais. Segundo o representante do ACNUR em Angola, ao longo dos últimos três meses, cerca de 600 angolanos foram repatriados do país vizinho por via aérea com o apoio da OIM.

O financiamento ora disponibilizado pelo ACNUR poderá também ser utilizado para dar continuidade ao regresso de cidadãos angolanos por estrada a partir da Zâmbia, esclarece Hans Lunshof.

Actualmente, está a ser levado a cabo um exercício de verificação dos candidatos a regressar a Angola, de maneira organizar-se a logística adequada ao repatriamento.

ANGOLANOS ILEGAIS NA ÁFRICA DO SUL DEVEM SER "DETIDOS E DEPORTADOS"

As autoridades sul-africanas retiraram aos cidadãos angolanos no país o estatuto de refugiados, de acordo com informações da Rádio Voz da América e da agência Portuguesa Independent News. Até ao momento, a embaixada angolana desconhece quantas pessoas serão afectadas por essa decisão, garantem as mesmas fontes.

O Conselho Angolano para os Direitos Humanos, na pessoa do seu vice-presidente, laureano Miguel, já reagiu, solicitando aos dois Estados que colaborassem a fim de velar pela defesa dos direitos dos angolanos naquela situação.

"Os governos de Angola e da África do Sul devem chegar a um acordo, com o objectivo de garantirem o regresso destes cidadãos ou a sua permanência legal no país de acolhimento [África do Sul]", considera laureano Miguel. Segundo os órgãos de comunicação locais, o porta-voz do Ministério do Interior sul-africano, Ricky Naidoo, responsável pelo anúncio da medida, defendeu que "os cidadãos angolanos que não possuam a sua autorização de permanência regularizada deverão ser detidos e deportados".

Sobre o ACNUR

O ACNUR, acrónimo de Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, é uma agência humanitária apolítica que tem dois objectivos básicos: por um lado, proteger homens, mulheres e crianças refugiadas e, por outro, buscar soluções duradouras para que possam reconstruir as suas vidas num ambiente normal. O orçamento anual da agência é de 292,9 mil milhões Kz, equivalente a cerca de 3 mil milhões USD. As actividades do ACNUR são financiadas por contribuições voluntárias, obrigando a organização a desenvolver campanhas de captação de fundos.

11.7 Migração. Mais de 600 mil angolanos ilegais serão expulsos da África do Sul

Jornal Agora

18 De Abril de 2014

Texto: Ereneu Maquina

Da África do Sul, chegam informações de que grande parte das pessoas atingidas por essa decisão é familiar dos ex-guerrilheiros que pertenciam ao então Batalhão Búfalo e que outras são de antigos oficiais e militares da UNITA que residiam na base do Rundu, na Namíbia.

Internamente, o director-adjunto do Instituto de Reinserção Social dos Ex-Militares (IRSEM), Amílcar Chiva, disse ao Agora que a sua instituição está pronta para receber e reinseri-los na sociedade, através de projectos já em 'gaveta' no seu sector, mas adiantou que, primeiro, deve ser o Ministério das Relações Exteriores a intervir e, posteriormente, o da Defesa. Só assim será chamado o IRSEM.

Por seu turno, o secretário-geral do MIREX, Eduardo Beny, revelou que a sua instituição fez o que devia e que agora o processo está a ser tratado junto do Ministério da Reinserção Social (MINARS).

Segundo dados da Associação dos Refugiados na África do Sul, a situação está a tender para grave, na medida em que alguns angolanos correm o risco de sair do país apenas com a roupa do corpo.

As autoridades sui-africanas dizem não temer medidas de retaliação que o Executivo Angolano possa eventualmente decretar contra os compatriotas de Zuma, igualmente em situação ilegal de residência em Angola.

No pretérito dia 9 de Abril, o Conselho dos Direitos Humanos pediu às autoridades dos dois estados para encontrarem mecanismos que garantam maior segurança aos angolanos que venham a ser expulsos, sendo que as autoridades sul-africanas foram peremptórias e alertaram que todos os angolanos que forem encontrados em situação migratória ilegal serão detidos e expulsos do país.

Refira-se que a decisão surge depois de as autoridades sul-africanas terem suspenso o estatuto de refugiados aos cidadãos angolanos, após dois períodos de moratória, durante o qual mais de cinco mil angolanos receberam os seus passaportes para regressar a Angola, mas a maioria optou pela permanência. A embaixadora angolana acreditada na África do Sul, Josefina Pitra Diakité, foi igualmente citada pela imprensa como tendo admitido dificuldades em apoiar

os cidadãos visados pela nova medida dos sul-africanos, por não estarem registados tanto pela embaixada como pelo Alto Comissariado da ONU para os Refugiados ou ainda pelo governo do país acolhedor.

A diplomata disse desconhecer o número total de angolanos em situação irregular, mas deu conta que está em curso um processo de cadastramento em colaboração com o Ministério do Interior da África do Sul.

11.8 Executivo reforça controlo das fronteiras

Jornal de Angola

21 De Abril de 2014

O ministro do Interior, Ângelo Tavares, destacou a reorganização de natureza administrativa e disciplinar que se assiste no Serviço de Migração e Estrangeiros (SME), para os tornar eficientes.

Numa mensagem de felicitações por ocasião do 38º aniversário da institucionalização deste órgão do Ministério do Interior, sábado assinalado, Ângelo Tavares realçou também o papel do SME no controlo das fronteiras do país.

"O Serviço de Migração e Estrangeiros tem conhecido uma enorme reorganização, para o cumprimento integral dos ditames para os quais foi criado. Um dos principais objectivos desta importante estrutura do Ministério do Interior consiste na salvaguarda dos mais nobres interesses da nação, o controlo fronteiriço de entrada e saída de estrangeiros em toda a extensão do território nacional", lê-se na mensagem.

Uma das orientações que têm sido dadas ao SME prende-se com a celeridade no tratamento de actos migratórios para nacionais e estrangeiros, para que se cumpra estritamente as disposições legais sobre a matéria.

"Nesta data em que o SME completa o seu 38º aniversário, desejo em meu nome pessoal, de todos os oficiais comissários, oficiais superiores, oficiais subalternos, sub-chefes, agentes e trabalhadores civis, votos de feliz aniversário a todos aqueles que nesta instituição emprestam todo o seu saber, abnegação, zelo e aptidão profissional", concluiu a mensagem do ministro Ângelo Veiga.

Imigração no Zaire

O governador do Zaire exortou a direcção do Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) a intensificar acções de combate à imigração ilegal, com vista a proteger as

fronteiras da região. Joanes André falava no acto comemorativo do 38º aniversário da criação do Serviço de Migração e Estrangeiros, cujas actividades decorreram sob o lema "SME com firmeza e rigor, primamos pela legalidade e integridade".

Onda de imigração

O governador admitiu que a província tem estado a ser alvo de uma onda de imigração desordenada que chega de forma irregular, violando os pressupostos da lei migratória.

Exortou a direcção do SME e os órgãos do comando provincial da Polícia Nacional, forças militares e de segurança, a intensificarem as acções contra a imigração ilegal, cujos autores teimam em fazer das fronteiras angolanas um espaço aberto e sem regras, em busca do lucro fácil e práticas nefastas à sociedade. Joanes André defendeu a actualização permanente dos conhecimentos técnicos e operacionais no seio do SMÉ, para o êxito no combate à imigração ilegal.

O director provincial do SME no Zaire, inspector Filipe José Pemba, admitiu que há ainda muito por fazer no sentido de conter o elevado número de imigrantes ilegais na província.

O município do Soyo, disse, constitui maior preocupação situação que exige uma reflexão por parte de todos os que intervêm no combate ao fenómeno.

"Estamos conscientes de que temos ainda muito a fazer, se tivermos em conta algumas situações que continuam a requerer da nossa parte urna especial atenção, sobretudo no município do Soyo, pelo que achamos ser motivo para reflexão por parte de todos os que intervêm no combate ao fenómeno", disse. A falta de meios de transporte e de centros de detenções de estrangeiros ilegais na província, afirmou, é uma das preocupações do SME no Zaire. A falta de colaboração da população na denúncia de casos de imigração ilegal e o arrendamento de residências de cidadãos nacionais por estrangeiros ilegais continuam a ser outras das preocupações do "SME no Zaire. Outra situação preocupante, disse, tem a ver com a utilização de mão-de-obra estrangeira em condição migratória irregular por parte de empresas de construção civil, pescas, agricultura, exploração de madeiras, cujos prejuízos se reflectem no emprego. Filipe Pemba advertiu aos cidadãos nacionais que insistem em promover a imigração ilegal de que vão ser tomadas medidas, de acordo com a lei vigente.

11.9 Angola solicita apoio para repatriar ilegais

Jornal de Angola

23 De Abril de 2014

Texto: Bernardo Manje

Os directores para África e Médio Oriente do Ministério das Relações Exteriores e do Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) solicitaram ontem a colaboração dos países dos 43 imigrantes em situação ilegal detidos no domingo último em Cacucaco, em Luanda, na identificação dos mesmos para o posterior repatriamento.

A solicitação foi feita ontem durante um encontro que o Ministério das Relações Exteriores realizou com embaixadores e cônsules dos países de origem dos imigrantes detidos quando tentavam entrar na rovincia de Luanda em duas emarcações precárias.

Entre os 43 imigrantes detidos contam-se 46 cidadãos da Guiné Conacri, 21 do Mali, 18 do Burkina Faso, 17 da República Democrática do Congo, 11 do Senegal, dez da Mauritânia, oito da Guiné-Bissau, cinco do Congo-Brazzaville, dois da Gâmbia, igual número da Costa do Marfim e um do Sudão. Entre os detidos encontram-se duas mulheres.

O director do SME, José Paulino da Silva, esclareceu que todo o repatriamento é feito depois de ser feita a identificação dos imigrantes ilegais a serem repatriados. Com efeito, solicitou aos países de origem ou de trânsito dos detidos a ajudarem neste processo de identificação.

"Devemos ter a certeza de que o imigrante em situação ilegal que estamos a repatriar vai para o seu país de origem. Não repatriamos um cidadão de um determinado país para um outro que não seja o seu. Só depois disso arranjam os documentos para a viagem", disse.

Paulino da Silva apelou aos embaixadores e cônsules presentes na reunião a sensibilizarem os seus concidadãos a cumprirem os pressupostos legais sempre que quiserem emigrar para Angola. "Estamos abertos para receber todos, mas que isso seja feito de forma legal e organizada", sublinhou.

Revelou que alguns imigrantes em situação ilegal são procurados nos seus países de origem devido à prática de crimes e refugiam-se no exterior, sendo Angola um dos destinos preferidos. Informou que o SME pretende reforçar o diálogo com todos os países de origem e de trânsito dos imigrantes ilegais, para que, de forma coordenada, se possa combater a imigração ilegal.

Paulino da Silva defendeu que este combate não é apenas uma tarefa do SME, da Polícia Nacional ou do Ministério das Relações Exteriores, mas também de todos os países de origem e trânsito dos imigrantes ilegais.

Os embaixadores e cônsules participantes no encontro consideraram a iniciativa oportuna e garantiram reforçar a mensagem de sensibilização para o cumprimento dos pressupostos para imigrar para Angola. José Vieira, encarregado de negócios da Guiné-Bissau em Angola, disse que tem sempre apelado aos seus compatriotas no sentido de virem para Angola depois de cumprirem todos os requisitos legais. José Vieira, que justificou o aumento da emigração para Angola com a crise que se vive actualmente na Europa, assegurou que também tem apelado aos guineenses no sentido de não facilitarem a imigração ilegal para Angola. "Estamos dispostos a apoiar no combate à imigração ilegal", sublinhou.

A mesma posição foi manifestada pelo cônsul-geral da Gâmbia em Angola. Haggi Jawara mostrou-se preocupado com o número de imigrantes em situação ilegal detidos no domingo, mas afirmou que tem aconselhado sempre os seus conterrâneos a viajarem para Angola de forma legal.

O director para Africa e Médio Oriente do Ministério das Relações Exteriores, Joaquim do Espírito Santo, fez um balanço positivo do encontro, afirmando que há disposição por parte dos embaixadores e cônsules dos países de origem e de trânsito dos imigrantes ilegais de colaborarem com os serviços competentes angolanos para se dar o melhor tratamento ao fenómeno da imigração ilegal, que atinge a segurança nacional e estabilidade social.

O diplomata angolano admitiu que, por vezes, tem havido falta de informação, o que faz com que estes países não colaborem no processo de repatriamento.

Joaquim do Espírito Santo informou que encontros como o que aconteceu ontem vão ter lugar com mais regularidade, para que os embaixadores e cônsules dos países de origem e trânsito dos imigrantes em situação ilegal possam informar os seus governos e no terreno trabalhar com as autoridades competentes angolanas para o repatriamento dos imigrantes.

11.10 Oposição quer medidas sérias sobre imigração ilegal

Novo Jornal

25 De Abril de 2014

Texto: David Finpe

A OPOSIÇÃO DIZ QUE, com o apoio de todos, o Executivo deve tomar medidas "sérias" para travar a imigração ilegal em Angola, que ameaça a soberania nacional.

O porta-voz do PRS, Joaquim Nafóia, considerou "altamente perigosa" a situação da imigração ilegal em Angola, sobretudo nas regiões diamantíferas das Lundas.

"As Lundas são a porta de entrada em massa dos imigrantes, sobretudo os oeste africanos. Chamámos a atenção, mas as autoridades competentes não dão importância à situação", lamentou.

"Estamos preocupados com a situação, pois muito destes cidadãos vêm desestabilizar a economia, criar situações que nada agradam à população, por isso, o Executivo tem de reforçar os meios técnicos e humanos para que as nossas fronteiras possam estar mais seguras e evitar que haja violações", ressaltou.

Ndonda Nzinga, da FNLA, espera que os órgãos competentes criem condições necessárias para minimizar a situação da imigração.

"Este fenómeno apresenta contornos que se traduzem numa ameaça grave à estabilidade, tendo em conta as consequências sociais, económicas e políticas e o perigo para a integridade e a soberania do país", referiu.

Na terça-feira, o director do Serviço de Emigração e Estrangeiros (SME), José Paulino da Silva, afirmou que a imigração ilegal constitui um problema de segurança nacional. a julgar pelas suas consequências.

Ao intervir num encontro sobre fenómeno da imigração ilegal em Angola, com representantes de algumas missões diplomáticas africanas acreditadas no país, argumentou que a imigração ilegal traz consigo outros crimes conexos, como a lavagem de dinheiro, tráfico de seres humanos e outros.

O responsável do SME salientou que no país existem condições criadas para que os que desejem viajar para Angola o façam, uma vez que os imigrantes ilegais têm corrido muitos riscos por percorrerem grandes distâncias sem condições mínimas.

Por este motivo, solicitou às representações diplomáticas maior colaboração na identificação dos

cidadãos detidos e ajuda na atribuição dos documentos de viagem.

Explicou também que, embora muitas vezes surjam críticas, estes cidadãos detidos por imigrarem ilegalmente para o país têm sido devidamente tratados, uma vez que nos centros de detenção recebem assistência médica e alimentar.

De acordo com dados avançados neste encontro, dos 142 cidadãos estrangeiros ilegais detidos no final de semana, 47 são da Guiné Conacry, 21 provêm do Mali, 17 da República Democrática do Congo e 11 do Senegal. Do Burkina Faso vieram 18 cidadãos, da Guiné Bissau oito, do Congo Brazaville cinco e da Gâmbia dois. Contam-se ainda 12 que chegaram da Mauritânia, dois provenientes da Cote d'Ivoire e um do Sudão.

11.11 Imigração ilegal na onda

Jornal A Capital

26 De Abril de 2014

Texto: Osvaldo de Nascimento

Está-se perante um fenómeno de repercussões de segurança muito sério, a julgar pelo facto de, muitos desses imigrantes serem foragidos das autoridades dos países de origem por cometimento de crimes, não se descartando a possibilidade de, postos em solo angolano, optarem pelas mesmas práticas.

Não se sabe quantas centenas furam os cordões de segurança fronteiriça, entretanto, desta vez a safra foi grande. Da Guiné Conacri foram logo 46, enquanto que do Mali vinham 21 cidadãos. Do Burkina Faso as autoridades identificaram 18, seguidos de 17 da República Democrática do Congo, 11 senegaleses, 10 mauritanianos, oito da Bissau-guineenses e cinco do Congo Brazzaville.

Foram ainda detidos dois cidadãos da Gâmbia, um tchadiano, dois ivoiriences e um sudanês, todos eles a bordo de duas embarcações precárias e, segundo as autoridades, altamente debilitados. Entre estes detidos estão duas pessoas do sexo feminino, sendo uma delas menor' de 12 anos.

Diakite Boubakar, da Guiné Bissau, como é obvio, é quem se expressa correctamente em português e alega ter sido aliciado por um amigo que já vive em Angola. Informou ainda que cada um dos seus companheiros de viagem terá pago 500 dólares norte-americanos. Segundo ele, caso conseguisse entrar em Angola, ia dedicar-se ao comércio.

Como quase sempre, os imigrantes, que partiram no sábado, 19 de Abril do porto Muanda, República

Democrática do Congo pretendiam fixar-se em Luanda com a ajuda de estrangeiros já residentes em Angola, que podem ter vindo pelas mesmas vias, com os quais já mantinham contactos avançados.

Ao que tudo indica, e como sempre assim acontece, quanto mais medidas de controlo a Polícia adopta, os imigrantes também mudam de estratégia. Sabe-se, por exemplo que, ainda nesta semana, na província do Bié, foram detidos pelas autoridades 130 estrangeiros, também, idos das regiões 'centro e oeste africanas, em posse de uma draga com a qual se dedicavam à exploração ilícita de diamantes.

O director nacional do Serviço de Migração e Estrangeiros, José Paulino da Silva, destacou que enquanto esperam pelo repatriamento, o grupo de estrangeiros ilegais está detido no Centro de Detenção de imigrantes ilegais em Luanda.

"Vamos desenvolver acções, em coordenação com o Ministério das Relações Exteriores, para notificar as embaixadas e consulados dos países de origem dos estrangeiros ilegais para com eles trabalharmos no sentido de ser efectuado o repatriamento", explicou, ao asseverar que, antes de serem enviados para o Centro de Detenção, os imigrantes seriam submetidos a exames sanitários com vista à prevenção de doenças.

